

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

BRIGIDA MARIANI PIMENTA

**ENCONTROS SURDO-SURDO (S) COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO
DE UMA COMUNIDADE:
A POTÊNCIA DO (S) ENCONTRO (S)-AMIZADE (S)**

**VITÓRIA
2017**

BRIGIDA MARIANI PIMENTA

**ENCONTROS SURDO-SURDO (S) COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO
DE UMA COMUNIDADE:
A POTÊNCIA DO (S) ENCONTRO (S)-AMIZADE (S)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecário: Clóvis José Ribeiro Junior – CRB-383 ES-000527/O

Pimenta, Brigida Mariani, 1975-
P644e Encontros surdo- surdo(s) como espaço de produção de uma
comunidade : a potência do encontro(s)-amizade(s) / Brigida
Mariani Pimenta. – 2017.
119 f. : il.

Orientador: Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Comunidades. 2. Interação social – Educação. 3. Surdos. I.
Vieira-Machado, Lucyenne Matos da Costa, 1979-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.
Título.

CDU: 37

BRIGIDA MARIANI PIMENTA

**ENCONTROS SURDO-SURDO (S) COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE UMA
COMUNIDADE:
A POTÊNCIA DO (S) ENCONTRO (S)-AMIZADE (S)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas.

Aprovada em 30 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a Dr^a Lucyenne Matos da Costa
Vieira Machado
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora**

**Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferraço
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Prof. Dr. Reginaldo Célio Sobrinho
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Prof^a Dr^a Tatiana Bolivar Ledebef
Universidade Federal de Pelotas**

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação a meus pais, pois, na simplicidade, me ensinaram que com garra, dedicação, humildade e respeito ao próximo somos pessoas melhores. Quando em dificuldades, nunca deixaram que eu não fosse à escola, mesmo que, para o início do ano letivo, eu começasse a estudar com o caderno do ano anterior, lápis e borracha bem pequena, se esforçando para comprar meu material (somente o que fosse essencial).

Aos meus irmãos, que sempre me apoiaram e me deram muito força nos momentos em que não pude estar presente, com gestos e palavras carinhosas, entendendo que a ausência se fazia necessária.

Dedico de modo especial a minha filha Maria Eduarda e meu esposo Jorge (meu Jorjão) que, complacentes, me deram o tempo necessário, colaborando durante minha ausência nas horas de estudo e escrita. Pelos cafés que, com muito carinho, Jorge me fazia e também por me levar, muitas vezes, aos encontros com minha orientadora e, com muita paciência, esperar por mim. Os dois tiveram grande compreensão desde a minha graduação aos sábados e domingos, após ter ficado fora de casa durante a semana de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço a minha professora e orientadora Dr^a Lucyenne que, em primeiro lugar, me deu uma chance de ser sua orientanda, depositando sua confiança em mim. Em segundo lugar, pela proposta metodológica que, logo de início, foi sua ideia para a pesquisa. Isso me colocou em uma situação ímpar, pois fiquei a cargo de estudar e me apropriar do método, a partir de leitura que não estava na lista de prioridade da professora, porém algo que ela queria muito fazer;

...aos meus amigos do GIPLES que, com suas discussões, contribuiu para minha formação como mestranda, nas análises teórico-metodológicas que pudemos produzir e pelos belos *encontros-amizades* possíveis;

...agradeço a Eliane que, mesmo antes, no início de tudo, foi sempre companheira, parceira e incentivadora para que eu tentasse o mestrado, dando-me o auxílio necessário para que eu trilhasse este caminho;

...aos colegas que com muito carinho me receberam; aos novos que chegaram depois de mim, que me auxiliaram na fase final da minha escrita, com contribuições importantíssimas, e possibilitaram que meu texto fosse cheio de conexões;

...aos professores Ferraço e Reginaldo que, na banca de qualificação, me auxiliaram com orientações essenciais para a produção da minha dissertação. Muito obrigada, professores, por retornarem na fase de defesa; ao professor Ferraço que me recebeu em seu grupo de pesquisa, de que ainda quero participar e por meio do qual leituras deleuzianas me fizeram produzir esta pesquisa de mestrado.

...agradeço à comunidade surda que sempre fez conexões comigo, oportunizando esta pesquisa;

...aos meus amigos e colegas de trabalho, aos intérpretes de LIBRAS do Departamento de Línguas e Letras no qual somos lotados, Adriana, Elizabeth e Mário, que em inúmeras vezes me auxiliaram para que eu pudesse assistir às aulas, cobrindo os meus atendimentos de tradução e interpretação.

Enfim, agradeço a Deus que até aqui tem me sustentado!

Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e, de repente, você estará fazendo o impossível.

São Francisco de Assis

RESUMO

Pretende-se responder como as multiplicidades surdas são produzidas nas redes tecidas nos encontros surdo-surdo(s), problematizando os efeitos dessas reuniões nos espaços-tempos. Como procedimento teórico-metodológico, dispõe-se da filosofia da diferença em Deleuze e Guattari, passando pelo exercício de uma pesquisa voltada ao processo de (des) territorializações, conexões, rupturas, entre outras teorizações deleuzianas que impulsionaram a produção de conceitos específicos para este trabalho. Qualquer pessoa está em constante transformação. Os surdos produziram o que aqui se denomina “Nós” (surdos) e “Eles” (ouvintes). Em alguns momentos, existe a oportunidade de todos serem “Nós”, porém em constante vigilância. Os “Nós” constituem-se os agentes racionais — os associáveis — e os estranhos — os não associáveis —, os “Eles”. Também se realizam, a partir dos encontros no futebol, os “encontros-amizades”. Utiliza-se a metodologia cartográfica como modo de escrita e produção dos dados. Os sujeitos participantes, surdos que se encontram em diferentes espaços comunitários, são universitários, estudantes de ensino médio, surdos-professores e surdos que não concluíram seus estudos, em diferentes faixas etárias. Assim, entende-se que os encontros surdo-surdo (s) promovem as diferenças surdas que impulsionam as comunidade (s) surda (s) a serem formadoras de um espaço-tempo de produção linguística. Essas diferenças são possíveis devido a vários fatores, tanto de âmbito cognitivo quanto social, como também a influências a que cada um está “ex-posto”, seguindo seu fluxo onde lhe for mais confortável, possível e desejado. Compreende-se como comunidade (s) surda (s) os diferentes espaços de relação entre os sujeitos, não somente um modo específico de comunidade que engessa e iguala todos. Tal engessamento se dá pelas lutas políticas e por algumas ações que ditam um modo ideal de ser e estar sendo sujeito dessa ou daquela comunidade, ocasionando o apagamento das diferenças existentes — o apagamento das diferenças surdas. Percebe-se, no entanto, que a comunidade surda se faz necessária, inclusive a necessidade da “conversa” que se estabelece com maior força no entremeio dessa comunidade — espaço-tempo daqueles que têm algo em comum. Agenciadora de pessoas surdas, nela os encontros-amizades se realizam ainda como um espaço-tempo em que a maioria dos surdos desejam estar, porque têm a possibilidade do contato com seu par linguístico. Palavras-chave: Comunidade surda. Surdos. Encontro.

ABSTRACT

This work intends to respond how deaf multiplicities are yield among the deaf-deaf gatherings, problematizing the effects of these reunions in the spaces-time. As a methodological and theoretical procedure, the research embraces the philosophy of the difference by Deleuze and Guattari, exercising a research aimed on the process of deterritorializations, connections and ruptures, among other of Deleuze's theorizing which propelled the production of specific concepts for this work. Any person lives in constant state of transformation. The deaf produced, what is here entitled as "We" (deaf) and "They" (hearing). Sometimes, there is an occasion for everyone to become "We", however, under constant surveillance. The "We" arises as the rational agents - the associable – and the "They" on the other hand, the non-associable, the outsiders. Both writing and data production was carried out through a cartographic methodology. The subjects participating in this work are deaf people inhabiting different community spaces: college students, high school students, deaf teachers and others who have not yet concluded their studies, in different age groups. Therefore, the results indicate that the deaf-deaf meetings foster the deaf variations and boost the deaf communities into forming a space-time of linguistic production. Those variations are possible due to several factors, concerning both cognitive and social areas as well as the influences to which anyone is ex-posed to, flowing naturally to where it feels more comfortable, possible, and desirable. The concept of deaf community is set as the different spaces in which the subjects connect and not as a specific community way that plasters and evens everyone. This plastering occurs through political struggles and actions that impose an ideal way of being part of this or that type of community, erasing the existent variations — the deaf variations erasure. Even though, clearly, the deaf community is necessary, including the need of "chatting" that happens with greater force within it — a space-time of those who share something in common. As an agency of deaf people, it is inside the community that they wish to be in. Within it the friendship-meetings undertakes moreover as space-time where the majority of deaf crave to be, because there, they can be in touch with their linguistic peers.

Key words: Deaf community. Deaf. Gathering.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASC	Associação de Surdos de Cariacica
ASURVI	Associação e Integração dos Surdos de Vitória
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
CODA	<i>Children Deaf Adults</i> (Filhos de surdos Adultos)
DT	Designação Temporária
EAD	Educação a distância
ES	Espírito Santo
GIPLES	Grupo Interinstitucional de Pesquisa em LIBRAS e Educação de Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
L2	Segunda Língua
LS	Língua de Sinais
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa
SEDU	Secretaria de Estado de Educação
SEME	Secretaria Municipal de Educação
TILS	Tradutor-intérprete de Língua de Sinais
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Campeonato Mundial de Futsal dos Surdos (Bangkok/Tailândia).....	69
Figura 2 – Campeonato Mundial de Natação dos Surdos (Texas/EUA)	69
Figura 3 – Campeonato Mundial de Futsal dos Surdos (Bangkok/Tailândia).....	70
Figura 4 – Formulário de Audiometria Nacional	73
Figura 5 – Amistoso em comemoração ao aniversário da Associação dos Surdos de Teófilo Otoni (ASTO/MG) em 2014	74
Figura 6 – Viagem da ASURVI em 1993 para o Rio de Janeiro.....	75
Figura 7 – Amistoso em comemoração ao aniversário da Associação dos Surdos de Teófilo Otoni em 2014 (ASTO-MG)	76
Figura 8 – Amistoso no CAS em 2016 (Vitória/ES)	76
Figura 9 – Time de vôlei feminino da ASURVI (Rio de Janeiro/RJ) em 1995	77
Figura 10 – Time de futsal feminino (Governador Valadares/MG) em 2005	78
Figura 11 – Palestra de representante da CBDS em março de 2017(Vitória/ES) a convite da ASURVI.....	79
Figura 12 – Slide do Power Point utilizado pelas representantes da CBDS.....	79
Figura 13 – Torcida da ASURVI na ASTO/MG EM 2014	81
Figura 14 – Mulheres prestigiando jogo amistoso no CAS em 2016 (Vitória/ES).....	81
Figura 15 – Visita a um membro da Pastoral do Surdo (Vila Velha/ES).....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 UMA TRAJETÓRIA NA COMUNIDADE SURDA E A APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NESSE ESPAÇO DE PRODUÇÃO LINGUÍSTICA	19
2.1 MINHA CHEGADA À COMUNIDADE SURDA CAPIXABA	22
3 REVISÃO DA LITERATURA	28
4 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: PERCURSOS CARTOGRAFANDO OS ENCONTROS	35
4.1 CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIA	38
5 SOBRE A COMUNIDADE SURDA: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA POR MEIO DA COMUNIDADE	42
6 MEMBROS DE UMA COMUNIDADE SURDA: OS ASSOCIÁVEIS	47
6.1 O COMUNITARISMO E A CONDUÇÃO DA COMUNIDADE	52
7 A POTÊNCIA DO ENCONTRO	58
7.1 A POTÊNCIA DA NARRATIVA EVIDENCIADA NOS ENCONTROS SURDO- SURDOS(S).....	61
7.2 A POTÊNCIA DO ESPORTE/FUTEBOL NA COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO DE SURDOS EVIDENCIADA NAS NARRATIVAS/ENTREVISTAS SURDAS	64
7.3 A PEDAGOGIZAÇÃO DOS ENCONTROS SURDO-SURDO(S) E SUA INFLUÊNCIA NO USO DA LÍNGUA DE SINAIS.....	91
7.4 A LÍNGUA DE SINAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	99
8 OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS: AS MULTIPLICIDADES PRODUZIDAS NOS ENCONTROS SURDO-SURDO(S)	103
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (ADULTO) .	117
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM NO CAS/VITÓRIA	118
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DA ASURVI	119

1 INTRODUÇÃO

Ao nos dedicarmos a uma pesquisa, também somos colocados em um lócus de “ex-posição”¹. O termo “ex-posição” é usado a partir da conceituação que Larrosa (2015) faz com relação ao sujeito da experiência: “[...] é um sujeito “ex-posto [...]”. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre (LARROSA, 2015, p. 26). A citação nos toca na medida em que nossos possíveis encontros e desencontros teóricos e metodológicos nos tiram de uma certa compreensão/posição/saber. “Sócrates afirma simultaneamente que seu saber é de pouco ou nenhum valor e que essa relação com o saber o constitui como o mais sábio de todos dos homens” (KOHAN, 2009, p.16). Esse autor também afirma que o saber de Sócrates “[...] é um saber de vida e de morte: sabe que só pode viver um tipo de vida que o leva a um tipo de morte” (KOHAN, 2009, p. 16). Quando nos dedicamos a uma pesquisa, precisamos estar disponíveis a viver esse tipo de vida: uma vida que nos leva a um tipo de morte. Isso significa morrer em concepções, possibilitando-nos uma nova vida, uma nova concepção e a ideia de que nada sabemos. Agindo e vivendo assim, estaremos sempre dispostos a novos saberes, que nos reconstituirão em uma sociedade, onde as forças das biopolíticas estão em movimento.

Essa “ex-posição” a um novo movimento resulta da desconstrução de conhecimentos e práticas, levando-nos a reflexões e reconstruções, já que, para uma pesquisa se valer por si mesma, ela deve causar em nós alguma transformação. A preocupação na construção do trabalho e do tema abordado também “ex-põe” o pesquisador, no sentido de torná-lo disponível a futuros leitores interessados em um texto que possa balizar futuros estudos, aprofundar a temática inicial e até mesmo confrontá-los com outros trabalhos da mesma natureza.

Nogueira-Ramires (2011) afirma que deixar um texto inconcluso e inacabado é fundamental para que novas perspectivas possam “[...] transformar sua direção e, sobretudo aprofundar, cavar, explorar as múltiplas superfícies que ficaram apenas descritas” (NOGUEIRA-RAMIRES, 2011, p. 229). O autor fica entusiasmado com as possibilidades que poderão nos levar aos espaços ainda não explorados ou até

¹ Usar o hífen traz diferentes significados para essa palavra. Pode-se fazer referência tanto à exposição, do verbo “expor” com o significado de “mostrar”, quanto à ideia de o sujeito ocupar outra posição.

mesmo aos velhos territórios, lugares já explorados, para que possamos ultrapassá-los e arriscarmos, tentando perceber novas coisas.

A partir do conceito da diferença, cunhado por Deleuze e Guattari, entende-se que, para além de novos olhares, será feito o exercício de estar aberto e “ex-posto” aos acontecimentos, aos agenciamentos e às multiplicidades que compõem uma pesquisa. Tentar escapar das noções em que a possibilidade de uma pesquisa cognitivista fique à margem deste trabalho será um processo de rupturas que possibilitam novas conexões porque mobilizará os escapes, assim como uma gota d’água que cai em um determinado plano sem que se saiba qual caminho ela percorrerá. Também o devir experiência guiará estas reflexões e exigirá de um trabalho conceitual árduo, porém importante para a investigação, tocada pelos afetos. Com o aporte da filosofia da diferença, busca-se experienciar e problematizar os acontecimentos/movimentos que guiaram essas ideias a caminhos que não se pode pré-determinar.

Considera-se movimento como os atravessamentos ocorridos no ato de pensar e que mudam certa concepção, proporcionando uma experiência que chega a uma desterritorialização constante, sempre em deslocamento e nunca de forma rígida. Com tantas proposições, procura-se fazer um estudo dialogando com Zygmunt Bauman (2003), Richard Sennett (2012) e Gert Biesta (2013), para conceituar “comunidade”, que se trata de um assunto caro e necessário para os estudos na área da surdez.

A comunidade surda é o objeto desta pesquisa, haja vista que se trata da constituição de um grupo linguístico que é movido a partir de encontros entre pares. Justamente esses encontros formam uma comunidade. Problematizar esse espaço-tempo do encontro é uma questão imanente. Para que esses encontros aconteçam, não necessariamente eles necessitam de um lócus. Hoje, com a tecnologia, tais encontros podem ocorrer, também, de maneira virtual.

Para uma compreensão do processo de construção de uma comunidade e, especificamente, da comunidade surda, em que os encontros surdo-surdo (s) se tornam espaços de produção de uma comunidade linguística, vale rever

acontecimentos que foram base para que esses espaços se tornem movimento de encontros comunitários e perceber que potências emergiram a partir daí.

Dessa maneira, a pergunta central que conduz esta pesquisa é: como as multiplicidades surdas são produzidas nas redes tecidas nos encontros surdo-surdo(s)? Este trabalho pretende refletir sobre os encontros entre os surdos e como as tramas que neles são tecidas a partir produzem diferenças entre esses sujeitos. Espera-se, assim, problematizar os efeitos dessa produção nas diferentes formas de produção de multiplicidades surdas.

O objetivo geral desta investigação é problematizar os efeitos dos encontros surdo-surdo (s) e como as multiplicidades surdas são produzidas nesses espaços-tempos. Como objetivos específicos, pretende-se a) analisar como os sujeitos se movem e passam a instituir novos espaços-tempos; b) debater sobre a contribuição da comunidade surda para a produção de diferentes modos de ser surdo; c) discutir as afecções que a comunidade surda produz no sujeito.

Antes mesmo de adentrar nas indagações sobre o que é a comunidade surda, faz-se necessário discutir a noção de comunidade, qual sua conveniência na sociedade e em que ela pode contribuir para determinados grupos. Diante da noção geral do que é uma comunidade, pretende-se perceber a potência que move as relações na comunidade surda e quais os anseios que movimentam os surdos, ou a sua maioria, a defender esse espaço-tempo de encontros surdos como fortalecimento de uma minoria linguística e identitária.

De acordo com o dicionário Houaiss, o termo “comunidade” apresenta os seguintes significados:

1 estado ou qualidade das coisas materiais ou das noções abstratas comuns a diversos indivíduos; comunhão **2** concordância, concerto, harmonia (*c. de aspirações*) (*c. de pontos de vista*) **3** conjuntos de indivíduos organizados num todo ou que manifestam, ger. de maneira consciente, algum traço de união (*a c. dos artistas*) **4** conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico [...] **10** qualquer agrupamento populacional **10.1** grupo monástico ou outro qualquer grupo religiosos, com hábitos de vidas e ideais comuns, codificados numa regra; ordem, congregação, confraria [...] [...] **12** conjunto de indivíduos com determinada característica comum, inserido em grupo ou sociedade maior que não partilha suas características fundamentais [...] [...] **12.2** grupo de indivíduos que partilha interesses em comum [...] dentre outras definições.(HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 782)

Segundo a etimologia da palavra “comunidade”, Vannuchi (2004) explica:

[...] no substantivo "comunidade" vem embutido o adjetivo "comum", do latim *communis*, formado pela preposição latina *cum* mais o substantivo *munus*, que, em latim e em português, significa encargo, compromisso, dever, tarefa (VANNUCCHI, 2004, p.19).

Seguindo as pistas sobre o significado e a etimologia da palavra, infere-se que, na comunidade surda, os surdos se agrupam e se identificam pela língua. Os usuários de uma língua visual-espacial², uma língua comum entre os que não ouvem, se diferenciam daqueles que ouvem. É pela diferença linguística que os surdos são identificados e é por não ouvir que as comunidades surdas e os encontros surdos se mantêm e se instituem em diversos espaços-tempos. É pela potência da surdez que as comunidades surdas se estabelecem e se posicionam.

Segundo Lopes e Veiga-Neto (2006), para que um grupo se constitua e se configure em uma comunidade são necessárias algumas condições:

[...] *afinidades* entre os diferentes indivíduos que constituem o grupo, *interesses* comuns que possam conduzir as ações do grupo por caminhos comuns, *continuidade* das relações estabelecidas, bem como *tempo* e *espaço* comuns, em que os encontros do grupo possam acontecer. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 82, grifos dos autores).

Para os autores, o espaço que vem possibilitando a aproximação e o encontro entre os surdos tem “[...] sido preponderantemente o escolar [...]”. Lopes e Veiga-Neto ainda afirmam que se a escola se constitui um território de aproximação e convivência, ela também é um local inventado para que todos saiam com marcas profundas no modo de ser e de estar no mundo. Dessa forma, a comunidade surda, também constituída dentro da escola, é fortemente marcada pela influência escolar. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 82). Assim, buscar pelos diferentes sentidos atribuídos à comunidade e tentar entendê-la possibilitará o exercício de problematizar as noções do que seja a comunidade surda, como um espaço “[...] daqueles que têm algo em comum [...]” (BIESTA, 2013). Em consonância ao tema, leituras feitas de Bauman (2003), Sennett

² As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque utilizam-se de um meio ou canal visual-espacial e não oral auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos “fonológicos”, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais (BRITO, acesso em 3 ago. 2017). Disponível em: <http://www.artelibras.com.br/ewadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.

(2012) e Biesta (2013), como mencionado anteriormente, propiciarão abordagens conceituais, dando possibilidades de se fazer uma leitura da comunidade surda como espaço de produção de uma comunidade linguística.

A exclusão social, a partir da não aceitação do uso da Língua de Sinais (LS), faz emergir um movimento disparador, em que os sujeitos surdos inauguram suas associações para permanecerem em contato com seus pares, como espaços daqueles que possuem algo em comum. Ali, de dentro da comunidade, são associáveis pela falta de audição, pela língua gestual e pelas lutas em comum. Segundo Carvalho (2007, apud PAIXÃO, 2016), tal movimento ocorreu a partir do Congresso Internacional de Milão, quando,

[...] em 1880, [...] um grupo de ouvintes, educadores de surdos, decidiu excluir a Língua Gestual do ensino de Surdos e impôs, como principal objetivo das escolas de surdos, o ensino da fala. [...] A partir daí, consagrou-se a tendência oralista na educação de surdos em todo o mundo, durante o final do século XIX e grande parte do século XX (CARVALHO, apud PAIXÃO, 2016, p. 105).

Na contramão de burlar a proibição da Língua de Sinais, os espaços de encontros passam a ser locais de “tempo livre” no sentido dado por Masschelein e Simons (2013). Para os autores, o momento de tempo livre é considerado como um tempo de relaxamento, que “[...] se transforma em tempo produtivo e se torna a matéria-prima para sua própria esfera econômica[...]”. O tempo livre “[...] permite realizar atividades que levam à aquisição de competências adicionais [...]”. Os autores ainda trabalham na vertente de analisar esse “tempo livre” como sendo um tempo de “suspensão”, onde os sujeitos são suspensos de uma determinada ordem desigual natural (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 28).

Masschelein e Simons (2013) vêm em defesa de uma escola que, a princípio, foi criada para os menos favorecidos, os que não possuíam influência na *polis*, os não produtivos, os desprovidos de privilégio, com o propósito de não ficarem vagando pelas ruas, ocasionando caos e desordem. Essa “suspensão” tomou novo sentido, estabelecendo “[...] um tempo e espaço que estava tanto separado do tempo espaço da sociedade [...] quanto à família, tornando-se um tempo igualitário”. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.26).

Como aportes teóricos, recorreu-se a trabalhos que discutem sobre a comunidade, as associações ou os lugares comunitários da população surda, em que os

envolvimentos desses sujeitos produzem verdades que fortalecem a continuidade desses espaços associativos/comunitários. Tais verdades são discursos que se repetem, por exemplo de que para o surdo se desenvolver ele deve estar com outro surdo.

A problematização da comunidade surda e a busca pela captura dos espaços que possibilitam os encontros surdo-surdo (s) vêm na direção de analisar essa relação do sujeito com seu par linguístico, oportunizando olhar para a educação dos surdos como um espaço-tempo escolar/educacional onde os sujeitos também estão. Pergunta-se: que multiplicidades visíveis podemos utilizar para promover ao alunado surdo um espaço de encontro-amizade-educacional?

Na sequência deste texto, após a Introdução, na segunda seção justifica-se o porquê da temática, a partir do meu percurso histórico como uma “recém-chegada” (BIESTA, 2013) na comunidade surda e como me constituí no processo, a ponto de tornar-me tradutora e intérprete de LIBRAS nesse espaço-tempo comunitário. Na mesma seção, apresento a noção de “rizoma” e suas principais características, na perspectiva de Deleuze e Guattari.

Na seção seguinte, realizo a revisão de literatura e as reflexões por intermédio da discussão que Bauman (2013) faz sobre comunidade e a defesa do escolar de Jan Masschelein e Maarten Simons (2014). Assim, selecionei trabalhos que tomam a comunidade surda como espaço-tempo de suas pesquisas e, a partir dos encontros entre seus pares, propiciam a produção e a constituição de vários modos de ser surdos.

Na quarta seção, apresento a metodologia adotada para a produção desta pesquisa. Utilizou-se a filosofia da diferença teorizada por Deleuze e Guattari. Para apropriação metodológica, seguiram-se pistas cartográficas e seus modos de pesquisar a partir de Passos; Kastrup e Escócia (2015), que desenvolvem um estudo desse método e o que ele pode proporcionar nas pesquisas educacionais e na saúde, sem traçar mapas, mas registrando afetos, desejos, entre outras possíveis multiplicidades. O propósito dessa seção, logo de início, é propiciar ao leitor uma lente cartográfica para a leitura do trabalho e o que estou fazendo como exercício de pesquisa cartográfica — aquela que se diferencia, também, na escrita e que registra as capturas possíveis. Assim,

penso ser plausível que os leitores se movam pelos fluxos que a leitura e a escrita cartográfica podem proporcionar.

Na quinta seção, mostra-se a noção de comunidade a partir de Bauman (2003), Masschelein e Simons (2013), Sennett (2012) e Biesta (2013). Em suma, não ter comunidade significa estar exposto, ou seja, sem proteção, todavia alcançá-la também significa, de algum modo, perder a liberdade ou, pelo menos, uma proporção dela. “A segurança e a liberdade são valores igualmente preciosos e desejados que possam ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito” (BAUMAN, 2003, p. 10). Na discussão, foi possível a captura do que a comunidade produz como plano de imanência em detrimento de um grupo específico e o que ela produz por se tratar de um espaço-tempo de encontros. Ela possibilita um tempo de “suspensão” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013).

Na sexta seção, dialoga-se com Biesta (2013) e Sennett (2015). Respectivamente, os autores discutem como a comunidade produz os “associáveis” e, conseqüentemente, faz distinção entres eles a partir dos pronomes “Nós” e “Eles”. Diferenciar essa produção dos pronomes permitiu analisar os possíveis associáveis/membros e os não associáveis/não-membros. Essa parte se divide em uma seção secundária em que se discute sobre o comunitarismo como um conjunto de atitudes que são produzidas em ações de condução da comunidade, traçando as linhas que geram essas ações e que tipo de discurso ele pode produzir sendo agenciador de condutas surdas.

Na sétima seção, com o título “A potência da palavra encontro”, trabalha-se com o intuito de potencializar essa palavra na comunidade surda e verificar o que é um encontro para o sujeito surdo. Esses encontros produzem afetos no surdo, o que propiciou a produção de um conceito-ferramenta para a análise dos dados, que denominamos “encontro-amizade”. A possibilidade da produção do conceito ocorreu a partir da nossa captura do que significam os encontros surdo-surdo (s) que constituem uma comunidade. Também essa seção se divide em subtítulos, procedendo-se à análise dos dados desta pesquisa, por meio da qual estivemos em contato com surdos em momentos que, para eles, são pulsões afetuosas. Na Seção 8, foram delineadas as diferenças surdas, que são possíveis pelos tipos de encontros e comunidades com que o sujeito surdo melhor se identifica. Consolidam-se essas diferenças a partir das multiplicidades e não por imposição. Elas são possíveis pelos

afetos e conexões que atravessam diferentemente cada sujeito de um modo particular.

Antes de iniciar propriamente o desenvolvimento deste texto, vejo a necessidade de deixar claro para o leitor que, em alguns momentos, utilizarei a primeira pessoa do singular (Eu) e em outros será possível a utilização da primeira pessoa do plural (Nós). Entendendo que conexões foram possíveis, fui movida pelos atravessamentos que o tempo de estudo no mestrado me proporcionou, tanto nas disciplinas cursadas, quanto em momentos tão agradáveis e proveitosos no Grupo Interinstitucional de Pesquisa em LIBRAS e Educação de Surdos, doravante GIPLES. Assim a produção não se deu somente por mim, e sim por todas as discussões e os sujeitos que me fizeram mover provocada pelo pensamento dos demais membros do grupo. Quando orientada pela minha professora, produzimos juntas questões que puderam ser registradas aqui, resultando no que pude e pudemos produzir como uma pesquisa de mestrado.

2 UMA TRAJETÓRIA NA COMUNIDADE SURDA E A APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NESSE ESPAÇO DE PRODUÇÃO LINGUÍSTICA

Ao iniciar o curso de Pós-Graduação em Educação, tinha como proposta inicial investigar a relação da cultura surda e os movimentos associativos dos surdos na construção da subjetividade do tradutor/intérprete de LIBRAS, porém, após algumas leituras na disciplina Tópicos I e no GIPLES, que ocorreram com minha orientadora, fui levada a novos caminhos, desconstruindo toda a ideia inicial. Afinal, um problema de pesquisa não se cria, ele se constrói no movimento das relações. A escolha inicial do tema deu-se pela minha experiência vivenciada/experenciada na comunidade surda, especificamente na Associação de Integração dos Surdos de Vitória (ASURVI) em vigência na época da minha chegada a esse novo grupo que, linguisticamente falando, até então, eu não conhecia. Por ser atualmente uma profissional tradutor-intérprete de LIBRAS (TILS), surgiu o desejo pela pesquisa.

Participando do GIPLES, tive a oportunidade de estudar autores que contribuíram para uma rede de conexões, antes não existentes em minhas tessituras, como Biesta (2013), Masschelein e Simons (2013, 2014), Nogueira-Ramires (2011), Lopes (2007, 2013), Sennett (2012), Bauman (2003), entre outros, sem deixar de mencionar que, junto a esses autores, estava presente a inspiração teórico-metodológica que se produz entre Deleuze; Guattari e Foucault, fazendo emergir inquietações, possibilitando percepções, afecções e concepções temáticas que nos impulsionam a problematizar os movimentos surdos e as políticas de educação especial, para além do que está dado. Assim como um rizoma, nosso exercício de pensamento foi saindo pela tangente e escapando daquilo que vai além do querer investigativo. Necessitamos atentar a novas questões, essenciais e necessárias, para entender a atual conjuntura do que é esse tempo no processo inclusivo e as movimentações que ocorrem na constituição da subjetividade dos sujeitos surdos, envolvidos no processo pedagógico.

Para conceituar melhor um rizoma e assim direcionar nosso trabalho, tomamos como base conceitual Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que, de maneira rizomática, se deixam ser capturados pelas ideias um do outro. Para o pensamento filosófico de Deleuze e Guattari (1995), um rizoma tem como princípio as seguintes características: em primeiro e segundo lugar, os princípios de conexão e heterogeneidade, pois “[...]”

qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro ponto [...]” (p. 14); em terceiro, o princípio de multiplicidade, considerando-se que [...] uma multiplicidade não tem um sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade) [...]” (p. 15); o quarto princípio é o da ruptura a-significante, porquanto “[...] o rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas [...]” (p. 17); o quinto e o sexto princípios são o da cartografia e de decalcomania, porque [...] um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda [...]”. (p. 20).

A partir de uma filosofia rizomática, buscamos trabalhar nesta pesquisa a possibilidade de composições em que múltiplas conexões e modos de problematizar nosso próprio pensar não nos fixam em concepções, sempre provocando nosso próprio pensamento. Não é um processo confortável, pois trabalhamos, também, com inspirações conceituais que têm como base teórico-metodológica a História, que explica alguns acontecimentos e possibilita registros. Ousamos arriscar que tais inspirações históricas em Foucault seriam aqui, nesta pesquisa, entendidas como registros de linhas de fugas que os sujeitos personagens surdos utilizam como escapes das imposições de um modelo “audista” e também como modelos de uma norma surda produzindo um desenho rizomático para que os registros possam se tornar um rascunho e não um registro fixo, pois os movimentos surdos, como o próprio nome já diz, estão em constante movimento.

Para nos apropriar do conceito de “audismo”, recorro a Vieira-Machado e Lopes.

Segundo Harlan Lane (1992), *audismo* é um termo cunhado pela primeira vez por Tom Humphries em 1977. No Brasil, *audismo* foi traduzido por Carlos Skliar (1998), como *ouvintismo*. Guardadas as ressignificações dadas na tradução, ambos os termos são usados para fazerem referência às práticas normalizadoras que tomam a audição como princípio de normalidade. Lopes (2007) afirma que, ao utilizar o termo *audismo*, ao invés de *ouvintismo*, quer deslocar responsabilidades daquele que ouve para pensar a produção da normalidade — esta definida a partir da norma da audição. Para além do ouvinte (para o qual pode remeter o termo *ouvintismo*), o uso de *audismos* permite deslocar daquele que ouve as histórias de discriminação negativa contra os sujeitos surdos (VIEIRA-MACHADO; LOPES, p. 657, 2016, grifo das autoras).

Seguindo na problematização, como suporte teórico-metodológico e buscando uma prática de pensar rizomático, alerto que, em alguns momentos, estarei em um campo das bases teóricas da História e, em outros, nas rupturas dos fluxos da filosofia da diferença que estão sempre em composição e decomposição, rompendo conexões e podendo se conectar em qualquer outro lugar em seguimento de seu fluxo. Ter a possibilidade de estudar a comunidade surda como algo que se constrói pela História (Michel Foucault), mas que se mantém e se move como um rizoma (Deleuze e Guattari) é ter a oportunidade de estudar com esses autores e poder transitar por tais pensamentos filosóficos. A tentativa de uma composição entre Deleuze e Guattari em Foucault e vice-versa é uma atitude acadêmica que pode dar certo. A tentativa de uma composição entre os teóricos como intercessores conceituais é um esforço que nos dá a possibilidade de utilizar diferentes epistemologias conceituais como esteira para os possíveis deslocamentos durante a produção da pesquisa.

Ao final desta investigação, provavelmente não serei a mesma aluna que entrou no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Inclusivas, mas sim passarei a ser outra EU, entre tantas idas e vindas, em que as rupturas a-significações³ e os demais princípios rizomáticos se fazem presentes na experiência, fazendo-me em constante movimento. A partir das leituras em Deleuze e Guattari, passo a entender que a experiência não é aquilo que faço repetidamente e sim aquilo que me atravessa e que me move no contato.

Assim como o rizoma não se dá especificamente no objeto nem no sujeito, mas sim *Entre* objeto *E* sujeito, me proponho a estar neste “Entre” da comunidade que se faz pelos e...e...e...da comunidade e...e...e... sujeitos surdos e...e...e... ouvintes e...e...e.... Os autores Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), ao mencionarem os e...e...e, querem que tenhamos um olhar para os “entres” das coisas. Nosso olhar aqui esteve voltado para o que acontece entre os surdos e...e...e... a comunidade, os surdos e...e...e... o encontro, os surdos e...e...e... a escola, os surdos e...e...e... o surdo. É uma gagueira que acontece e cujos acontecimentos não temos como explicar.

³ *Rupturas a-significações*: para convencer o leitor sobre o que seja um rizoma, Deleuze e Guattari enumeram em seis princípios certas características aproximativas do rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17).

Como qualquer grupo de pesquisa toma para si uma base teórica que impulsiona a produção de conhecimentos, sou instigada pelas leituras, que impulsionam novas possibilidades de mover de outros modos. É preciso ter atenção aos atravessamentos produzidos em torno dessas novas leituras e em diversos percursos, sem a possibilidade de pré-determinar qual seria, mapeados pelas linhas de fuga que um rizoma toma, fazendo-se e desfazendo-se de novas conexões, como também me conduzindo por uma pergunta central de forma a problematizar o objeto da pesquisa. Enfim, falar/narrar meus próprios enredamentos produzidos com a comunidade surda é fundamental para dialogar com as problematizações que traço ao longo desta pesquisa. Afinal, elas tecem o meu interesse em desbravar o tema, sendo eu também uma participante efetiva nesse espaço-tempo comunitário.

2.1 MINHA CHEGADA À COMUNIDADE SURDA CAPIXABA

Ao chegar à comunidade surda, em um primeiro momento ficava desconcertada e deslocada no grupo, pois o desconhecimento e a estranheza ocorrem, uma vez que a comunidade surda, assim como outras, são comunidades formadas por aqueles que possuem algo em comum. O que me diferenciava daquele grupo é a língua utilizada por eles e que os remete a uma constante exaltação, pois “[...] os surdos tendem a apresentar-se como uma minoria orgulhosa de si mesma, desejosa de sua língua, reivindicando seus direitos” (MOTTEZ, apud THOMA; KLEIN, 2010, p.125). Segundo Lingis (apud BIESTA, 2013, p. 81), comunidade é

[...] em geral concebida com um grupo constituído por vários indivíduos que têm algo em comum — uma linguagem comum, uma estrutura conceitual comum — e que constroem algo em comum: uma nação, uma *pólis*, uma instituição.

Essas ações ocorrem em comunidades/grupos que não fazem parte do nosso cotidiano, pois tudo que foge a nossa rotina particular é algo desconhecido e estranho. Naquele momento de chegada, Eu era a estranha. Bauman, citado por Biesta (2013, p. 85), afirma que “[...] os *estranhos* são aqueles que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo e que as próprias comunidades produzem seus próprios “estranhos” (grifos do autor). Entendo esses “estranhos” a partir de Lopes e Veiga-Neto (2006), segundo os quais os surdos produzem uma “[...] fronteira que

divide a sociedade entre amigos e inimigos, entre simpatizantes da cultura surda e não-simpatizantes”. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p.89).

Lopes e Veiga-Neto (2006) vêm apontando para algumas leituras de marcadores culturais surdos, produzidas pelas narrativas surdas e reproduzidas na comunidade. Para os autores, a exaltação à comunidade surda é um dos marcadores necessários e efetivos para os surdos, que transformam “[...] a vida em comunidade como uma prática social que marca a necessidade de estar entre amigos” (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 89). Tais marcadores e modos de estar nesse espaço foram por mim sendo compreendidos à medida que meu contato com os surdos foi sendo efetivado.

Minha chegada nesse espaço iniciou-se em 1995, quando tive meu primeiro contato com um sujeito surdo, usuário da Língua de Sinais no ambiente de trabalho em uma indústria, na cidade de Vila Velha/ES. Nessa proximidade, iniciou-se também meu processo de aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), já que, para tentarmos uma conversa no ambiente onde trabalhávamos, havia a necessidade de entendê-lo. Então ele utilizava gestos e, posteriormente, utilizava o sinal correspondente. Assim meu vocabulário da Língua de Sinais aumentava gradualmente. Comecei a frequentar um local onde havia outros surdos. Ficava perdida em meio a tantas mãos e braços apontando para todos os lados e cada movimento carregado com tantos significados, ainda incompreendidos por mim.

Trabalhando com uma inspiração que segue fluxo, aqui compreende-se que os “gestos” não são formas inferiores de comunicação, pois mesmo no uso da Língua de Sinais eles estão sempre ali, presentes, no meio. Eles são possibilidades e multiplicidades. Os gestos são linhas de fugas que compõem uma comunicação entre o usuário de uma língua e aquele que não o conhece. Para Deleuze e Guattari (1995), esse movimento é “[...] um estado de variação do sistema das variáveis da língua pública [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 34), como um “estilo”. Os autores mencionam os jargões, as gírias, as linguagens profissionais, o grito do vendedor, entre outros exemplos. Por que não os gestos?

O que denominamos um **estilo**, que pode ser a coisa mais natural do mundo, é precisamente o procedimento de uma variação contínua. Ora, dentre todos os dualismos instaurados pela linguística, existem poucos menos fundados do que aquele que separa a linguística da **estilística**: sendo um estilo não uma criação psicológica individual, mas um agenciamento de enunciação,

não será possível impedi-lo de fazer uma língua dentro de uma língua. DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 34, grifo nosso).

Assim destaco que, através da aproximação com Língua de Sinais nos contatos construídos, casei-me com um surdo, sendo ele o primeiro com quem tive contato e que me apresentou a Língua de Sinais e sua comunidade. No início, foi bem complicado, pois eu não tinha nenhum domínio da língua e ele, por sua vez, não possuía oralidade. Seu domínio do português escrito também era muito restrito, porém sua habilidade na utilização de “gestos” possibilitou o meu entendimento e foi assim que ele me ensinou a sua língua. A partir desse relacionamento, por ele ser um surdo atuante na comunidade surda e na associação de surdos, passei a frequentar os mesmos espaços, principalmente em jogos de futebol onde ele gostava muito de estar.

Por volta do ano 2000, passei a frequentar a ASURVI. Havia uma explosão de sinais, mas eu já tinha um pouco mais de domínio da língua e mais facilidade em entender as conversas. Antes, tive a oportunidade de ficar por um ano em contato, diário, com a comunidade surda no Estado do Rio de Janeiro, entre 1997 e 1998. Esse período me possibilitou aproximação com surdos, os quais, em sua maioria, haviam estudado no Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Na época, eu não conhecia a importância daquele espaço para a educação dos surdos no Brasil e para a divulgação da LIBRAS, em todo país. A partir dessa inserção na associação, principiei meu processo a caminho da interpretação. À medida que me conheciam, solicitavam-me para ajudá-los em alguns momentos e espaços, quando havia a necessidade de um intérprete.

Comecei a participar dos movimentos surdos e, quando os intérpretes que atuavam na associação não estavam, eles solicitavam minha ajuda. Certo dia, enquanto acompanhava uma solenidade com os surdos na Assembleia Legislativa do Estado, fui lançada inesperadamente no ambiente linguístico da interpretação. Diante de algo tão inesperado e não cogitado para minha vida, fui trilhando um percurso, no qual a Língua de Sinais passou a predominar. Na associação e na comunidade, aproximei-me de outros surdos. Por eu ter chegado ao grupo acompanhada de um surdo, não tive nenhuma rejeição aparente.

Percebi que havia diferentes formas de ser/estar surdo, principalmente, no espaço da associação. Recorro a Vieira (2016) que, em sua dissertação, toma como ponto de partida as “práticas de hipervalorização de um jeito de ser surdo”. A autora faz uma discussão sobre como a comunidade surda produz diferentes maneiras de ser surdo a partir de uma norma. Vieira (2016) é uma surda oralizada, posta sob suspeita ao decidir se conduzir como surda e iniciar sua vivência junto à comunidade surda capixaba. A autora passou a fazer parte desse lugar quando se tornou diretora do Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), a antiga Escola Especial de Educação Oral e Auditiva. Ela assumiu a escola no momento em que o método oral deixava de ser uma prática pedagógica, dando lugar à LS. Por ser oralizada e não ser fluente em LS, ficou à mercê do julgamento dos surdos sinalizantes que se posicionavam contra o oralismo. A comunidade surda acreditava que, sendo ela uma “meio-surda⁴”, o método educacional focado na reabilitação oral e auditiva fosse iminente.

A comunidade surda constitui-se a partir de uma identidade constituída pelas diferentes formas de ser/estar surdo. Essas diferenciações ocorrem no sentido de garantir seus lugares nesse espaço simbólico. Os surdos, em sua comunidade, em algumas situações, classificam-se entre si nas relações de poder estabelecidas. Nos encontros, tive contato com surdos usuários da LS, sem o uso da oralidade; surdos pouco oralizados e usuários da LS; surdos bem oralizados e pouco usuários da LS (surdos que ainda estavam em processo de aquisição da LIBRAS); surdos de diferentes faixas etárias, como adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Aprendi também sobre algumas consequências da surdez. A falta da audição pode ocorrer por diferentes fatores, como meningite, tanto na criança quanto na mãe, no período gestacional. Também pude perceber que grande parte dos surdos é oriunda de famílias cuja maioria dos componentes é constituída por ouvintes e que não dominam a LS, fortalecendo o convívio entre sujeitos surdos e sua participação nessa associação, principalmente na época quando a LS ainda não havia sido oficializada.

Com o decorrer dos anos, o contato com a comunidade surda só aumentou e com isso, meu processo de aquisição da LS foi progredindo, com prática e fluência na interpretação. Participar da comunidade e de todo o movimento que ali circula me

⁴ Vieira (2016), nos primeiros capítulos de sua dissertação, discute o nome “meio-surda” como forma de se referir a surdos oralizados que não são fluentes em LIBRAS.

proporcionou uma militância em favor de suas lutas, já que no momento em que cheguei ao grupo, especificamente em 1995, a LS ainda não era reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão, sendo ela ainda menos conhecida pela comunidade ouvinte e muito menos a acessibilidade do sujeito Surdo.

Após treze (13) anos em meio à comunidade surda, em 2008 fiz o exame PROLIBRAS⁵, algo que me colocou no rol dos intérpretes de LIBRAS do Estado do Espírito Santo, o que me garantiu legitimidade no trabalho como TILS. Também em 2008, fiz o vestibular para ingressar na primeira turma de bacharel em Letras/LIBRAS. Deu-se início à minha busca pela qualificação na área da tradução e interpretação. O curso foi ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na modalidade EAD, com um dos polos sediados na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), formando, em 2012, vinte e cinco (25) tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Português, com o grau de bacharel. O curso também foi ofertado como licenciatura, formando vinte e dois (22) professores de LIBRAS, na segunda turma. Desde 2014, os interessados pelo curso têm privilégio de ter acesso à formação acadêmica na modalidade presencial. Esforços de docentes da UFES, que fazem parte da comunidade surda acadêmica (sendo ela composta por ouvintes), não vêm medindo esforços para mudança e melhoria na educação dos surdos neste Estado.

Em 2009, iniciei meu caminho como intérprete educacional, agora não mais voluntária, e sim como profissional da educação, atuando como intérprete na Escola Oral e Auditiva de Vitória e, no decorrer dos anos, em outras escolas estaduais de ensino, nos municípios de Cariacica e Vila Velha. Nessas instituições, trabalhei na forma de designação temporária (DT) e também em escolas da rede municipal de ensino de Vitória. Em 2013, passei no concurso público que selecionava 10 Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, sendo seis (6) para a UFES em Goiabeiras, dois (2) para o *campus* de Alegre e dois (2) para *campus* em São Mateus. Hoje atuo na UFES como servidor técnico-administrativo educacional, na busca por me aperfeiçoar teórica e didaticamente, bem como na prática, para exercer com

⁵ O PROLIBRAS é o Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa.

melhor qualidade minha função de interpretar para os discentes que aqui se encontram.

Diante do meu relato, meu contato e convívio na comunidade surda até os dias atuais, venho, nesta pesquisa, problematizar que subjetividades são produzidas na composição dos sujeitos e nos encontros daqueles que participam desse espaço-tempo, considerando-se a comunidade surda um espaço de construção linguística. Ao decidirmos por uma pesquisa, faz-se necessário colocarmo-nos em um exercício constante. Esse movimento não é fácil, pois compreender as ramificações de um pensamento rizomático, para “Nós” que estudamos educação e, especificamente, a educação inclusiva, necessita de uma prática de pensar nas possibilidades e nas multiplicidades. Seguindo por uma atitude rizomática, buscamos exercitá-la apropriando do conceito de rizoma que, segundo Deleuze e Guattari (1995),

[...] não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda [...]. [...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31, 33).

Assim, o que por nós for “ex-posto” aqui não se converterá em algo fixo apropriado e durável, mas sim em pulsões que podem contribuir com os leitores, interessados pela temática, para pensar novas possibilidades e tentar entender o que é desse tempo. Não necessariamente melhor ou pior, mas sim como possibilidades e multiplicidades.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Busquei por trabalhos produzidos por pesquisadores que abordassem temáticas que provocassem e instigassem a minha pesquisa, principalmente aquelas também produzidas no intuito de problematizar a comunidade surda e seus movimentos. Assim, entre as produções, apresentam-se alguns trabalhos realizados por pesquisadores que, de algum modo, estão envolvidos nos movimentos surdos. A ênfase foi dada àqueles que privilegiam os registros da comunidade surda, das associações de surdos, a história dos surdos, a constituição e apropriação da LS pelos surdos.

Entre essas buscas, no periódico da CAPES com os descritores “surdez” ou “comunidade surda”, foi possível encontrar uma grande gama de trabalhos que utilizam os dois termos, porém o que envolve a temática que pretendo abordar é bem restrito, ao se comparar às demais problematizações. Assim, selecionei aqueles que falam, pelo menos, em algum dos capítulos, sobre as associações, a comunidade ou a constituição dos surdos. Também vale ressaltar que a maioria dos trabalhos que discutem a surdez em nossa contemporaneidade encontra-se na região sul do Brasil, especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Priorizei os que puderam dialogar com esta pesquisa. Fiz a opção por esses trabalhos para minha revisão de literatura, na possibilidade de um diálogo entre as pesquisas, já que algumas delas consistem em trabalhos produzidos por autores surdos e que problematizam sua própria subjetividade surda, narrando e registrando suas próprias histórias. As narrativas dos sujeitos surdos que produzem um trabalho acadêmico será subsídio para problematizar os espaços-tempos de encontros e a produção de uma comunidade.

Um dos trabalhos com o qual dialogamos é a tese de Perlin (2003), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*, que desenvolve a discussão do ser/estar sendo surdo pela diferença. O ser/estar sendo surdo, segundo Perlin, é naturalmente firmado no interior, no chão onde reside o povo surdo. Sua tese é construída dentro dos efeitos. Minha dissertação problematiza também o ser e o estar sendo surdo, mas fundamentando-se em uma

temporalidade diferente, no propósito das experiências e das trajetórias que acompanham o discurso utilizado.

Schmitt (2008), cuja dissertação foi defendida no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal de Santa Catarina, consiste no trabalho de um pesquisador surdo, que defende a ideia de o próprio surdo pesquisar sobre o ser surdo. Em seu trabalho, Schmitt faz uma busca histórica para o registro dos movimentos surdos do Estado de Santa Catarina a respeito das instituições por eles organizadas, dos movimentos que influenciaram na educação dos surdos nesse Estado e da criação de suas primeiras associações. O autor traz, como fonte-alvo de sua pesquisa e objeto, um surdo de nome Francisco Lima Junior (Chiquito) e alguns ex-alunos de Chiquito, fazendo uma arqueologia de como a LS chega ao Estado, proporcionando o surgimento das primeiras escolas para surdos e a primeira associação de surdos em Santa Catarina. Schmitt (2008) faz um mapeamento organizado das primeiras associações de surdos da América Latina, que têm como pioneiros no Brasil os Estados de São Paulo (1955), Rio de Janeiro (1955), Minas Gerais (1956), Santa Catarina (1955), Rio Grande do Sul (1955) e Paraná (1956). A dissertação de Schmitt (2008) serviu como base para perceber qual a importância das associações para a comunidade surda, na medida em que ela constitui um espaço fixo que possibilita os encontros surdo-surdo (s) como também lugar de lutas surdas.

Gediel (2010), na tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *Falar com as mãos e ouvir com os olhos?: a corporificação dos sinais e os significados dos corpos para os surdos de Porto Alegre*, mostra, em sua pesquisa, a produção das especificidades culturais dos surdos. A pesquisa faz uma abordagem em torno dos direitos humanos e das desigualdades sociais, culturais, da inclusão e da exclusão. Para tanto, sua pesquisa se posiciona em um olhar para duas instituições — um espaço institucionalizado e outro não institucionalizado. O institucionalizado é formado por pessoas surdas que participam da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul - SSRS. A instituição é composta por pessoas diversas que, na época, eram alunos de uma escola de jovens e adultos. Esse grupo se socializa em diversos espaços de diversão e lazer, em diferentes espaços da cidade (GEDIEL, 2010). A autora apresenta, em um dos capítulos, a estrutura e a organização arquitetônica da

associação, dando ênfase a cada espaço criado dentro desse espaço-tempo comunitário. Relata os movimentos, os assuntos temáticos e a diversidade, bem como as multiplicidades que acontecem nesse espaço associativo.

Os surdos, como fica evidente nesse trabalho, se organizam e constroem seus espaços na sociedade ouvinte. Para a obtenção de visibilidade como um grupo minoritário, por um lado, eles formam grupos e interagem em associações de Surdos, fortalecendo posições ideológicas e políticas. São os acordos estabelecidos internamente ao grupo que resultam em conquistas, tais como a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS, e a abertura de instituições para Surdos. Por outro lado, à medida que se organizam e se posicionam criticamente nos espaços sociais e políticos da sociedade ouvinte, reivindicam processos de visibilidade, acessibilidade e inclusão como um grupo minoritário. (GIDIEL, 2010, p. 17-18).

Entre suas análises, a autora afirma o que pode perceber nas relações que acontecem nesse espaço. Assim, ela expõe as hierarquias e as prelações, presentes nas performances dos integrantes dos eventos realizados no local, sendo notáveis suas atuações como dirigentes, representantes institucionais e líderes em convenções informais. Assim, no diálogo com esse trabalho, tive a oportunidade de viabilizar uma discussão comigo mesma problematizando esse espaço e produzindo as análises dos meus dados, na medida em que a associação é um espaço que produz seu discurso proveniente de um lugar onde a maioria dos surdos devem estar. A partir dessa percepção, é possível visualizar quais efeitos estão embreados nas ações do grupo e em que esses efeitos serão comumente reproduzidos por seus membros.

Na dissertação defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), intitulada *A constituição da comunidade surda no espaço da escola: fronteiras nas formas de ser surdo*, Mello (2011) tem como *corpus* de análise para produção da sua pesquisa a comunidade surda como produtora de um lugar de vida. Nela se forjam as identidades surdas, já que a comunidade é percebida como um lugar seguro e tranquilo para se viver, também abordando a relação entre a comunidade surda e a escola. Os dados serviram para uma análise comparativa com a presente pesquisa para entendermos como os encontros surdo-surdo (s) produzem as diferenças entre os modos de ser surdo. A autora faz uma revisão bibliográfica, utilizando teses e dissertações escritas por surdos. Tais registros são formas de resistência de uma política afirmativa, como campo discursivo, com o propósito de identificar em seu trabalho pesquisas desenvolvidas pelos próprios surdos, sendo narradores de si, e influências que essas pesquisas produzem na comunidade surda acadêmica.

Para minha interlocução, tentando me aproximar dos autores, em termos territoriais, apresento duas dissertações capixabas para conversarem comigo, a primeira de Vieira-Machado (2007) e a segunda de Bregonci (2012). Ambas foram pesquisas feitas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vieira-Machado (2007), com a dissertação intitulada *Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história*, fez pesquisa pioneira no que se refere aos estudos da surdez no Estado do Espírito Santo. A temática contribuiu com meu trabalho, dando-me sustentação no estudo do campo discursivo da surdez, abordando como a LIBRAS chegou ao Espírito Santo e como se estabeleceu a primeira associação de surdos de Vitória, sendo refúgio daqueles que necessitavam de um espaço-tempo para seus encontros e possibilidade de fomento da língua, formando, nesses encontros, diferenças surdas. A autora narra que seu pai “orgulhoso” dizia e demonstrava para os outros surdos que sua pequena era uma “[...] ouvinte quase-surda [...]” (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 21). Ela constata como, inocentemente, esteve presente em reuniões com surdos adultos, para a formação de uma associação.

A autora, em sua dissertação, faz uma narrativa das marcas culturais dos surdos capixabas, contada pelos próprios surdos, sendo ela também, em alguns momentos, o próprio objeto da pesquisa, já que se constitui nesse espaço, por se tratar de uma Coda⁶, filha de surdos participantes ativos dessa comunidade. Segundo a autora, “[...] ir às reuniões da formação de uma associação de surdos era a diversão do momento”; “[...] corríamos o tempo todo, enquanto os surdos discutiam seu futuro, seu passado e seu presente [...]” (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 23). Com as narrativas de Vieira-Machado (2007), tentarei perceber como, na comunidade surda, os surdos não são

⁶ Há algumas décadas, os filhos ouvintes de pais surdos eram referidos – em língua inglesa – por HCDPs (Hearing Children with Deaf Parents – Crianças Ouvintes com Pais Surdos). Nos anos 80, porém, o acrônimo Coda (Child of Deaf Adults) ganhou popularidade, sobretudo pela fundação da organização internacional *Children of Deaf Adults, Inc* (CODA) que, sediada nos EUA, dedicou-se à promoção de temas relacionados às experiências de filhos ouvintes de pais surdos, mundo afora. Hoje, o termo *coda*, cunhado por Millie Brother, é empregado em diversos países, inclusive no Brasil e em Portugal. Alguns autores distinguem a palavra CODA (em maiúsculas) de *coda* (escrita com minúsculas): a primeira, por essa diferenciação, remete à organização CODA Inc.; a segunda, ao adjetivo usado para designar esses sujeitos específicos. Há ainda os que ressaltam a inicial maiúscula (*Coda*) para retratar indivíduos que reafirmam a experiência “CODA” (comumente bilíngues e “biculturais”). Disponível em: <<https://culturasurda.net/2013/02/01/coda/>>: Acesso em: 20 jul. 2016.

considerados totalmente estranhos, mesmo àqueles que chegam ao grupo sem saber sua língua natural.

Quando mencionamos que a língua do surdo é a LS, entendemos que, sendo a Libras uma língua de uma modalidade visual-espacial, ela se torna para o surdo — sujeito não possuidor do sentido da audição — possibilidade comunicativa. Suas experiências passam pela visão como condução de informação. A LIBRAS é, então, uma língua acessível, de fácil aquisição e, conseqüentemente, como uma tecnologia para obtenção e produção de conhecimento e socialização. A importância da Língua de Sinais e sua aquisição pelos novos membros produzem um espaço se torna ambiente de construção linguística. Quais são as potências que se formam nesse espaço-tempo? Podemos dizer também que os novos membros são surdos oriundos de famílias ouvintes, em sua maioria, que não possuem domínio e, em grande parte, conhecimento da relevância da LS. Por outro lado, para estar na comunidade, não necessariamente devem ser pessoas surdas. Podem ser ouvintes que não possuem nenhum contato com sujeito surdo e que, no intuito de adquirir LS, passam a frequentar tais espaços, onde os encontros surdo-surdo (s) acontecem. Incluem-se nesse grupo os familiares que, conscientes e pela concepção e estado de seus filhos, passam a frequentar esses ambientes, para que, juntamente com eles, também aprendam a LS, entre outras possibilidades. Mais à frente, discutiremos quais ações me fazem ser aceita em uma/na comunidade, mesmo não sendo surda, até que ponto isso ocorre e quais as fronteiras que me distinguem dos associáveis.

Outro trabalho com que pude estabelecer interlocução é o de Bregonci (2012), em sua dissertação intitulada *Estudantes surdos no Proeja: o que nos contam as narrativas*. Em seu texto, a autora faz um relato histórico de como os movimentos associativos são mais antigos do que os movimentos educacionais, tendo como principal participante o próprio sujeito surdo.

[...] os movimentos surdos de Associações de Surdos são mais antigos. E foi dentro de espaços como as associações de surdos e de forma escondida nas escolas de surdos, que a Língua de Sinais sobreviveu ao século XX, século do oralismo no Brasil (BREGONCI, 2012, p. 83).

Quando os surdos passam a frequentar os espaços de encontros entre seus pares, eles vão em busca de aceitação. Algo que, em alguns ambientes da sociedade, não se acontece por causa da especificidade de sua marca linguística. Não quero dizer

que seja de forma discriminatória ou segregada. Devido aos limites interpostos na comunicação, poderíamos, pois, indagar: diante de um surdo que se comunica pela LIBRAS, quem é limitado: os Surdos ou os ouvintes que não a conhecem? Assim, é grande relevância a dissertação de Bregonci (2012) para uma interlocução com as possibilidades a que nossa pesquisa se propõe ao discutir comunidade surda, que é, também, produzida no chão das associações de surdos. Além do lugar fixo, é imprescindível analisar os encontros que essas associações promovem.

Doravante nossas tensões estarão em constante diálogo com autores que discutem sobre educação. A comunidade surda, aqui neste trabalho, é também a comunidade que se forma na e pela escola. Examinar o tema de pesquisa na possibilidade de se fazer uma conexão para problematizar a comunidade surda escolar e as comunidades em geral pode nos auxiliar a pensar a comunidade surda na educação e que tipos de práticas podemos utilizar para o fomento da educação dos surdos.

Masschelein e Simons (2013) vêm em defesa do escolar dando uma atenção específica aos maus alunos, aqueles que carregam em si marcas dadas pela sociedade, pela lente da invisibilidade social com que são discriminados.

Os nossos “maus alunos”, aqueles programados para não se tornarem nada, nunca vêm para a escola sozinhos. O que entra na sala de aula é uma cebola: várias camadas de desgostos da escola — medo, preocupações, amarguras, raiva, insatisfação, renúncia furiosa — embrulhados em torno de um passado vergonhoso, um presente sinistro, um futuro condenado. Olha, lá vêm eles, os seus corpos em processo de *formação* e suas famílias nas suas mochilas. A aula não pode realmente começar até que a carga tenha sido colocada no chão e a cebola descascada. É difícil de explicar, mas apenas um olhar, uma observação gentil, uma palavra clara e firme de um adulto atencioso, muitas vezes, é o suficiente para dissolver esses desgostos, clarear essas mentes e colocar essas crianças, confortavelmente, no presente do indicativo. [...] (PENNAC, apud MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 35, grifos do autor).

Impossível não ver os sujeitos surdos, que eram e ainda são vistos como “maus alunos”. Alguns anos atrás, a proibição da LS fez com que os Surdos pudessem buscar abrigos seguros, não nas escolas e sim nas associações de surdos e nas comunidades surdas para continuarem a utilizar sua língua de comunicação cotidiana.

Ter a possibilidade de um diálogo com a revisão de literatura e problematizar a ideia de comunidade é também ter uma investida de que, para essa pesquisa, comunidade surda é qualquer espaço onde o encontro entre pares sejam possíveis. Ali eles chegavam e chegam com suas “camadas. Ao chegarem, essas camadas são

retiradas aos poucos, embora ele mesmo, sujeito surdo, ao sair, reponham algumas camadas que ainda voltam a se assentar. O processo ocorrerá todas as vezes que os surdos buscam os espaços de “suspensão” para se sentirem seguros. (PENNAC apud MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 35). Vários rituais são necessários para sermos aceitos em uma comunidade. Nas comunidades, existem fronteiras invisíveis que são vigiadas por seus membros, possibilitando a entrada de estranhos e seus desligamentos. Tal vigilância ocorre também para os associáveis. Há de se ter um controle, para que a comunidade não seja corrompida e se desfaça, prejudicando os que dela necessitam. Entender e perceber tais dispositivos será necessário para analisar quais os movimentos movem a comunidade surda e em que elas se sustentam.

Na próxima seção, discorre-se sobre a metodologia adotada para a produção dos dados deste trabalho, trazendo principais pontos, características e multiplicidades que o método cartográfico possibilita como um pensamento rizomático de análise na produção de uma pesquisa.

4 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: PERCURSOS CARTOGRAFANDO OS ENCONTROS

O que nos força a pensar é o signo. O signo é objeto de um encontro, mas é precisamente a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que ela faz pensar. O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural; ele é, ao contrário, a única criação verdadeira. A criação é a gênese do ato de pensar no próprio pensamento

Gilles Deleuze. **Proust e os signos**, p. 91.

Sendo o encontro, nesta pesquisa, entendido como potência agenciadora que produz uma comunidade surda, confrontar e problematizar que efeitos este espaço-tempo produz naqueles que procuram nos encontros a possibilidade de uma aproximação de corpos que se identificam pela falta de audição se faz valioso e arriscado, pois estamos habitando um campo onde a comunidade surda é idealizada e desejada por aqueles que dela necessitam.

Com uma inspiração cartográfica em que “[...] pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processo, e não na representação de objetos” (PASSOS; KASTRUP, ESCÓSSIA, 2015, p.53), me propus a acompanhar processos que ocorrem na comunidade surda. Busquei o que acontece nos “Entre” da comunidade, dos encontros e dos sujeitos. Tal atitude me possibilitou uma captura de que os encontros produzem a comunidade que, por sua vez, produz subjetividades surdas, além de conflitos e tensões a que essas comunidades surdas também estão sujeitas.

Composta por sujeitos que carregam suas diferenças, a comunidade está em constante movimento. E apesar do viver “comum” em uma comunidade, que está predisposta a uma forma de condução específica de vida, o movimento a partir das diferenças cria linhas de fugas que provocam tensões no espaço-tempo de encontros surdo-surdo (s), formando uma comunidade configurada por tessituras e impulsionando outros modos de ser surdos, sempre em composição e decomposição com as possíveis e múltiplas subjetividades.

Discutindo aqui a metodologia escolhida para a construção da dissertação, ao citar Deleuze na epígrafe desta seção, propomos seguir em uma discussão no corpo deste trabalho, na tentativa de nos aproximarmos do objetivo proposto, caminhando e estando em contato com os sujeitos “associáveis”. Pretende-se problematizar a

comunidade surda a partir dos escritos de Biesta (2013), Bauman (2003) e Sennett (2012), trazendo, à luz, seus estudos em relação à “comunidade”, como também transitar por ela como ponto de partida desta pesquisa.

Comunidade é todo um local/espço produzido pelos encontros surdo-surdo (s). Inicialmente, os encontros se localizavam especificamente nas associações, hoje esse espaço toma novos rumos de acordo com a necessidade, tornando-se linhas de fugas, compondo-se e decompondo-se quando necessário, compondo espaço-tempo, compondo subjetividades e atitudes. A escolha da epígrafe incita-nos a investigar como ocorre o processo de constituição de uma comunidade e, no caso deste trabalho, a comunidade surda, pois “[...] é precisamente a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que ele faz pensar [...]”. Pretende-se buscar os fluxos que possibilitaram bases emergenciais para que esses espaços se tornassem agenciadores de encontros comunitários e quais produções puderam ser constituídas a partir deles.

Foucault (1995, p. 232) afirma que “[...] necessitamos de uma consciência histórica da situação presente”. Analisar o percurso histórico, na construção de um grupo, é enriquecer o processo de aquisição de saberes atuais como uma rede que se tece de acordo com as conexões possíveis. Nesta pesquisa, entende-se que, ao nos dedicarmos aos efeitos que são gerados nos encontros surdo-surdo (s), será válido recorrer ao uso da cartografia, a partir da vivência com a comunidade surda, podendo ser ela na associação de surdos, na escola, em eventos, enfim, nos encontros surdo-surdo (s). Vale ressaltar que, como método de pesquisa, para a cartografia nada é fixo, tudo são fluxos e pode mudar no decorrer do espaço-tempo observado.

Como mencionado anteriormente, a comunidade é todo lugar que oportuniza o encontro. Não somente os espaços físicos, como também os espaços virtuais. Tendo em vista que atualmente a era tecnológica produz uma série de aplicativos virtuais de conversação em vídeo, essa possibilidade facilita o encontro surdo-surdo (s), independentemente de sua localização geográfica, sendo necessários apenas os recursos virtuais/tecnológicos para que os encontros aconteçam.

Dentro de uma proposta metodológica, em que regras são exigidas em uma pesquisa, traçamos aqui nosso percurso de produção e investigação seguindo com o que a

cartografia tende a nos proporcionar: o lançamento e a condução pelos afetamentos que são produzidos no contato entre “Nós”, os sujeitos e os objetos da pesquisa, que fizeram possíveis as composições e as conexões no percurso desta investida acadêmica.

O desafio é o de realizar uma inversão do sentido tradicional de método — não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traçam no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. (PASSOS; BARROS, 2015, p.17).

Na busca de entender como se trabalha com o método cartográfico em ciências sociais, nos amparamos nos estudos de Passos, Kastrup e Escóssia (2015), que utilizam Deleuze e Guattari:

[...] são múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de o “mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vez ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto o rizoma não tem centro. (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2015, p.10).

Cartografar os efeitos que movimentam a comunidade surda foi um exercício a ser utilizado na produção dos dados desta pesquisa. O sentido da cartografia é o de “[...] acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizoma [...]”. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.10). Por isso, a pesquisa não foi centralizada em um só lugar. Ela foi realizada nos diversos espaços-tempos, em que os encontros surdos foram possíveis. Tratando-se de uma comunidade que se movimenta, nos propomos a acompanhar os processos que constituem a sua produção levando em conta as narrativas dos surdos quando mencionam os encontros e a comunidade.

Fazer uma análise sobre o que é comunidade e tentar entendê-la proporcionou um exercício de pensar a comunidade surda como um espaço daqueles que têm algo em comum. Em consonância com o tema, leituras dirigidas propiciaram abordagens sobre o conceito de comunidade, possibilitando uma leitura da comunidade surda e o que ela produz como processo de subjetividades surdas.

Vieira-Machado (2007) relata as marcas culturais e a necessidades dos surdos de estarem juntos. Assim, os espaços de encontros dos sujeitos surdos com seus pares constituem-se em território de encontros culturais (tendo como marcador cultural a

própria LS), o que aumenta a importância da comunidade surda e sua necessidade, porém pensamos ser interessante problematizá-la.

4.1 CARTOGRAFANDO EXPERIÊNCIA

A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.

Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, p.17.

A seção que discorre sobre a metodologia é também um espaço no qual poderemos nos colocar em estado de “ex-posição”, cujas possíveis interpretações de mundo se dão a partir de uma emancipação de conhecimento e da própria transformação do pensamento; cartograficamente, esse é o processo de mover-se. Saio de uma conexão e passo a me conectar em um novo ponto do rizoma. Caso contrário, a pesquisa não se constrói.

Afastamo-nos daquilo que é rígido, das essências, das convicções, do universais, da tarefa de prescrever e de todos os conceitos e pensamentos que não ajudam a construir imagens de pensamentos potentes para interrogar e descrever-analisar nosso objeto. Aproximamo-nos daqueles pensamentos que nos movem, colocam em xeque nossas verdades e nos auxiliam a encontrar caminhos para responder nossas interrogações. Movimentamo-nos para impedir a ‘paralisia’ das informações que produzimos e que precisamos descrever-analisar. Movimentamo-nos, em síntese, para multiplicar sentidos, formas, lutas. (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 16-17).

Diferentemente da cartografia tradicional, que traça mapas de territórios, relevos e distribuição populacional, uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistências e liberdade. A cartografia consiste, inicialmente, em acompanhar os processos e devires que compõem um campo social, que é a realidade em contínuo]arranjo e desarranjo, conforme afirma Barros e Kastrup (2015, p. 73) “[...] parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra”.

Para produzir uma escrita em que o método cartográfico seja válido, busca-se a possibilidade de “[...] aberturas de um trabalho de pesquisa que abrem linhas de

continuidade, que podem ser seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta” (BARROS; KASTRUP, 2015, p.72).

Sendo o objeto de pesquisa encontros entre surdos, vale optar pelo procedimento metodológico, que não é um método fixo, e sim pista de um modo de pesquisa, em que os dados não se coletam, mas se produzem no fazer pesquisa. Sendo eles produzidos junto, optamos por utilizar as narrativas que se constituíram ao longo dos encontros. Em suas características, estão as devidas possibilidades: ouvir e ver; examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar; perceber aspectos que os indivíduos não têm consciência, porém manifestam, involuntariamente ou não. Ao se apropriar desse procedimento metodológico, o pesquisador pode assumir várias características: participante, não participante, individual, em grupo, em laboratório, na vida real, entre outras. Tal metodologia possibilita fazer as escolhas no decorrer das problematizações e da investigação do problema.

A partir do método cartográfico, toma-se como procedimento metodológico a “narrativa surda” por meio de uma pergunta central que provocou outras que se produziram em novas questões ao longo da conversa. Onde, quando e com quem você aprendeu Libras? Essas constituíram as primeiras indagações provocadoras. Os surdos entrevistados pertencem a diferentes idades e circulam em diversos espaços comunitários que:

- a) em primeiro momento educacional, tiveram acesso à educação do método audista. Aprenderam Língua de Sinais nas escolas orais auditivas de forma marginal (fora dos olhares da escola);
- b) participaram e ainda participam de movimentos associativos;
- c) aprenderam a língua com amigos surdos fora do espaço escolar;
- d) aprenderam LS na escola, tendo como metodologia o projeto de escola bilíngue, tanto do município de Vitória quanto do município de Vila Velha; ao enunciarmos escola bilíngue, estamos observando a partir dos aspectos em que a escola possibilita a presença de profissionais no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na área da surdez, com a presença de professor bilíngue (prioridade do ensino do português como segunda língua), instrutor e/ou professor de LIBRAS e Intérprete/tradutor de LIBRAS/Português;

- e) nunca participaram de movimentos associativos de surdos e seu contato com a língua e outros surdos se deram inicialmente no AEE e no contexto religioso;
- f) atuam como instrutores e professores de LIBRAS, desde as séries iniciais até o ensino superior;
- g) estudam no ensino médio e no ensino superior;
- h) não tiveram seus estudos concluídos por “n” questões;
- i) tiveram contato com o método audista e terminaram sua escolarização na proposta do método inclusivo.

Para a coleta de dados, recorreu-se à antiga Escola Oral e Auditiva de Vitória, hoje conhecida como CAS. Esse espaço vem sendo utilizado como ponto de referência para eventos da comunidade surda da Grande Vitória, provocados especificamente pelas ações que sua gestora vem promovendo juntamente com sua equipe pedagógica. Estive nesse espaço em dois momentos importantes para a comunidade surda local, sendo um deles em um jogo amistoso promovido pelo CAS, no intuito de propiciar o encontro de surdos e simpatizantes da comunidade surda da Grande Vitória em um mesmo encontro/jogo/futebol. Estiveram presentes o time do CAS/Cachoeiro de Itapemirim (sul do Estado); o de CAS/Vila Velha; o time representante da Associação de Surdos de Cariacica (ASC); o time representante da ASURVI e o time de ouvintes (pessoas que fazem parte da comunidade surda local).

A escola vem sendo utilizada, aproximadamente desde 2010, por um grupo de surdos que se encontram todas as terças e quintas-feiras para um futsal noturno. A ideia veio da possibilidade de criar espaço e momento de encontro, pois a ASURVI encontra-se com suas atividades suspensas mais ou menos desde 2007, quando ela perdeu o local que era cedido por uma empresa — a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) — que se constitui autoridade portuária do Espírito Santo, onde a associação realizava seus encontros de finais de semana.

No segundo momento, a pesquisa ocorreu na Semana do Surdo, promovida pelo CAS/Vitória desde 2009, sempre no mês de setembro, em comemoração às conquistas que a comunidade surda vem conseguindo em suas lutas políticas, em que as questões de acessibilidade educacional e social são os grandes eixos norteadores dos movimentos. Utilizei, também, meu espaço de trabalho, pela logística e pela

possibilidade de acesso a alguns surdos que estão no curso de Letras/LIBRAS na UFES, como também ao professor surdo de que esse curso dispõe.

O modo de captura das narrativas ocorreu da seguinte forma: os participantes foram informados de que a entrevista seria para minha pesquisa de mestrado e que seria filmada. Todos os participantes concordaram com a gravação como forma de registro. Fiz posteriormente, também, uma filmagem com algumas perguntas, de acordo com as entrevistas presenciais, e enviei para alguns surdos que me responderam via vídeo. Somente um dos participantes me respondeu por escrito via e-mail. Para a transcrição dos vídeos não utilizei glossário. Fui revendo as filmagens e transcrevendo direto para o português. Durante as análises dos dados, eu sempre retomava os vídeos para acessar as “expressões” produzida pelos sujeitos, quando pude perceber e sentir em que momento o surdo enfatizava mais sua fala e poder registrar com mais ênfase a discussão das falas. Para classificar os entrevistados, recorri a nomes fictícios para proteger as identidades dos participantes, resguardando suas integridades e possíveis críticas e oposições de opiniões. Para finalizar a dissertação, produzi um Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, anexado ao texto final, tendo em vista a autorização ter sido feita e concedida nas filmagens durante as entrevistas.

Após proposto nosso referencial metodológico, no intuito de propiciar ao leitor uma lente cartográfica, na seção seguinte abordaremos o que é uma comunidade para mais à frente dialogarmos sobre a comunidade surda, foco desta pesquisa.

5 SOBRE A COMUNIDADE SURDA: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA POR MEIO DA COMUNIDADE

Para os surdos, a grande e importante potência que provém da comunidade é a aquisição da LS, que até então não era possível adquirir em outro espaço, como em uma *polis* ouvinte. Tomando como base Masschelein e Simons (2013) e sua defesa do espaço escolar, arrisco a pensar paralelamente o surgimento das comunidades/associações de surdos, que *a priori* se iniciam em um período, no qual as línguas de sinais eram indesejadas socialmente e consideradas uma sublinguagem, tornando-se espaços de “suspensão” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013).

Para Masschelein e Simons (2013), que vêm em defesa da escola para além de espaço físico, cadeiras, mesas, professores, na escola o aluno deixa de ser filho e filha, mesmo que em tempo bem curto. Para melhor ilustrar, os autores mencionam que o hospital-escola “[...] oferece às crianças descanso [...]” e ainda “[...] o que a escola faz é prover o tempo em que as necessidades e rotinas que ocupam a vida diária das crianças — nesse caso, uma doença, pode ser deixada para trás [...]” (MASSCHELEIN; SIMONS, 20013, p. 31).

Partindo de uma concepção diferente dos surgimentos das escolas, já que as comunidades/associações foram pensadas por aqueles que pouco tinham a contribuir na sociedade, as associações de surdos foram pensadas por aqueles que perambulavam, sem produtividade, e que foram rejeitados principalmente por não terem uma língua oral: suspensão da sociedade linguística oral e suspensão de suas famílias que não dominavam a LS.

A LS passou por um período de repressão, sendo vista como uma língua inferior. Os surdos, em sua maioria e não totalidade, em desacordo com um modelo “audista” nas escolas, movimentam-se em linhas de fugas, compondo formas subversivas e criando espaços clandestinos para o uso da LS, entre os quais destacam-se as associações de surdos, com o intuito de não deixar que a LS seja perdida com o passar dos tempos, como lugar de prazeres comunicativos. Assim, as associações se instituem como um lugar dos “encontros-surdos” possíveis. Dessa forma, a comunidade surda pode ser pensada como espaço-tempo, onde e quando os surdos passam a se encontrar.

Torna-se, também, local de aprendizagem e, principalmente, de produção de uma comunidade linguística. A partir dessas associações, o que temos visto e lido foram os surdos que impulsionaram todo movimento voltado para as regulamentações das escolas de surdos, tendo como objetivo a escola bilíngue. Nas associações, os sujeitos/membros, em suas multiplicidades, circulam com vários discursos e têm a possibilidade de se embrenharem em inúmeras temáticas, que serão contempladas por aquele que se interessar, tendo em vista a quebra de barreira comunicativa que impeça sua relação com seu par.

A comunidade surda, assim como o escolar de Masschelein e Simons (2013), produz uma “suspensão” temporária de uma condição estereotipada da diferença que dá ao sujeito surdo, na sociedade audista, a condição da anormalidade. Diferença aqui tem o sentido de uma possibilidade linguística, sendo o surdo usuário de língua visual e que vive uma sociedade produtora de uma língua oral. No entanto, não devemos pensar que ali, na comunidade surda, ele também seja submetido a nenhuma forma de subjetivação. Nessa comunidade, os sujeitos estão sob o jugo de uma norma surda, em que “[...] são produzidos discursos sobre a surdez nos quais, na atualidade, o normal surdo é aquele sujeito fluente em Língua de Sinais, integrante da comunidade surda, militante das causas surdas, entre outras” (LOPES; THOMA, 2013, apud VIEIRA, 2016, p. 26).

Bauman (2003) problematiza a noção de comunidade, também, a partir do que a sonoridade da palavra induz e o que ela pode incitar e idealizar.

[...] Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre Nós (BAUMAN, 2003, p. 7-8, grifos do autor).

O autor afirma que a comunidade é algo que desejamos e idealizamos. Segundo ele, “[...] em suma, a comunidade é um tipo e mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance — mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9). Enfim, a palavra comunidade “[...] soa como música aos nossos ouvidos” (BAUMAN, 2003, p. 9). Afinal, no mundo atual, onde a incerteza e a insegurança são sensações importantes, a comunidade acabaria se tornando uma

espécie de “paraíso perdido”. A comunidade, segundo Willians (apud BAUMAN, 2003, p. 9), está na ordem do “sempre foi”. No entanto,

[...] podemos acrescentar: que ela sempre esteve no futuro. E que “Comunidade” é nos dias de hoje outro nome para paraíso perdido (*sempre foi*) — mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim, buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá. (BAUMAN, 2003, p.9, grifos do autor).

A comunidade surda, nessa perspectiva, torna-se aquele lugar que produz uma “sensação de aconchego”, no qual a língua utilizada pelos integrantes é uma modalidade visual e cujos aspectos passam longe da perspectiva audista que permeia a sociedade como um todo, causando, nos sujeitos surdos, a sensação de incômodo produzida pela exclusão na maioria dos processos sociais. Também, pensando ainda no “paraíso perdido” ou no “paraíso almejado”, esses espaços se caracterizam como uma espécie de lugar perfeito, imaginado onde os encontros surdo-surdo (s) se constituem em uma identificação entre os surdos consigo mesmos e com o Outro, aquele que eu conheço e consigo capturar.

Desse modo, problematizar a comunidade, em que o sujeito surdo se sente seguro, a ponto de se sentir relaxado, no conforto da sua língua, faz-se necessário para que se questione, no interior dela, pois também existem as resistências e os conflitos linguísticos, de modo que nem todos desejam de maneira fixa estar ali e ser subjetivado a um modo de ser surdo. Somos linhas, conexões e redes, seguimos fluxos, estamos em constante movimento, produtos de composições e decomposições.

Se uma língua é um dispositivo de acolhida e de pertinência, também é um dispositivo de repúdio e de exclusão: daqueles que não a dominam, que não aceitam, que nela não se sentem à vontade, que não usam, que não se submetem a regras, que não obedecem a seus imperativos. (LARROSA; SKLIAR, 2015, p. 60).⁷

Destarte, segundo Bauman (2003), há um preço a pagar pelo privilégio da sensação de aconchego (no caso da comunidade surda, aconchego linguístico). Enquanto a comunidade é sonhada e idealizada (em uma espécie de comunidade/ficção), o preço parece ser ínfimo, quase imperceptível. Contudo, não dá para fugir da ideia de que é um preço pago com a liberdade “[...], também chamado de ‘autonomia’, ‘direito à

⁷ Publicado inicialmente em LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Ed.). **Entre pedagogía y literatura**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2007.

autoafirmação' e 'à identidade'. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra" (BAUMAN, 2003, p. 10, grifos do autor). Em síntese, não ter comunidade significa estar exposto (sem proteção). Todavia, alcançá-la significa, de algum modo, perder a liberdade ou, pelo menos, uma proporção dela. "A segurança e a liberdade são valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito" (BAUMAN, 2003, p. 10).

Os encontros surdo-surdo (s) que produzem uma comunidade adjetivada de "surda" são tensionados neste trabalho justamente porque, pela receita que a inventa como ela é hoje (assim como qualquer comunidade), segurança e liberdade são desajustadas, ou seja, tal receita que produz "[...] as comunidades realmente existentes [...]" (BAUMAN, 2003) torna esse desajuste mais visível do que a perspectiva dela como um "paraíso perdido ou esperado". A comunidade "realmente existente", encarnada, depende de uma coletividade que exige (em nome do bem comum, do sonho realizado) "[...] uma lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição" (BAUMAN, 2003, p. 10).

A LS, nesses encontros, é exatamente o que mobiliza a criação dos espaços comunitários, ditando os comportamentos para fazer parte dele. Retomando Larrosa e Skliar (2015), a língua pode ser um fator de acolhimento ou exclusão, embora nos arvoremos em afirmar que ela cria condições de possibilidades para a produção de subjetividades surdas. Como então podemos imaginar a comunidade surda como paraíso perdido ou almejado? Espaços como esses trazem tanto a segurança do encontro entre os seus como a liberdade do uso da língua. Por outro lado, o não uso dela também traz desconfiança pela coletividade que ali habita e uma sensação de insegurança, como talvez um retorno àquilo que precisou ser em uma sociedade audista. Estar na comunidade é um privilégio para aqueles que querem fugir dos comportamentos ditados socialmente (oralidade, leitura labial, leitura do português escrito, uso de prótese auditiva, uso do implante coclear etc.). É quase um quilombo, um esconderijo, um espaço de segurança e produção da identidade denominada surda.

Portanto, não usar essa língua como condição primeira para habitar esse lugar, é um fator de exclusão e até de desconfiança da produção desse sujeito como surdo. Não é nomeado de forma alguma com essa identidade e torna-se indigno dela. Em suma,

há comportamentos específicos para adentrar esse espaço, com rituais internos para habitar esse lugar, ditados principalmente pelo uso da língua e o não uso dos dispositivos sociais audistas.

Dados os atributos desagradáveis com que a liberdade sem segurança é sobrecarregada, tanto quanto segurança sem liberdade, parece que nunca deixaremos de sonhar com a comunidade, mas também jamais encontraremos em qualquer comunidade autoprogramada os prazeres que imaginamos em nossos sonhos. A tensão entre a segurança e a liberdade e, portanto, entre a comunidade e a individualidade, provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo; não achar a solução correta e ficar frustrado com a solução adotada não nos levará a abandonar a buscá-la, mas a continuar tentando. Sendo humanos, não podemos realizar a esperança, nem deixar de tê-la. (BAUMAN, 2003 p.10-11).

Como humanos, precisamos da comunidade e, em alguns momentos e de certa medida, precisamos fugir dela de vez em quando. Precisamos constantemente buscar nela as chances e os perigos de lidar com esse dilema. Ao abordar esse assunto, este texto não se coloca nem contra nem a favor da comunidade. Não intenciona apontar erros ou acertos ou mesmo atitudes e comportamentos corretos e incorretos. No entanto, jamais negaremos a comunidade e a sua potência na vida dos sujeitos surdos como espaço político de afirmação da existência surda que está sempre em luta pela liberdade do uso de sua língua, logo, pela criação de lugares na sociedade audista. Assim, “[...] armados de tal conhecimento, estaremos aptos ao menos a evitar a repetição dos erros do passado; ou mesmo tentar evitar ir muito longe por caminhos que podem ser percebidos por antecipação como sem saída” (BAUMAN, 2003, p. 11). Como humanos, precisamos de segurança e liberdade, mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo na quantidade que quisermos, o que não significa que não possamos tentar.

6 MEMBROS DE UMA COMUNIDADE SURDA: OS ASSOCIÁVEIS

O percurso histórico da comunidade surda e os desdobramentos que influenciaram sua constituição deixaram marcas e características de identificação específica na sua organização. Pensar sobre os membros da comunidade requer discutir os rituais de entrada e as possibilidades de participação nesse espaço. Enfim, o que constitui uma comunidade a partir da admissão de seus membros?

A “comunidade” é concebida como um grupo constituído por indivíduos que têm algo em comum como linguagem, por exemplo, e certa estrutura conceitual. Enfim, indivíduos que constroem algo comum: uma nação, uma *polis*, uma instituição, por exemplo (LINGIS, apud BIESTA, 2013). Esse tipo de comunidade é denominado comunidade racional. “A comunidade racional não é simplesmente constituída por uma provisão comum de observações, crenças em conjunto e máximas para ação, mas produz e é produzida por um discurso comum num sentido mais forte”. (LINGIS, apud BIESTA, 2013, p. 81). Ser membro dessa comunidade exige ser capaz de falar sobre ela e por ela como “agente racional” de um “discurso comum”. Os associáveis são esses agentes racionais que dão conta de representar o discurso da comunidade. Para definir os associáveis, vale passar pelo verbo associar⁸, que tem diferentes significados a partir de sua relação sintática assumida numa determinada sentença: 1. como verbo transitivo: constituir em sociedade; tomar para sócio; reunir, ligar; 2. como verbo intransitivo: conviver; 3. como verbo pronominal: constituir sociedade; fazer-se, inscrever como sócio; cooperar; compartilhar; tomar parte em. Assim, pensamos no termo “associáveis” para designar aqueles que podem associar-se (adjetivo de dois gêneros).

Os membros que compõe o grupo dos associáveis na comunidade são aqueles “agentes racionais” que constituem a norma que vai definir os “estranhos” nesse lugar. Segundo Bauman (apud BIESTA, 2013), todas as comunidades produzem seus estranhos, sejam eles membros não associáveis, como os ouvintes, ou mesmo os surdos que não sinalizam, por exemplo. Há uma desconfiança na comunidade em relação aos sujeitos que tentam se adentrar nesse lugar sem serem apresentados por

⁸ ASSOCIAR. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [online], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/associ%C3%A1veis>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

um membro associável. Essa “desconfiança” é produzida a partir do incômodo com o não uso da LS por aqueles que procuram esse lugar (sendo ouvinte ou surdo oralizado). Tal incômodo é minimizado quando esses sujeitos são apresentados à comunidade por um “agente racional”, quando se comprometem em aprender a LS e a se identificar com os outros ali presentes.

Na comunidade surda (como em qualquer comunidade), é notável a produção do “Nós” e do “Eles”. Tanto “os agentes racionais” (associáveis) quanto os estranhos (aqueles que nada têm em comum) são nomeados por esses pronomes. Segundo Sennet (2012), a comunidade é composta por membros que usam o pronome “Nós”.

Lugar é geografia, um local para a política; a comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais de lugar. Um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome “Nós”. Falar desse jeito exige uma ligação particular, embora não local; um país pode constituir uma comunidade quando nele as pessoas traduzem crenças e valores partilhados em práticas diárias concretas (SENNETT, 2012, p.165).

Assim, os “não associáveis” (ou aqueles estranhos), ao se aproximarem da comunidade surda, serão recebidos por seus membros como “Eles”. Sennett menciona o perigo do pronome.

[...] O uso do ‘Nós’ se tornou um ato de autoproteção. O desejo de comunidade é defensivo, muitas vezes manifestado como rejeição a imigrante e outros marginais [...] Que tipo de relações pessoais constantes pode conter o uso de ‘Nós’? (SENNETT, 2012, p. 165, grifos do autor).

Quando situações assim acontecem, em qualquer que seja o grupo, são possíveis de serem notadas. A luta diária de sobrevivência incita o sujeito a estar em total vigilância, tentando perceber qualquer que seja o invasor (“Eles”); afinal, a tendência é se libertar dos sofrimentos causados no corpo (pelo uso limitado da LS nos espaços sociais) e na alma (por estar sempre em luta para ampliar esses usos). Não estar em um meio conhecido ou familiar pode não ser a melhor opção do sujeito surdo. Não estar em meio aos seus pares linguísticos pode ser um problema. Confiança, responsabilidade mútua e compromisso são palavras que foram absorvidas por um movimento comunitarista, tendo características específicas.

Esse movimento quer fortalecer os padrões morais, exigir dos indivíduos que se sacrifiquem por outros, prometendo que, se as pessoas obedecerem a padrões comuns, encontrarão uma força e realização emocional mútuas que não podem sentir como indivíduos isolados. (SENNETT, 2012, p. 170).

A cilada é a compreensão que tanto a confiança quanto o compromisso, por exemplo, enfatizam “uma unidade” como fonte de força em uma comunidade, ou seja, automaticamente, com a presença dos conflitos, os laços sociais são ameaçados. Enfim, para Sennett (2012), o comunitarismo tem um direito de posse bastante dúbio.

As arestas do passado refletem nos demais membros de uma comunidade. Eles têm, em seus antecessores, produtores de uma história que trazem marcas da limitação do uso da LS nos ambientes sociais que têm uma característica audista como marca. Tais marcas são passadas de uma geração a outra em um discurso que se perpetua. Daí, perguntamo-nos sobre por que é tão difícil ser aceito em uma comunidade, onde eu não me conecto nas tramas da rede produzida por seus membros? Isso não significa que seja algo impossível. Eu mesma, por ser ouvinte, fui parte do “Eles” por um tempo, até poder transitar no “Nós”. Sendo ouvinte, habito um lugar de uma certa “estranha-associável”; afinal, me é permitido participar em alguns momentos do “Nós” mesmo sendo “Eles”, justamente porque sou uma não-surda. Estar no “Nós” não é permanente, mas em muitos momentos sou convocada a estar lá.

Enfim, quem são os estranhos produzidos pela comunidade? Segundo Bauman (apud BIESTA, 2013), os estranhos são “[...] aqueles que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo” (BAUMAN, apud BIESTA, 2013, p. 85). Assim, enfatiza que toda comunidade produz seus próprios estranhos e aponta para duas estratégias. A primeira trata-se de uma estratégia antropofágica que, segundo Bauman (apud BIESTA 2013), produzia uma espécie de assimilação, literalmente “devoradora de homens”. Captura o estranho, o coloca numa rede, aniquila-o, “[...] devorando-os e depois os transformando metabolicamente num tecido indistinguível do seu próprio [...]” (BAUMAN, apud BIESTA, 2013, p.85, grifos do autor). Já a segunda estratégia é antropeométrica: “[...] vomitar os estranhos, banindo-os dos limites do mundo ordenado e excluindo-os de toda comunicação com os que estão dentro [...]” (BAUMAN, apud BIESTA 2013, p. 85, grifos do autor). A estratégia da exclusão resulta na destruição física do estranho.

Os sujeitos surdos podem tanto ser assimilados quanto excluídos, seja na comunidade racional surda, seja socialmente entre os ouvintes. Cada uma das estratégias anteriormente descritas pode ser remetida. Há processos de normalização ouvinte desses sujeitos, como as instituições, sobretudo, educacionais e suas práticas

oralistas/audistas, como também podem ser remetidas, em nosso tempo, às práticas produzidas por uma espécie de norma surda. Em um ou em outro espaço, tanto surdos quanto ouvintes podem transitar entre estranhos ou não-estranhos, dependendo, sobretudo, da perspectiva e das práticas em que estão imersos. Na leitura sobre a sociedade moderna como uma comunidade racional, a partir da discussão que Bauman (apud BIESTA, 2013) empreende, uma opção que não é tão considerada, segundo o autor, é a “coexistência permanente” com o estranho.

Quero enfatizar que as considerações precedentes [...] não se destinam a sugerir que toda outridade ou estranheza é simplesmente boa, tendo de questões reais muito difíceis a serem formuladas sobre, por exemplo, os limites da tolerância [...] (BAUMAN, apud BIESTA, 2013, p.86).

Tal discussão tem como principal objetivo ajudar a compreender que todo estranho é produzido a partir do que é familiar, apropriado, racional. Em suma, uma das questões que pode ser feita: como determinar quem vai tolerar quem a fim de constituir uma coexistência permanente entre ambos (racional e estranho)? Não estamos aqui evocando uma espécie de inserção dos “Eles” nos “Nós” na tentativa de incluir os excluídos da comunidade, porém buscamos, nas práticas comunitaristas, a produção das multiplicidades surdas associáveis, bem como a produção das multiplicidades dos não associáveis, no trânsito entre “Nós” e “Eles”, enfim, na pragmática de conviver com estranhos e de conversar com as multiplicidades vividas/sentidas/produzidas. Entender o estranho como algo a ser superado e um problema a ser resolvido não permite que vejamos o estranho como aquele que nos subjetiva. Afinal, comenta Biesta acerca do proposto por Bauman:

[...] a subjetividade, sendo um sujeito, não é algo que tenha a ver com a tribo que pertencemos (não é, em outras palavras, sobre a nossa identidade), mas tem a ver com agir num espaço público, o espaço que estamos com os outros-ou, nos termos de Bauman, com *estranhos* (BIESTA, 2013, p.88).

O companheirismo humano está na capacidade de compreender os direitos dos estranhos e não do direito de decidir — uma tribo, estado, comunidade — sobre quem são os estranhos. Para Bauman, precisamos encontrar possibilidades na condição de membros de uma comunidade diferente, numa comunidade “[...] em que somos todos, em certo sentido, estranhos uns para os outros. [...] a comunidade daqueles que nada têm em comum” (BAUMAN, apud BIESTA, 2013, p. 89).

Assim, problematizamos aqui como as políticas e as práticas de inclusão são produzidas a partir da noção das multiplicidades que compõem o sujeito. O que estamos fazendo quando dizemos sobre a educação para todos? A escola está realmente possibilitando saberes a esses sujeitos? O que estamos propondo quando nos referimos à inclusão? Não estamos transformando esse conceito em socialização?

Na argumentação dos problemas da educação e, principalmente da educação dos surdos, mencionada nos parágrafos anteriores, hoje com menor intensidade, a cautela por parte dos surdos quanto à entrada de ouvintes em seus espaços como pessoas “estranhas”, aquelas que tentam se inserir na comunidade surda faz ecoar um discurso de que os surdos são pessoas desconfiadas e difíceis de associarem e que é muito difícil fazer um contato inicial. Essa desconfiança — insistimos dizer — são marcas registradas no tempo-espaço e no comportamento dos sujeitos surdos que, como sujeitos subjetivados, transmitem tal conduta de geração em geração, proveniente de uma época em que os surdos eram motivados a serem modelos de ouvinte. A desconfiança quanto aos ouvintes parte da questão se não estão se inserindo em meio à comunidade, não tão somente para se socializar, mas sim tomar o controle da situação de modo a tomar o poder e decidirem por “Nós”, não respeitando as regras do jogo da comunidade surda. Nesse espaço, notamos a presença de um gerenciamento de condutas que instituem uma forma discursiva sobre o corpo surdo e como eles devem ser conduzidos dentro da própria comunidade surda, como também fora dela, na comunidade dos ouvintes.

Na possibilidade de entender a normalização dos sujeitos surdos que vivem na comunidade surda, regida por um governo sob as normas surdas que produz subjetividade surda, busco em Lopes e Fabris (2013) o conceito de “normalização” a partir de Foucault.

Operações de normalização consistem em ‘fazer essas diferentes distribuições de normalidades funcionarem umas em relação às outras [...]’.

.....
 [...] Na contemporaneidade a *norma de seguridade* ou de *normalização* é constituída a partir do anormal que é determinado no interior das comunidade e ou grupos sociais. Isso significa que primeiro está dada a *normalidade* dos grupos para depois ser estabelecido o normal para ele. É do *normal* instituído nas comunidades que se pode apontar o *anormal* e definir a *normalidade* — naquilo que convencionamos chamar de sociedade de seguridade ou de *normalização* [...] LOPES; FABRIS, 2013, p. 43-45, grifos das autoras).

Os surdos, a partir de como são produzidos no interior das comunidades, participam da composição do jogo, tanto como a figura do “normal” quanto do “anormal”, em situações e espaços distintos. Os surdos são identificados a partir de uma “norma de seguridade” que os identificam, pela falta de audição, como pessoas surdas e/ou deficientes auditivos. Essas atitudes de “normalização” tencionam uma produção afetiva, nos espaços onde os surdos desejam estar, contudo, no interior da sua própria comunidade, outras produções normativas também conduzem novas formas de normalização daqueles que ali estão. É sempre um jogo de poderes, de conflitos, de desvios e de escapes.

Para tanto, vale insistir que as pessoas necessitam desse formato de comunidade segura e por isso não estamos dizendo que ela não seja de tudo desnecessária. No entanto, até que ponto ela é imprescindível? Ficar imerso a um tipo de condução específico, ditado pela comunidade, nos torna subjetivados a um tipo de vida que se fixa em suas regras e nos inibe a uma condução de constante movimento. Quando grupos se sentem ameaçados, discursos se constroem e são interpretados à luz de suas intenções, promovendo atritos, discordâncias e enfrentamento de diferentes grupos. Sendo assim, quando os surdos subjetivados pela continuidade do direito ao uso da LS se unem e passam a conviver para sobreviverem, linguisticamente falando, criam as associações de surdos e os movimentos surdos produzem uma forma de comunitarismo.

6.1 O COMUNITARISMO E A CONDUÇÃO DA COMUNIDADE

Sennett (2012) entende o “comunitarismo” como um movimento em que os sujeitos em uma comunidade se sacrificam uns pelos outros. Para se fortalecer, o comunitarismo se apropria de algumas palavras para a produção do movimento. Sennett (2012, p. 170) afirma que:

‘Confiança’, ‘responsabilidade mútua’, ‘compromisso’, todas são palavras que acabaram sendo apropriadas pelo movimento chamado ‘comunitarismo’. Esse movimento quer fortalecer os padrões morais, exigir dos indivíduos que se sacrifiquem por outros, prometendo que, se as pessoas obedecerem a padrões comuns, encontrarão uma força e realização emocional mútuas que não podem sentir como indivíduos isolados (SENNETT, 2012, p. 170, grifos do autor).

Na produção de um movimento comunitarista, Sennett (2012) entende a confiança ou o compromisso como um direito de posse bastante dúbio. O autor enfatiza que, falsa e erroneamente, os conflitos são ameaças para os laços sociais e somente a confiança e o compromisso na comunidade são sua unidade e sua fonte de força. Sennett, acompanhando o pensamento de Lewis Coser, afirma que “[...] as pessoas são mais ligadas pelo conflito verbal que pela concordância verbal, pelo menos concordância imediata. Em conflito, elas têm que se esforçar mais para comunicar-se [...]” (SENNETT, 2012, p. 171). Os atritos dentro do próprio grupo produzem a possibilidade de uma comunicação entre os sujeitos/membros/associáveis. Essa comunicação pelo atrito é, segundo Sennett (2012), um dos atributos que fortalecem e unem as comunidades. “Laços criados pelos conflitos internos estão muito distantes das declarações defensivas de solidariedade comunal [...] na opinião de Coser não há comunidade enquanto não se reconhecem diferenças dentro dela” (SENNETT, 2012, p. 171), diferentemente do comunitarismo que entende o “Nós” como partilha comunal de valores em comum.

O trabalho em equipe, por exemplo, não reconhece diferenças em privilégio ou poder, e por isso, é uma forma fraca de comunidade; supõe-se que todos os membros da equipe de trabalho partilham uma motivação comum, e é exatamente essa suposição que enfraquece a verdadeira comunicação. Fortes laços entre as pessoas significam enfrentar com o tempo suas diferenças (SENNETT, 2012, p. 171).

O movimento comunitarista não olha as diferenças existentes dentro da comunidade, que também é produzida pelos conflitos gerados pela própria existência das diferenças. Por exemplo, o não reconhecimento das diferenças na partilha igualitária de privilégio produz um discurso que os surdos (prioritariamente) sejam professores no ensino da LS. Assim, verdades são produzidas por uma atitude comunitarista que direciona as condutas dos sujeitos surdos a um tipo de comportamento específico adequado àquele movimento.

Para o gerenciamento da comunidade e a produção do comunitarismo, líderes são instituídos para promover uma espécie de governo do grupo. Nas comunidades surdas, seus líderes são pessoas que se destacam no grupo ou aqueles que se dispõem a lutar a favor da comunidade. São escolhidos e empossados com o título através de votação, em que a maioria decide. Essa escolha possibilita construir práticas de diretrizes das condutas dos membros/associáveis, por meio das quais

suas ações devem ser subjugadas à luz de atitudes comunitaristas. Eles possuem, em suas mãos, a possibilidade de organizar e estabilizar o grupo, com estratégias que tragam uma suposta segurança para todos. Por algum interesse ou outro, tais posicionamentos podem acarretar desordem, pelo poder que é concedido ao líder pelos membros dessa comunidade e a influência que possui. Esse poder, se utilizado de forma desorganizada, pode trazer o fim do agrupamento/da comunidade ou sua destituição do cargo.

Em uma comunidade, não existe somente “Eu”, mas “Nós” e muitos que se constituem por si e pelo Outro, sujeitos que foram e são subjetivados. Para que uma comunidade possa permanecer unida e fortificada, seus líderes não devem ter um comportamento soberano em suas ações, já que em um grupo não é o interesse pessoal que prevalece, mas sim os interesses de todos ou da maioria, desde que as decisões sejam de comum acordo.

Diante das múltiplas possibilidades que uma comunidade pode produzir, temos o comunitarismo como uma das probabilidades de formas de conduzir o grupo. Porém, que consequência essa atitude comunitarista pode ocasionar na comunidade? A “[...] ‘comunidade’ é um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance [...]” (BAUMAN, 2003, p. 9, grifo do autor). Isso se pensarmos em uma comunidade como um lugar totalmente seguro. Pensando nesse lugar de conforto, onde a possibilidade de uma vida comunitária se faz nas ações de uns pelos outros, percebemos as atitudes comunitaristas que mostram o lado complexo de se viver desse modo. No entanto, nas comunidades,

[...] uma parte integrante da ideia de comunidade é a ‘obrigação fraterna’ ‘de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles’. Esse traço por si só faz do ‘comunitarismo’ ‘uma filosofia dos fracos’ [...] (BAUMAN, 2003, p.56, grifos do autor).

Uma atitude comunitarista é uma forma de condução que muitos que estão na comunidade desejam sempre exercer. Quando nos referimos ao comunitarismo, estamos fazendo uma crítica à partilha de vantagens mencionadas na citação, cujos talentos de uns são igualmente divididos por todos. O que o comunitarismo pode produzir na comunidade surda que atua na área educacional? Quais os efeitos dessa atitude comunitarista nos debates educacionais atuais? Poderíamos então afirmar que a luta pela educação bilíngue é uma luta comunitarista? Que as formações dos

professores surdos e dos intérpretes de LIBRAS são também resultado de lutas comunitaristas? Quais os efeitos dessa atitude na conquista de diferentes bandeiras caras e fundamentais para as pessoas surdas?

Toda luta para uma educação bilíngue é um movimento muito forte na comunidade surda. As novas leis, as diretrizes e os decretos vêm sendo organizados e se instituindo nessa direção. O Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, uma grande conquista para a comunidade surda, traz uma forte marca das lutas e bandeiras das comunidades. Assim, as posturas até então foram cada vez mais fortalecidas com o objetivo claro de permitir que os sujeitos surdos disputassem em igualdade com os ouvintes os postos de trabalho criados pelo decreto (BRASIL, 2005). Para que o sujeito surdo tivesse cada vez mais chance de assumir o espaço escolar como docente e não mais como apenas o “aluno deficiente auditivo”, um cargo foi criado — professor de LIBRAS — e, pelo decreto, o surdo deve assumir prioritariamente. Cada vez que aquele que não faz parte do “Nós” tenta assumir esse espaço, uma atitude comunitarista logo é acionada. A comunidade se mobiliza para reivindicar seus direitos de uso daquele espaço. A comunidade, nesse aspecto, traz um sentimento de segurança sim, contudo qual o preço que se paga para continuar sendo “Nós” e poder participar e partilhar das conquistas? Vale ressaltar que, numa avaliação de quem usa ou não usa as vantagens de fazer parte do “Nós”, a surdez tem o maior peso. Todavia, ela não é o único quesito. Retomando Sennett (2012), a confiança, a responsabilidade e o compromisso mútuo da comunidade impedem que as diferenças sejam usadas como potência, inclusive no seu interior. Em uma atitude comunitarista, pede-se que se sacrifiquem uns pelos outros ou mesmo, obedecendo a padrões determinados, encontrem forças uns com os outros.

Cabe aqui pontuar uma possível cilada produzida pela atitude comunitarista na gestão dos associáveis (do “Nós”): a produção de mais “Eles” do que de fato poderia ser. Cada vez mais, os requisitos exigidos para se tornar um membro/associável de uma comunidade específica vão se refinando. As conquistas institucionais, principalmente as educacionais, produziram, na comunidade surda, uma espécie de camadas nas quais os surdos passam a habitar. Cada camada tem suas próprias regularidades e passar por elas ou não aproxima o sujeito surdo de uma posição de destaque ou não. As lutas por espaços que sejam acessíveis aos sujeitos surdos no ambiente

educacional, principalmente, foram travadas por aqueles surdos que, devido a práticas educativas excludentes, foram impossibilitados de ter acesso a uma escolaridade tal que pudessem ocupar os espaços de trabalho disponíveis.

As primeiras associações de surdos no Estado do Espírito Santo, além de promover a integração entre os surdos, tinham como objetivo discutir sobre como escapar das práticas educacionais oralistas e como criar espaços de uso das Línguas de Sinais no âmbito escolar. Tanto os membros associáveis quanto os líderes estabelecidos por eles não compartilhavam, em sua grande maioria, de qualquer outra experiência educacional que lhes garantissem acesso a uma escolaridade maior (ensino fundamental II, ensino médio e ensino superior), haja vista que as escolas de surdos trabalhavam com apenas o ciclo fundamental I e a educação precoce, com todo o ensino voltado para a aprendizagem da língua oral. Atitudes comunitaristas (para ser parte da comunidade desse tempo final do século XX, entre 1980 e 1990), como ser contra o oralismo, eram fundamentais para os movimentos produzidos nesses espaços em prol do reconhecimento da língua, em prol da necessidade dos intérpretes de LIBRAS etc. A comunidade era um espaço confortável para esses sujeitos surdos. À medida que as batalhas foram sendo vencidas, os acordos, assinados e as conquistas sendo partilhadas, obviamente as comunidades também passaram a ter movimentos diferentes.

O campo educacional foi o mais conquistado pelos surdos. A educação bilíngue passou a ser um assunto em pauta constantemente, tanto de pesquisas quanto de formações. Ela entrou no campo da educação especial quase que como uma área específica e a atuação profissional aí é dividida entre três novos profissionais no espaço da escola: o professor de LIBRAS, o intérprete de LIBRAS e o professor para o ensino da Língua Portuguesa como L2. Chamamos aqui atenção para o professor de LIBRAS novamente. A criação desse profissional está completamente atrelada à condição de que o sujeito surdo assuma tal lugar, como forma de garantir os surdos nos espaços escolares como professores. Assim, na partilha entre os membros associáveis, os surdos que lutaram já não podem mais usufruir esses benefícios. Não podem de imediato assumir os espaços, uma vez que, para assumir o cargo de professor, é necessária uma formação específica.

Os jovens então passaram a encabeçar os movimentos de formação de professores surdos. No Estado do Espírito Santo, especificamente, os surdos buscaram o espaço da escola a partir de formações como o curso de pedagogia, inicialmente, e posteriormente o curso Letras/LIBRAS – licenciatura a distância⁹ Esse curso teve um impacto fantástico no estabelecimento desse profissional no espaço escolar. As lutas foram sendo travadas para garantir que apenas surdos ocupassem esses cursos. Na comunidade, os lugares de destaque passaram a ser ocupados por surdos com formação superior, ou seja, os requisitos para se tornarem membros/associáveis/agentes racionais/Nós mudam. Exames como o PROLIBRAS ou mesmo o certificado de licenciado pelo curso Letras/LIBRAS, por exemplo, também passam a classificar os membros dentro das camadas da própria comunidade.

Novos estranhos surgem com as estratégias antropofágicas e antropométicas. Afinal, caso o “membro antigo” não se adaptasse às novas normas (e claro, enquanto estivesse se adaptando, ocuparia outro lugar e não mais o de destaque da comunidade), não era necessariamente “vomitado” da comunidade, mas com certeza não partilharia de todas as conquistas mútuas pelas quais lutou. As configurações mudam. Os “antigos” são ainda importantes e respeitados, porém na “camada” que ocupam, ou seja, a distribuição de poder e influência fica mais difusa. O trânsito entre camadas é uma saída para manter mais “Nós” quanto possíveis e a linha que estabelece o “Nós” e o “Eles” fica mais tênue. Com todos esses argumentos, notamos que a atitude na comunidade surda possibilita que alguns de seus membros tenham comportamentos comunitaristas, levando-os a se guiarem à luz da diferença e da identidade. Enfim, essas verdades que circulam em um ambiente comunitarista devem ser problematizadas pelos membros da comunidade, pelos de dentro, pelo “Nós”.

Quanto à comunidade surda, locus do *habitat* do “Nós” e do “Eles”, que por sua vez se comportam com atitudes comunitaristas, será problematizado, na próxima seção, um conceito que pode se produzir nas análises das narrativas surdas nos encontros possíveis, que é a potência da palavra “encontro” e, mais especificamente”, do termo “encontro surdo-surdo(s)”, conceito produtor da comunidade.

⁹ Em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com outras instituições de ensino, criou polos para o Curso de Letras/LIBRAS a distância no modelo semipresencial, com encontros aos sábados e domingos a cada 3 semanas aproximadamente. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tornou-se um dos polos, formando, em 2012, (22) professores de LIBRAS.

7 A POTÊNCIA DO ENCONTRO

Enquanto houver duas pessoas surdas sobre a face da Terra e elas se encontrarem, serão usados sinais.

J. Schuyler Long (Sacks, 1998)

Parto do princípio de que “comunidade” é um lugar de produção de subjetividades surdas, a partir dos encontros surdo-surdo(s); sendo um lugar de multiplicidades e de relações que produzem, também, a amizade, os afetos, os perceptos e os conceitos¹⁰. Aqui neste texto iremos denominar os encontros surdo-surdo (s) como “encontro-amizade”.

A noção de encontro se faz necessária, pois é ele o agenciador desta pesquisa. Como foi um ponto recorrente nas falas/narrativas durante o processo cartográfico, possibilita-nos uma espécie de pensamento-experiência que nos move, junto ao plano de imanência. Afinal, está em constante composição e decomposição na produção de dados pertinentes às concepções que nos atravessaram durante a análise das narrativas e dos dados.

Deleuze e Guattari (2010), em *O que é a filosofia?*, trazem a noção de “conceito” e o “plano de imanência”. Os autores pontuam com as seguintes definições “[...] conceito diz o acontecimento, não a essência ou a coisa [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 29). “[...] O plano de imanência é como um deserto que os acontecimentos povoam sem partilhar [...]” e “[...] é o único suporte dos conceitos [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 47). “[...] Os conceitos são como as vagas múltiplas que erguem e que se abaixam, mas o plano de imanência é a vaga única que os enrola e os desenrola [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 45). Sendo assim, o conceito de “encontro” será desenrolado no plano de imanência da comunidade surda e dos encontros surdo-surdo (s). Este texto vai trabalhar com a ideia de encontros surdo-surdo (s), encontro-amizade, como conceito definido por Deleuze e Guattari (2010, p. 29). Portanto, esses conceitos, na perspectiva dos autores, seguem um caráter metodológico nesta pesquisa.

¹⁰ “Os perceptos não mais são percepções, são independentes do estado daqueles que os experimentam; os afetos não são mais sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. As sensações, perceptos e afetos são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.193).

Durante nosso trabalho cartográfico, foi possível a produção de alguns conceitos que serviram como ferramentas metodológicas. Tal empreendimento convida o leitor a unir-se a Nós na leitura deste texto. Assim a palavra “encontro” possui as seguintes definições:

Forma regressiva de encontrar, do latim *incontrare*, ir na direção, ao encontro de. Ato ou efeito de encontrar, de estar diante de alguém. Ficar imprevistamente face a face com uma pessoa ou coisa. Colisão de dois corpos: encontro de veículos. Competição esportiva; luta, duelo: encontro de adversários. Confluência de rios: encontro de águas. Pessoas que se reúnem para debater um assunto; congresso. Choque de alguém com outra pessoa ou coisa; encontrão. Combate físico; briga [...]. (Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/encontro>>. Acesso em: 5 abr. 2017).

Com essa definição, entendemos que a escolha do conceito “encontro” nos guiará nas análises dos dados produzidos neste trabalho, sendo os encontros surdos a possibilidade da comunidade surda. Tendo a filosofia da diferença como uma das teorizações que sustenta este trabalho, houve aproximação com os encontros possíveis que tecem linhas a se moverem como os fluxos-correntezas de um rio, ora lento-brandas, ora violento-arrasadoras que mudam de direção de acordo com os corpos que se põem no percurso. Esses corpos produzem os encontros-afetos, os encontros-perceptos, os encontros-conceptos e, por que não, os encontros-amizades, podendo ser possíveis tais encontros também em textos, em conversas, em uma imagem, em um evento — encontro entre pensadores que, juntos, se conectam e se desconectam dentro de múltiplas possibilidades.

Assim como o encontro entre Deleuze e Foucault constituiu-se como um encontro entre amigos, ousei me aproximar desses autores, a fim de passar por uma experiência da multiplicidade, possibilitar que o conceito de encontro-amizade fosse se constituindo com as tessituras produzidas nele. Sendo Deleuze e Foucault mestres da oficina desta pesquisa, lanço mão da caixa de ferramentas conceitual ali disposta. Portanto, nos arriscamos nesta investida e nos apropriamos das ferramentas adequadas, permitindo-nos deixá-las de lado quando não se fizerem mais necessárias. A ideia é trabalhar com conceitos que passam a existir a partir de encontro — encontro nosso com os autores, encontro nosso com os corpos da pesquisa, encontro nosso com os dados e, principalmente, encontro nosso com nós mesmos.

Tadeu (2002) trabalha com a noção de encontro apontando o plano de imanência spinozista traçado por Deleuze, sendo o plano atravessado por duas linhas, a dos movimentos e a dos afetos.

[...] Em ambas, o que importa é saber o que acontece quando dois ou mais corpos se encontram. “**Encontro**” é a palavra-chave. É só num encontro que um corpo se define [...]”. “[...] É na intersecção das linhas dos movimentos e dos afetos que ficamos sabendo daquilo de que um corpo é capaz [...]”. (TADEU, 2002, p 53, grifo nosso e do autor).

Para Tadeu (2002), o encontro é possível através de todos os tipos de corpos, sejam eles “[...] humanos, animais, animados, inanimados, institucionais, linguístico”. O que importa não é o ajuntamento dos corpos e sim o que se passa no “entre” eles. Esse não ajuntamento e não uma soma de corpos, o autor entende como um agenciamento que possibilita um encontro ou, segundo ele, uma composição (TADEU, 2002, p. 55). Dialogar com Tadeu (2002) nos ajuda a problematizar os encontros surdo-surdo (s), possíveis através do que acontece entre corpos que se encontram com outros corpos, com objetos, em um espaço, em um evento, em uma instituição, encontros com uma língua. Assim, fomos compondo o que denominamos “encontro-amizade”, assim como foi possível o encontro entre Foucault e Deleuze, “[...] onde a amizade está inscrita nas relações de constante criação de si, nos processos de estilização das existências na presença do outro” (CLARETO; FERRARI, 2013, p.18).

[...] em uma perspectiva foucaultiana [...] a amizade aparece, naquele momento, como o meio institucional de atingir um modo de vida em que o Bem e o Bom não entram em contradição [...]. [...] ‘Amizade’ não está no plano afetivo, como uma compensação; [...] [...] Foucault está interessado nas **rupturas**, nos **deslocamentos** das fronteiras das morais vigentes. [...] (CLARETO; FERRARI, 2013, p. 18, grifo nosso)

Recorro a Clareto e Ferrari (2013, p.19) que buscam Foucault e Deleuze tomando a amizade como fio condutor de seu trabalho e possibilitam a investida de uma produção de multiplicidades, intensidade, potencialidade, experimentação, dessubjetivação e desterritorialização [...], para a produção do conceito.

Foucault e Deleuze são filósofos por formação, dedicados a construir conceitos, problematizações que, diante da falta de sistematização e dos diferentes sentidos que podem adquirir em distintas situações e escritas, nos fazem trabalhar sempre na intrincada e confusa rede de pistas; trabalhar com esses autores se traduz, portanto, em tomá-los como inspiração, dialogar com suas ideias, ferramentas conceituais, processos e procedimentos, mas sem significar em apropriação. Ao contrário disso, buscando pensar a partir deles, para além deles, sendo “infiel” ao seu pensamento. É um trabalho que se faz em meio a essas intrincadas e confusas pistas, procurando as condições

de emergência dos fatos sem qualquer pretensão de verdade, mas assumindo o que eles nos fornecem como possibilidade de leituras. (CLARETO; FERRARI, 2013, p.14, grifo dos autores).

A produção metodológica deste trabalho se deu a partir da narração e composição do encontro-amizade como uma ferramenta para discutir os encontros surdo-surdo (s). Assim como os afetos, os perceptos e conceptos em Deleuze e Guattari (2010), a amizade em Clareto e Ferrari (2013) não passa pelo plano do afetivo. A amizade não necessariamente precisa constituir algo sentimental que seja perceptivo, mas sim um investimento na multiplicidade, intensidade, potencialidade, experimentação, dessubjetivação e desterritorialização. (CLARETO; FERRARI 2013, p.19).

Para Clareto e Ferrari (2013, p.18) “[...] a amizade e a filosofia seriam um convite, um apelo à experimentação de algo novo, de novas formas de subjetivação, novas formas de vida e de comunidade”. Sendo este trabalho produzido às sombras de relações que se instituem entre sujeitos que tomam para si modos de vida que se produzem a partir de encontros em comunidade, mais do que justificando a noção de encontro-amizade. Arriscar a trabalhar com esses autores é um ato de nos “ex-pormos” na pesquisa e correr os riscos. Problematizar questões, nos deslocando, nos desconstruindo a ponto de nos tornarmos outras possíveis, deixando que um devir pesquisa se produza ao longo dos anos que o mestrado propõe. Para Deleuze e Parnet, “[...] o único erro, é acreditar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga para o imaginário ou para a arte. Fugir, porém, ao contrário, é produzir algo real, criar vida [...]”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 63). Potencializar com essas ferramentas e trabalhar com elas ao longo de uma pesquisa é uma atitude/pesquisa que não se descreve e não se explica e sim se experiencia. Não é individual, não é no particular, é sim no “entre” você, objeto, dados. É nas possibilidades e nas multiplicidades.

7.1 A POTÊNCIA DA NARRATIVA EVIDENCIADA NOS ENCONTROS SURDO-SURDOS (S)

Na busca de um trabalho com inspiração cartográfica, traço aqui os enunciados que mais me atravessaram nas conversas e entrevistaS realizadas. No intuito de cumprir com as exigências que uma pesquisa requer, apresento as narrativas que produzem modos de ser surdo em nosso mundo a partir da comunidade surda.

Como ponto de partida, traço uma pergunta central que me leva a outras não fixas, mas possibilidades de outras surgirem no fluxo da conversa. Onde, quando e com quem você aprendeu LIBRAS? Para os registros das narrativas, utilizei o recurso de filmagens para, em um segundo momento, fazer as transcrições e as composições dos dados. Para fazer a análise dos vídeos, pude ter percepção de momentos marcantes (visualmente), quando os surdos se demonstraram mais afetados ao responderem as perguntas e quais direcionamentos eles me deram para novas problematizações: como se deu o processo de aquisição da LS; o que eles pensam em relação ao contato surdo-surdo(s) e como eles se sentem nos espaços comunitários.

Por que uma conversa e não necessariamente uma entrevista como método de produção dos dados? Busquei leituras que pudessem me justificar acerca da escolha. Tedesco, Sade e Caliman (2013) demonstram o que devemos buscar nas entrevistas cartográficas.

Como dissemos, a entrevista não visa objetos fixos, ou seja, não coleta informação relativa a referentes ligados a mundos pré-existentes. Não buscamos o conteúdo da experiência (seja ela anterior ou subjacente ao momento da entrevista), entendido como um conjunto de dados que a palavra traduziria na organização transparente do relato. A entrevista não se dirige exclusivamente à representação que os entrevistados fazem de objetos ou estados de coisa, os conteúdos das experiências de cada um, frequentemente privilegiados nas pesquisas em geral. Diferentemente, a pesquisa cartográfica visa o acompanhamento de processos, se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso a experiência vivida é importante ressaltar que esta não é a única direção. [...] **A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, siga para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência resultado na entrevista [...]** (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 301, grifo nosso).

Por se tratar de surdos usuários de uma língua visual-espacial e as expressões faciais serem um dos parâmetros da LIBRAS, considero de valiosíssima importância recorrer aos vídeos para perceber, em suas narrativas, o que é mais expressivo para eles, a fim de capturar nas expressões faciais dos sujeitos seus atravessamentos, o que foi vivido na experiência dos contatos e o que lhe foi proporcionado. As declarações não têm a intenção de apontar ou classificar um melhor modo de se surdo, superior ou inferior, pois, em se tratando de indivíduos, cada um é atravessado de modos singulares em detrimento de sua experiência, algo que é único e individual. A linha condutora deste trabalho segue na esteira da filosofia da diferença, tentando assim

desviar de um discurso de um modo ideal de ser surdo e demonstrar que a vida em comunidade nem sempre é ideal para todos.

A partir das narrativas/entrevistas, foi possível “[...] fazer com que os dizeres pudessem emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes. As falas portam os afetos próprios à experiência” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p.304). Ainda na linha de me apropriar das narrativas dos surdos nas entrevistas, recorro, justificando-me a partir de Tedesco, Sade e Caliman (2013) que se associam à entrevista, conectando-se nas linhas expressivas de uma filosofia da diferença em Deleuze e Guattari. Para as autoras, a entrevista na cartografia

[...] não visa exclusivamente à informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação [...]. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 303).

Tedesco, Sade e Caliman (2013), a partir de Deleuze e Guattari, afirmam que, nas tessituras das redes que a entrevista em uma cartografia social possibilita, “[...] é no *entre* presente nas margens dos planos de expressão e de conteúdo, que o contato e intervenção recíproca se efetivam”. (TEDESCO; SADE, CALIMAN, 2013, p. 303, grifo das autoras). Desse modo, a possibilidade de ser envolvida nos “entre” da pesquisa, fui delineando uma cartografia das experiências dos encontros surdo-surdo (s) que se produziram como encontro-amizade. Como conceito que habita o plano de imanência, também fui conduzida nas entrevistas/narrativas com os surdos, sendo provocada a perceber o que significa quando alguns surdos veem na associação um local que possibilita a prática esportiva.

Foi possível chegar a essa percepção por meio das entrevistas e narrativas, em que foi recorrente a referência ao esporte/futebol. Quando perguntados sobre a importância de uma associação de surdos, muitos declararam que “na associação/comunidade os surdos podem bola/futebol”. Na verdade, o que é futebol/esporte para esses surdos? O que está “entre” o sujeito e o esporte? Que componentes extralinguísticos estão subentendidos nessas enunciações? Diante dessas tensões, trago enunciados nas falas de alguns entrevistados:

Naquela época era muito bom! Nós viajávamos para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais fazer torneio com as outras associações. As viagens, ir

para outros lugares, eu ficava muito **feliz, empolgado. Hoje a Associação está com suas portas fechadas**. Espero que agora com a nova presidência ela possa voltar a ser como era antes. Mas não sei o que vai acontecer com ela. (A) (grifo nosso)

A associação é espaço para jogos, onde podemos nos **divertir** conhecer novas associações e cidade com **passeios** que fazíamos. (F) (grifo nosso)

Eu pensava que a associação era só para a prática do esporte/futebol. Que possibilitava aos surdos competirem entre as associações de outros estados, onde viajávamos para as competições. (T)

Na associação podemos ter esporte/futebol. (J)

É perceptível no enunciado de “A” — “Hoje a associação está com as portas fechadas” — a tristeza que é para ele a não possibilidade da competição entre as associações nos campeonatos. Que experiência está nessa fala? O que é para “A” a falta dos campeonatos?

Diante dos dados analisados, entendo ser de riquíssima importância e valorização para a comunidade surda dizer o que os surdos veem no esporte/futebol como agenciador de potência na comunidade/associação de surdos. É de suma relevância trazer uma breve explanação para que os leitores entendam o que é esse esporte nos encontros surdos e, para que os dados se façam, por si só, potência nas narrativas surdas.

7.2 A POTÊNCIA DO ESPORTE/FUTEBOL NA COMUNIDADE/ASSOCIAÇÃO DE SURDOS EVIDENCIADA NAS NARRATIVAS/ENTREVISTAS SURDAS

No início, as associações tinham como objetivo principal, um local onde os surdos pudessem se encontrar, sendo um *point* de lazer e recreação. Assim sendo, com o passar do tempo, os surdos perceberam que, por intermédio das instituições, eles poderiam reivindicar suas metas, de uma forma mais sistematizada, já que todas as associações são regidas por estatutos que possibilitam lutas jurídicas. Afinal, somos uma sociedade que é regida por leis como instrumento para governar as condutas dos sujeitos. Destarte, as associações tornam-se espaços físicos de produção e reconhecimento da comunidade surda. Alguns autores discutem a origem das associações e suas implicações em relação ao sujeito surdo

No Brasil, as Associações de Surdos sempre buscaram os elos de umas com as outras para manter e facilitar o contato entre surdos de diferentes regiões

do país, favorecendo a herança da Língua de Sinais a gerações de surdos e famílias surdas. As festas, os jogos, os encontros nacionais, foram e continuam sendo formas surdas para propiciar a interação social e o desenvolvimento da língua e cultura surda. (QUADROS; MASUTTI, 2007, p. 241).

Para melhor entendermos como se deu a constituição da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) e a fundação das primeiras associações de surdos no Brasil, recorro a Franco (2014), fragmentos de sua dissertação que conta a história desta instituição tão celebrada pelos surdos que participam das associações. Diante da pesquisa de Franco (2014) foi possível perceber “a importante em salientar que as associações de surdos tiveram sua origem no grêmio esportivo do INES, fundado em 1930. (FRANCO, 2014, p. 32).

O autor ainda destaca a importância das associações como ponto organizador dos movimentos surdos, onde as necessidades dos surdos são ponto de discussões levantadas e proposta como ponto de pauta nas discussões político-sociais em comum. “As associações figuram como fortes organizações nas quais os surdos somam forças para lutar por seus direitos, para consolidar sua cultura, para conviver com semelhantes e para confraternizar” (FRANCO, 2014, p.33).

Assim, Franco (2014) vai afirmando em sua pesquisa como foram ações para a criação das primeiras associações de surdos no país.

[...] Antes de 1954, quando foi fundada a primeira associação de surdos do Brasil, os grupos formavam grupos nos Estados, como aqui no Rio, em São Paulo, em Minas Gerais. Eles iam a bares, em qualquer dia da semana, e reuniam-se para conversar. (fragmento da entrevista de Sentil Dellatorre, cedido a Franco (FRANCO, 2014, p.60).

[...] A Sociedade de Surdos Mudos do Distrito Federal, primeira Associação de Surdos do Brasil e a atual Associação de Surdos do Rio de Janeiro (ASURJ), participavam de eventos esportivos em geral entre ouvintes até a ocasião do primeiro campeonato contra a Associação Paulista de Surdos Mudos. (FRANCO, 2014, p.62).

Vale salientar que as associações surgem de um movimento que é impulsionado pelo esporte que os surdos praticavam quando estavam na escola de surdos. Ao saírem desses espaços, o esporte é a possibilidade de suprir a falta do encontro. O período de estadia que os alunos surdos tiveram nas instituições educacionais de surdo da época produz neles afecções que movem nos sujeitos o desejo de continuidade do encontro/esporte.

[...] O instituto era a única escola de surdos no País, congregando, portanto, um número muito expressivo de surdos vindos de diversas partes do Brasil. O grêmio era responsável por elaborar ou adaptar regras de esportes e desportos e organizar competições internas das quais a maioria, se não todos os alunos, participavam com **grande interesse**. Estes eram importantes eventos de confraternização e interação entre surdos, concorrendo para a integração social daqueles indivíduos. Ocorre que, ao concluírem seus estudos no INES e retornarem a sua terra de origem, muitos surdos **sentiam falta dos eventos esportivos** e social promovido pelo Grêmio Esportivo e, impelidos pelo desejo de retornar e ampliar as possibilidades de **convivência entre surdos** fundaram várias associações de surdo Brasil afora (FRANCO, 2014, p. 32, grifo nosso).

Os movimentos surdos foram sendo institucionalizados a partir da criação de associações, federações e confederações. Uma dessas ramificações é a CBDS, que surgiu no intuito de fortalecer a potência do esporte nas associações de surdos:

[...] A prática desportiva nas associações foi se consolidando e fez com que surgisse a necessidade de se organizar uma entidade apenas de esportes dos surdos. Em 20 de janeiro de 1959 foi fundada então a FCSM (Federação Carioca de Surdos Mudos), no Rio de Janeiro. Liderada por Sentil Delatorre, a entidade foi reconhecida pelo CND e pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Posteriormente, se filiou ao ICSD – *International Committee of Sports for the Deaf* (Comitê Internacional de Esportes dos Surdos), do qual a CBDS é filiada até hoje [...]. (CBDS..., acesso em 3 ago. 2017).

Sendo a CBDS uma instituição que visa organizar e propagar o esporte na comunidade surda desportiva, instiga, segundo Franco (2014), a busca de registrar a instalação e a ascensão da CBDS, como canal de acesso aos surdos do Brasil, a competições de nível nacional e internacional em diferentes modalidades.

Franco (2014) faz um apanhado histórico, mostrando com fotos e documentos como se deu a produção de um espaço que objetiva a propagação do esporte/surdo na sociedade. Tal registro foi motivado por movimentos vividos na experiência, em que fazer o registro de uma história vivida, resgatando momentos que o esporte-surdo foi e ainda é agenciado pela CBDS, produziu uma representatividade na comunidade surda desportiva, no Brasil e no mundo. Os registros de Franco (2014) contribuíram para um adensamento e uma conexão com as narrativas e as percepções que me motivaram a esse tema durante meu percurso cartográfico, quando fui levada em um processo que é contínuo, que não se cristaliza e nem se esgota neste registro. O interesse é de conhecer e mostrar aos leitores o que essa instituição significa para alguns da comunidade surda desportiva.

O esporte está tão presente na vida das pessoas como maneira de preservar sua saúde mental e física. **Para o surdo o esporte é isso e algo mais.** (RANGEL, 2004, p. 136, grifo nosso)

Com a FCSM atuando bem em sua região, os surdos do país todo desejaram que a instituição fosse atuante em nível Nacional. Então, em 17 de novembro de 1984, no auditório do INES Sentil Dellatorre convocou uma assembleia na qual fundaram a CBDS, que foi presidida inicialmente por Mário Júlio de Matos Pimentel e, durante seu mandato (bastante extenso por sua brilhante atuação), foi adquirida a sede da Confederação, em São Paulo. Posteriormente Sentil Dellatorre também presidiu CBDS, assim como outros presidentes (CBDS..., acesso em 3 ago. 2017).

A CBDS promoveu e acompanhou várias competições nacionais e internacionais em diversas modalidades, em várias das quais as seleções brasileiras de futebol de campo masculino, vôlei feminino, tênis de mesa e de atletismo se sagraram campeões (CBDS..., acesso em 3 ago. 2017).

A potência percebida nas narrativas e nas considerações de Franco (2014) não está no esporte em si, porém o que o esporte/futebol pode proporcionar. É a possibilidade do “Entre” que o esporte e os sujeitos surdos, sendo a possibilidade dos encontros surdo-surdo (s) o encontro entre aqueles que se identificam pela surdez e como usuários da LS.

Ainda movida pela tensão e da potência que é o esporte para os surdos e para o mundo, busco registro do que o esporte provoca no sujeito, na sociedade e no mundo em diferentes países e, ao mesmo tempo, trazendo o que são os jogos olímpicos, como agenciadores de encontros entre raças, etnias e gêneros sem distinção, propondo a paz, mesmo que momentânea.

Na história da Grécia Antiga, lenda e realidade se confundem com estórias e feitos dos deuses e heróis. Por este motivo, várias versões tentam explicar o surgimento dos Jogos Olímpicos. [...] Lendas à parte, somente a partir do século VII a.C., surgiram as primeiras referências arqueológicas e históricas, revelando que durante muito tempo, Pisa, Elis e Esparta, as principais cidades-estados gregas, lutaram entre si e destruíram a unidade do país. [...] Em 884 a.C., Cleóstenes de Pisa, Ífito de Elis e Licurgo de Esparta encontraram-se no vale de Olímpia — um território neutro — e estabeleceram o tratado celebrando os Jogos e a trégua sagrada entre as três cidades e posteriormente estendida a todo o país. [...] Alguns historiadores acreditam que os Jogos foram realizados a partir desta data, entretanto a primeira edição historicamente comprovada data de 776 a.C. (COLLI, 2004. p. 6-7).

A História ainda diz sobre os Jogos Olímpicos como feitos heroicos.

Atletas das cidades-estados gregas se reuniam na cidade de Olímpia para disputarem diversas competições esportivas: atletismo, luta, boxe, corrida de cavalo e pentatlo (luta, corrida, salto em distância, arremesso de dardo e de disco). Os vencedores eram recebidos como heróis em suas cidades e ganhavam uma coroa de louros.. (OLIMPÍADAS, acesso em 23 mar. 2017).

Assim, com o cunho religioso e na busca pela harmonia das cidades, os jogos foram criados para trazer a paz entre as civilizações gregas. Os atenienses, preocupados em manterem um corpo saudável, procuravam no esporte tal resultado: “[...] entre os antigos gregos o corpo desnudado mostrava quem era civilizado, permitindo também que se distinguissem os fortes dos vulneráveis. [...]” (CLARK, apud SENNETT, 2014, p.30).

Sendo os jogos olímpicos uma potência entre povos e nações, os surdos também são protagonistas na história dos jogos paralímpicos. As Paralimpíadas só passam a existir a partir da Segunda Guerra Mundial, no intuito de inserir as vítimas que retornavam a seus países com alguma deficiência, mais especificamente os soldados. Essa iniciativa deu-se como tratamento fisioterápico. Depois, passou-se a competir vindo a serem criadas as Paraolimpíadas, agora denominada de Paralimpíadas. No entanto, “[...] muito antes de existir uma competição internacional com diversas modalidades esportivas para pessoas com deficiência, já existiam as competições internacionais para surdos. Somente 36 anos depois foi criada o *International Committee of Sports for the Deaf (ICSD)*. (CBDS..., acesso em 3 ago. 2017). Desse modo, os surdos podem participar das Surdolimpíadas (nível internacional). Por motivos específicos, os surdos não participam das Paralimpíadas¹¹. Foi uma decisão tomada entre a CBDS e os comitês nacionais e internacionais.

Apresento a seguir algumas fotos que são registros desses momentos em alguns jogos em que a CBDS representa o Brasil em campeonatos internacionais:

¹¹ Cf. explicações detalhadas do motivo por que os surdos não participam das Paralimpíadas (CBDS..., acesso em 3 ago. 2017).

Figura 1 – Campeonato Mundial de Futsal dos Surdos (Bangkok/Tailândia)



Fonte: CBDS (acesso em 3 ago. 2017).

Nota: Fotos tiradas pelo fotógrafo tailandês Aon (Arnan Nasook).

Figura 2 – Campeonato Mundial de Natação dos Surdos (Texas/EUA)



Fonte: CBDS (acesso em 3 ago. 2017).

Nota: Fotos tiradas pelo fotógrafo tailandês Aon (Arnan Nasook).

Figura 3 – Campeonato Mundial de Futsal dos Surdos (Bangkok/Tailândia)



Fonte: CBDS (acesso em 3 ago. 2017).

Nota: Fotos tiradas pelo fotógrafo tailandês Aon (Arnan Nasook).

Com a expansão das associações de surdos nos estados brasileiros e um grande número de jogos estaduais a serem organizados, a Confederação necessita de apoio. Surgem, então, as federações. Elas têm um papel importantíssimo na organização de calendários desportivos em seus estados e na captação de possíveis surdos/atletas para representar o Brasil em diversas modalidades.

No Espírito Santo, a ASURVI encontra-se em um momento de reestruturação e reorganização de suas atividades. No mês de março de 2017, a associação convidou a CBDS com o objetivo de mobilizar as atividades da associação e dos movimentos surdos de Vitória. Na oportunidade, a comunidade surda local registrou a apresentação e a posse da nova diretoria da ASURVI. A presença da confederação teve o intuito de dar explicações sobre a importância da CBDS nos esportes surdos. Suas representantes fizeram um apanhado histórico de como a instituição deu início a seus trabalhos, quais seus objetivos principais e como ela pode promover o esporte surdo no Brasil e no mundo.

As surdas representantes da CBDS trouxeram os principais aspectos da confederação, abordando pontos relevantes de sua funcionalidade, entre os quais as ideias de que a confederação é uma instituição sem fins lucrativos; que seu gerenciamento é mantido por meio de trabalho voluntário; que sua principal função é

administrar os esportes praticados entre os surdos no território brasileiro, em todas as modalidades, bem como promover competições regionais e nacionais disputadas entre atletas das associações ou federações de surdos, além organizar os atletas, os surdo-atletas, as equipes e as delegações para competições internacionais.

Em cada tópico, foi enfatizada a importância das associações e da necessidade de os surdos se associarem. A confederação se mantém das mensalidades das associações, já que recurso para sua existência é de difícil acesso. Uma das palestrantes disse que “sem associação não existe confederação e sem surdos não existe nem associação, confederação e muito menos esporte surdos”. Os encontros-amizades é que produzem tais instituições. Movidos pelos afetos, voluntários e voluntárias deixam seus familiares em alguns finais de semana para que o movimento surdo não se apague. Durante a palestra, uma das representantes da CBDS afirmou que

[...] todos esses esforços da diretoria na busca pelo reconhecimento da sociedade e a expansão do esporte na comunidade surda são trabalho de voluntários. Em alguns casos, os surdos atletas não conseguem patrocínio e bancam as próprias viagens. São poucos os investimentos e os patrocinadores.

Diante de tantos esforços de voluntários e voluntárias, registro aqui alguns eventos promovidos pela CBDS no Brasil:


- I Olimpíada de Surdos do Brasil em 2002, com a participação de cerca de 1.500 surdo-atletas, em Passo Fundo/RS;
- 5º Jogos Pan-Americanos de Surdos, em 2012, em Praia Grande/SP;
- 1º Jogos Desportivos de Sul-Americano de Surdos, em 2014, em Caxias do Sul/RS.

É muito interessante como os surdos defendem, a qualquer custo, a existência da comunidade. Depois da apresentação da CBDS, foi concedida a palavra à plateia presente, tendo aproximadamente 150 surdos vindos de várias cidades do Estado, para perguntas. Em um dado momento, um surdo se levantou e fez a seguinte pergunta: “é possível ou não em um amistoso ter a presença de surdos contra ouvintes?” Uma das palestrantes respondeu que

[...] então isso é algo que a diretoria da associação deve acordar e decidirem em assembleia. Entendemos que em um jogo (brincadeira), os ouvintes podem e devem estar conosco, temos que nos relacionar, não importa se são surdas ou não. **Porém, em competições somente os surdos podem participar** (grifo nosso).

Nesse discurso, estão visíveis marcas surdas como forma de resistência. Afinal, se nas Paralimpíadas os surdos decidem se retirar por inadequações, entre as quais as questões linguísticas, por que em competições próprias dos surdos os ouvintes podem participar? Mesmo sendo “Eles” Cudas (filhos de surdos), intérpretes de LIBRAS, familiares e outros da comunidade surda, se não for um de “Nós” não pode. Entre alguns requisitos para ser um surdo atleta, a CBDS, por orientação dos comitês, entende ser necessária a apresentação de laudo audiométrico para comprovar o mínimo de surdez. O que essa ferramenta tem a nos dizer?

Figura 4 – Formulário de Audiometria Nacional



Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
 Filiada ao International Committee of Sports for the Deaf (ICSD)

Formulário de Audiometria Nacional

** Campos obrigatórios*

*** Nome completo:** _____

*** Data de nascimento:** ____ / ____ / ____ *** CPF:** _____

*** Sexo:** () Feminino () Masculino

Abaixo deve ser preenchido por um único fonoaudiólogo

*** Audiômetro:** _____ *** Calibração:** () ANSI 1969 () ISO 1964
 () Outro: _____

*** AIR CONDUCTION & * BONE CONDUCTION**

FREQUENCY in hertz (Hz)

	125	250	500	1000	2000	4000	8000
HEARING THRESHOLD LEVEL in decibels (dB)							
0							
10							
20							
30							
40							
50							
60							
70							
80							
90							
100							
110							
120							

***IMPEDANCE TYMPANOMETRY**

Ear	Canal Vol.	Peak Comp.	Gradient	Pres. Peak
RIGHT				
LEFT				

***REFLEXOMETRY**

Side Equals Probe Ear

RIGHT	Stim	500	1000	2000	4000
	Ipsi				
	Contra				
LEFT	Stim	500	1000	2000	4000
	Ipsi				
	Contra				

***PURE TONE AVERAGE**

(500-1000-2000 Hz)

Ear	Air	Bone
RIGHT		
LEFT		

KEY TO SYMBOLS				
Ear	Air	Air-masked	Bone	Bone-masked
RIGHT (red)	o	△	<	[
LEFT (blue)	x	□	>]
		No Response	NR	

TYPE OF HEARING LOSS				
(Check one for each ear with an "X")				
Ear	Sensori-neural	Conductive	Mixed	Cochlear Implant
RIGHT				
LEFT				

*** Data do Exame:** ____ / ____ / ____

*** Nome e carimbo do Fonoaudiólogo:** _____

Comentários: _____

Versão 20/03/2016

Fonte: CBDS (acesso em 3 ago. 2017)¹².

¹² Disponível em: <<http://cbds.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Formul%C3%A1rio-de-Audiometria-Nacional-v.20.03.2016.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

Aparentemente, a ferramenta é utilizada, pela CBDS e por algumas outras instituições, como produtora de uma marca que é visível, que é palpável, diferenciando quem são o “Nós” e o “Eles” da comunidade. Tanto o “Nós” quanto o “Eles” são produzidos a partir da mesma ferramenta. Lopes (2007) afirma que a palavra “surdez” é uma invenção, pois remete a um sentido clínico e terapêutico. Se a surdez é uma invenção que é produzida pela audiometria, tendo como produto final o surdo, do mesmo modo ela produz o não surdo que é o ouvinte. Sem ela, somos todos sujeitos. Em algumas narrativas mencionadas no início desta seção, é possível a captura das falas dos surdos quando mencionam as viagens que faziam e fazem junto com as associações e os campeonatos que ocorrem entre elas, podendo ser associações dentro de um mesmo Estado ou não.

Figura 5 – Amistoso em comemoração ao aniversário da Associação dos Surdos de Teófilo Otoni (ASTO/MG) em 2014



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 6 – Viagem da ASURVI em 1993 para o Rio de Janeiro



Fonte: ASURVI (1993).

Para além da sintaxe da palavra “futebol”, ocorre a ação, constituída pelos encontros-amizades. Então, o futebol em seu signo vai além de um esporte, uma potência nas associações/comunidade e passa a ser a pulsão que move o sujeito. A associação é o lugar do encontro-amizade, não somente afetivo, mas produtor de modos de vida que são gerados pelos encontros de corpos, encontros de momentos, encontros de lugares, um desejo que excita os surdos a querer estar em constante contato uns com os outros.

Com a finalidade de ilustrar o que é o futebol para os surdos, vejo necessária a apresentação de mais algumas fotografias que registram os encontros-amizades.

Figura 7 – Amistoso em comemoração ao aniversário da Associação dos Surdos de Teófilo Otoni em 2014 (ASTO-MG)



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 8 – Amistoso no CAS em 2016 (Vitória/ES)



Fonte: Acervo pessoal (2016).

O interessante que percebi nas narrativas é que não somente os homens surdos, mas também as mulheres surdas veem no esporte a possibilidade dos encontros. A palavra “futebol” é mencionada por ser o esporte mais praticado no mundo e na comunidade surda. Não que as mulheres não possam praticar o futebol, porém não é costumeiro ver times de futebol feminino nas associações. Eles existem, mas em número muito

menos expressivo. O que me chamou a atenção, durante o período da pesquisa, é o fato de não haver um time feminino formado de *futsal*, porém o futebol masculino move as mulheres surdas a acompanhar seus namorados, maridos e amigos nos jogos, deleitando-se nos encontros.

Por outro lado, é pertinente registrar que, durante o período em que a ASURVI esteve em vigência, principalmente na década de 90, um dos esportes que as mulheres surdas mais praticavam era o voleibol. Enquanto os homens-surdos jogavam seu futebol (futsal e futebol de campo), as mulheres-surdas organizavam seus times de voleibol.

Hoje, as surdas atletas estão competindo em muitas outras modalidades esportivas, confirmando sua participação no esporte nacional e nas Surdolimpíadas.

Figura 9 – Time de vôlei feminino da ASURVI (Rio de Janeiro/RJ) em 1995



Fonte: ASURVI (1995).

Figura 10 – Time de futsal feminino (Governador Valadares/MG) em 1995



Fonte: ASURVI (1995).

Além de surdas atletas, as mulheres surdas também vêm desempenhando um papel de representatividade muito importante dentro da instituição que luta pela visibilidade dos esportes surdos no Brasil e no mundo como membros da diretoria da CBDS, conforme pude presenciar na palestra da CBDS em Vitória no mês de março de 2017.

Figura 11 – Palestra de representante da CBDS em março de 2017(Vitória/ES) a convite da ASURVI



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Figura 12 – Slide do Power Point utilizado pelas representantes da CBDS

www.cbds.org.br

@cbdsbrasil

facebook.com/cbdsbrasil

O Surdodesporto Brasileiro e a Atuação da CBDS

Evento: Encontro de Surdos em Vitória/ES
Data: 25 de março de 2017
Local: Vitória/ES
Apresentação: Deborah Dias e Josiane Poleski

Fonte: Acervo pessoal (2017).

Na exposição da foto e do slide, busco enfatizar a presença feminina, ou seja, mulheres surdas como representantes de uma confederação que, até então, desde sua fundação, teve como representantes legais homens surdos. Desde sua fundação, a CBDS foi presidida por diretores surdos homens e, na atual diretoria, a federação conta com a administração de uma surda mulher mostrando sua garra e competência em exercício de suas atividades, também em uma entidade que cuida dos esportes surdos. Sendo assim, destacamos, a partir do que encontramos no site da federação, o seguinte registro:

Mário Júlio de Mattos Pimentel foi eleito o primeiro presidente da CBDS e a presidiu por vários mandatos com grande dedicação e brilhantismo. Depois dele presidiram a entidade Narciso Emmanuel de Paiva, Sentil Delatorre, José Tadeu Raynal Rocha, Marcos Calixto, Rodrigo Rocha Malta e Gustavo de Araujo Perazzolo. Em 2016, foi eleita a primeira presidente, Deborah Dias de Souza, que também é a pessoa mais jovem a assumir o cargo. (CBDS..., acesso em 4 abr. 2017).

Sendo eu produto dos afetos, perceptos e conceptos da comunidade surda, fui exercitando e me deixando ser guiada pelos linhas molares e moleculares das narrativas, sendo levada pelos fluxos que me mobilizaram a uma experiência. Algo me atravessou, deixando que as correntes de um devir pesquisa me surpreendessem na apreensão do que me tocou nas entrevistas-narrativas das participantes, mulheres surdas, quando mencionam o futebol que possibilita tais encontros. Assim, selecionei duas fotografias para tal registro, a fim de demonstrar a satisfação das mulheres surdas ao acompanhar suas associações em um evento esportivo. Sendo eu também participante na comunidade, por que não algo que registre a minha satisfação em estar nesse fluxo, mesmo que momentâneo? Hoje, após as leituras acadêmicas, me vejo claramente quando eu sou “Nós” da comunidade (de dentro) e quando eu sou “Eles” (de fora da comunidade), conceitos abordados seção 4 desta pesquisa.

Figura 13 – Torcida da ASURVI na ASTO/MG EM 2014



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Figura 14 – Mulheres prestigiando jogo amistoso no CAS em 2016 (Vitória/ES)



Fonte: Acervo pessoal (2014).

A potência do futebol não provém somente do encontro surdo homem. Mesmo que as surdas mulheres não tenham um time formado, o futebol/esporte/homem torna-se a possibilidade do encontro-amizade.

Quando “A” insiste que para ele a “[...] associação é importante pelo fato de ali ele poder jogar futebol [...]”, observam-se expressões de afetos sendo produzidos no esporte. “A” tem a possibilidade de jogar o futebol em outros grupos de amigos que não são surdos, contudo para ele é na associação/comunidade surda que lhe é permitido o encontro-amizade com seu par, é no futebol surdo que ele sente a potência de vida. Nos jogos das associações, pude ser tocada pela sensibilidade de que ali, no esporte, eles não se diferenciam, não existem marcações que coloquem um sendo superior ao outro. Suas diferenças de gêneros não são marcadas, nem sua regionalidade, se é rico ou pobre, branco ou negro, pardo ou mestiço. Se for fluente ou não na Língua de Sinais, se oralizado ou não, se sabe escrever português ou não. Não importa, sou surdo e me identifico. Aqui somos surdos atletas e é isso que importa. Se me destaco em algum esporte e posso fazer parte de alguma equipe, esses são os requisitos.

Por meio das lutas e dos movimentos surdos, as políticas surdas vêm se fortalecendo e fazendo com que os vínculos entre os sujeitos surdos se fortifiquem. As rupturas permitem que a comunidade se componha e se decomponha, em um movimento que provoca uma constante modificação enquanto sua funcionalidade. Para alguns de seus membros, o importante, ainda, são as relações possíveis, estabelecidas nos encontros produzidos no plano de imanência das práticas desportivas do futebol, na medida em que nele estão embutidos os encontros-amizades. Para alguns surdos, é no esporte que eles podem se expressar, movidos pela esteira da identidade que quer demonstrar suas habilidades, tornando-se visível na sociedade. Esses foram os motivos que levaram a CBDS a se institucionalizar, tomando forças jurídicas para o fortalecimento das reivindicações surdas. Deixar isso registrado em documentos oficiais formaliza tais articulações em prol do movimento.

A surdez em si não implica em restrições à prática de atividade física e não existem esportes mais ou menos adequados para surdos. Entretanto, as limitações linguísticas e comunicacionais podem dificultar a compreensão e o relacionamento, interferindo na aprendizagem e no comportamento do indivíduo. A prática esportiva é uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Através do esporte, surdos podem demonstrar sua capacidade à sociedade, fortalecer sua autoestima, entre outros inúmeros benefícios, contribuindo com a inclusão social". (CBDS..., acesso em 14 mar. 2017).

Nos dias atuais, a internet tem contribuído para que a visibilidade da CBDS tome ainda mais força, impulsionando a divulgação dos jogos e a possibilidade de novos atletas

se interessarem em novas modalidades para participar com mais entusiasmo dos campeonatos. Além de divulgação e propagação do esporte surdo, a internet e seus meios de comunicação vêm possibilitando, também, novas formas de conexões. Hoje os encontros surdos não são somente físicos, pois tomaram novas configurações. Eles não ocorrem somente nas associações em um lugar fixo, na medida em que a comunidade surda tem uma roupagem nova. Hoje os encontros também são cibernéticos. A internet possibilita que os acontecimentos e as discussões que envolvem os surdos aconteçam online, produzindo as comunidades virtuais¹³.

Falar de possíveis espaços-tempos de encontro surdo é também falar de um espaço que foi produzido pela política educacional. Os encontros passaram a habitar um novo espaço, que é o escolar. Não aquela escola onde a LS era proibida, onde havia os desvios, onde ocorriam as transgressões e as perversões (PASSOS; BARROS, 2015). Hoje, com a inclusão escolar, os encontros surdos e a aquisição da LS estão sendo pedagogizados pelos “[...] muitos atravessamentos discursivos que circulam no interior da escola e que operam na construção da comunidade surda [...]”.

As muitas pedagogias que se exercem no interior da escola voltam-se para a pedagogização e normalização da comunidade surda gestada em seu interior. Nessa pedagogização, os comportamentos dos surdos são balizados por referenciais aceitos pela própria escola como adequados e, no mais, para serem adotados em um tempo e grupo social. [...] Comunidade pode ser lida, aqui, como um espaço em que se luta pela homogeneização e pelo apagamento das diferenças individuais [...]. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 93).

Para tanto, o processo de homogeneização e o apagamento das diferenças a que o sujeito está exposto devido a essa intencionalidade e a vigilância pedagógica (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 93) influenciam o discurso de que existe um jeito de ser surdo, que ele só passa a existir a partir do momento em que é subjetivado a pensar sobre práticas de vivência que ele tem antes e depois de ter contato com “Outros” sujeitos surdos, principalmente porque não ouvem e utilizam as mãos como recurso linguístico para se comunicarem.

Trago essa afirmação com o propósito de provocar o surdo (e a mim mesma como pesquisadora) no sentido de mostrar que, ao estar enredado e ao fazer uso dos discursos contemporâneos, fica impossível pensar numa forma de ser. Ter uma comunidade surda ou uma escola de surdos enredadas pelo padrão da norma surda passa a ser apenas mais um sonho, já que os surdos

¹³ Menciono aqui como possibilidade de encontro, contudo esta pesquisa não se ocupará das comunidades virtuais.

também são cada vez mais mediados por um tempo flexível, líquido, que está todo o tempo em movimento. Entretanto, continuar reivindicando por esse sonho pode significar, como foi referido antes, a própria ameaça à comunidade surda. Não quero dizer que ela vá se “esfumaçar”, mas poderá enfraquecer, visto que, “num mundo constantemente em movimento, a angústia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária – preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana” (BAUMAN, 1998) (MELLO, 2011, p. 21, grifos da autora).

Sendo a comunidade surda produto dos encontros-amizades, ela acontece a partir de um “desejo”, principalmente daquilo que falta ao sujeito surdo, que é uma língua que possibilite uma conversa, um encontro, uma amizade. Para Deleuze e Guattari (1998, p. 73) “[...] desejar não é de modo algum uma coisa fácil, mas justamente porque ele dá, em vez de faltar, ‘virtude que dá’[...]”, “[...] o desejo só pode ser atingido no ponto onde alguém é privado do poder de dizer Eu. [...]”. E o EU, aqui neste trabalho, são os que denominamos como o “Nós”, que são os surdos. Assim, a comunidade surda passa ser algo que é idealizado, ou seja, uma comunidade como ficção, já que ela é arquitetada pelas questões que implicam um sujeito específico com desejos específicos.

Ao considerar a conversa como um desejo que possibilita o encontro-amizade, traço aqui o significado da palavra “conversa”: “Diálogo, troca de palavras, de opiniões, de ideias, de informações entre duas ou mais pessoas sobre algo abstrato ou determinado”. No entanto, segundo Deleuze e Guattari (1998), para o que serve a conversa não é algo tão simples de se explicar. Para os autores, em uma conversa “há menos reflexão”. Para refletirmos sobre isso, os autores discutem um programa de TV relatando sobre a conversa entre Godard e Miéville.

Nas conversas na televisão “6 vezes 2”, o que fizeram Godard e Miéville, senão o uso mais rico de **sua solidão**, servir-se dela como de um meio de **encontro**, fazer uma linha ou um bloco passar entre duas pessoas, produzir todos os fenômenos de dupla captura, mostrar o que é a conjunção E, nem uma reunião, nem uma justaposição, mas o nascimento de uma gagueira, o traçado de uma linha quebrada que parte sempre em adjacência, uma espécie de linha de fuga ativa e criadora? E... E... E (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 9, grifo nosso).

O que fazem os surdos na comunidade fictícia, aquela idealizada, se não suprir a “falta” que a “solidão” produz no sujeito? Os encontros nesse lugar (comunidade idealizada) são impulsionados pelo “desejo” de uma boa “conversa”, aquela que não necessito questionar, responder nada, somente um agradável “bate-papo”.

Pensando desse modo, se é verdade que existe um modo de ser surdo, então o que dizer do sujeito que não ouve e não tem contato com a LS, que não tem contato com a comunidade surda e que não tem a possibilidade de adquirir para si esse mecanismo de comunicação que é a LIBRAS? Então ele não é surdo? Sua mera existência não tem sentido? Em algumas situações, são sujeitos que constituem famílias, unindo-se a outra pessoa surda, ou não, sendo esse outro usuário da LS, ou não. Mesmo assim, preferem usar a língua gestual (fora dos parâmetros da LS) para se comunicarem. Então, por não aceitar a LS como meio para sua comunicação ou não escolher a comunidade surda como possibilidade do encontro-amizade, esse sujeito não é um Ser Surdo no mundo?

Para melhor nos situarmos e localizar o leitor quanto ao que estamos chamando de um modo Ser Surdo, busco em Vieira (2016) a noção de hipervalorização de um modo de ser surdo. Em sua dissertação, a autora apresenta a ideia de hipervalorização a partir de práticas educacionais nos CAS. Ao problematizar o conceito de “hipervalorização”, Vieira (2016) apresenta a etimologia da palavra e como ela surge como uma invenção de um modo de ser surdo.

No que diz respeito ao conceito de hipervalorização, intenciono partir para a hipervalorização do sujeito surdo que tem se relacionado ao espaço escolar do CAS. Mas, por que não denominar o que analiso apenas “valorização”? Ou ainda “supervalorização”? Fazendo uma análise etimológica dos termos valorização, supervalorização e hipervalorização, encontro as seguintes definições: a) valorização significa dar valor, aumentar o valor, ato ou efeito de valorizar; b) supervalorização exprime a ideia de superioridade; c) hipervalorização designa um alto grau que excede o limite do normal. [...] Ainda fazendo menção aos prefixos “super” e “hiper”, encontro a definição de que ambos os termos correspondem a palavras de línguas aparentadas, respectivamente, o latim *super* e o grego *hupér*, de significado equivalente e com a mesma etimologia — o indo-europeu **uper-*, “sobre”. Porém, em utilização na língua portuguesa, o termo “hiper” representa uma intensificação do “super”. Dessa forma, denomino “hipervalorização” para problematizar as práticas educacionais geradas no CAS que, em distintos tempos históricos, hipervalorizavam aquele discente surdo oralizado que se aproximava da normalidade ouvinte e que atualmente hipervalorizam o discente surdo, baseando-se na noção de surdo como diferença cultural e linguística (VIEIRA, 2016, p. 115).

Em um primeiro momento, “[...] a *Hipervalorização* na Escola Especial de Ensino Oral e Auditiva seja daquele discente surdo que ‘fala’, que é oralizado [...]”. No segundo momento, a *Hipervalorização* do sujeito surdo está pautada no “[...] discente surdo que é fluente na Língua de Sinais brasileira, a Libras” (VIEIRA, 2016, p. 75). Assim, a autora segue utilizando o conceito por ela produzido, afirmando e mostrando como a

hipervalorização é produzida na convivência dos sujeitos surdos no espaço educacional. Tanto o que era hipervalorizado na época do oralismo e o que é hipervalorizado no pós-oralismo:

Na época da construção do prédio, o jeito de ser surdo hipervalorizado era o surdo oralizado, constituído a partir de uma pedagogia reabilitadora da fala. Hoje, esse mesmo prédio abriga o surdo sinalizado, a partir das políticas atuais de valorização da Língua de Sinais. Enfim, com o tempo, no mesmo espaço, as concepções relacionadas à surdez vão mudando. [...] Atualmente as práticas estão voltadas para aquele sujeito surdo que compreende uma comunidade linguística e cultural específica, baseada na utilização da Libras. Consequentemente, as práticas no CAS estão voltadas para hipervalorizar o discente surdo fluente na Libras. (VIEIRA, 2016, p.80).

A assertiva de Vieira (2016) recai não somente nos ambientes educacionais, mas nos diversos espaços em que os encontros surdos são possíveis. O discurso que produz uma hipervalorização de um modo de ser surdo se estende para as demais conexões possíveis, que não somente o do escolar. Essa noção muda de acordo com os atravessamentos que cada sujeito produz no contato com o Outro, pois as conexões são múltiplas. Assim sendo, não produz somente um jeito de ser surdo que pode designar como sendo o ideal. Tal temática é problematizada nesta pesquisa, no intuito de provocar e desconstruir um discurso de tendência à hegemonia, algo que não acreditamos ser possível em se tratando das possibilidades existentes e da potência que cada sujeito possui, diferenciando-os uns dos outros. Trabalhamos com a hipótese de que a hipervalorização pode até ser possível sim, porém de acordo com a camada com que o sujeito estiver conectado e não em várias camadas. Mesmo tendo a possibilidade de transitar nas demais camadas, poderá ser, ou não, hipervalorizado em uma delas.

Aqui, nesta parte do texto, retomo a escrita por utilizar a primeira pessoa do singular (Eu) como explicado na introdução desta pesquisa. Sou atravessada pela experiência, ou melhor dizendo, a experiência me atravessa, compondo minhas narrativas que se produzem nas conexões junto à comunidade surda e que são registradas para delinear este percurso.

Há pouco mais de cinco anos, venho exercendo uma atividade “voluntária” em uma igreja católica, mais especificamente no Santuário do Divino Espírito Santo de Vila Velha, onde temos a participação de surdos de diferentes idades. Há um surdo que frequenta a igreja, mesmo que esporadicamente, e conhece todos do grupo, alguns

de longa data. Interessante que ele não se junta a Nós. Como o surdo é visual e depende de uma visão sem nenhum obstáculo para acompanhar as missas, nos colocamos nos primeiros bancos, facilitando a visualização do intérprete. Esse surdo sabe do grupo ali existente e, mesmo assim, ele não se dispõe a sentar-se junto aos demais surdos, mesmo que no grupo tenha seu irmão. Nossa hipótese é de que tal atitude pode ter sido influenciada pela educação a que foi exposto. Vieira (2016) afirma que, de acordo com narrativas e documentos analisados para sua pesquisa, a educação de surdo no Estado do Espírito Santo teve início por volta de 1957, quando, após um convênio entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e o INES “[...] possibilitou a vinda de três professoras para o Estado: Álpia Couto-Lenzi, Celcy Couto Mattos e Leda Gonçalves Coutinho” (VIEIRA, 2016, p.79).

Por ser o surdo aqui citado discente das escolas oralistas, onde o sujeito e sua hipervalorização de um modo de ser surdo era “[...] o cidadão deficiente auditivo almejado pelo Estado naquele momento era aquele sujeito que poderia ser transformado o mais próximo possível do padrão de normalidade ouvinte [...]” (VIEIRA, 2016, p. 100) — aquele que era oralizado. Em seu período escolar, esse surdo foi instruído a não utilizar a Língua de Sinais para se comunicar, empregando assim a oralidade e a leitura labial. Tal imposição foi feita a ele, tanto pela escola e por fonoaudiólogos, como também por sua mãe, que foi subjetivada, tanto pela escola quanto pela clínica, de que a LS não seria boa para ele naquele momento.

Como mencionei anteriormente, seu irmão também é surdo e em casa utiliza a comunicação da oralidade e da leitura labial com sua mãe e irmãos, contudo, mesmo que a educação oralista tenha sido dada para os dois irmãos na mesma proporção, os dois foram afetados e seguiram por direções distintas. Pergunta-se: o que move ambos os irmãos, com mesma instrução e exposição, a seguirem por caminhos distintos, a fazerem escolhas diferenciadas e hipervalorizar seu próprio modo de ser surdo no mundo?

As relações/afecções e relações/concepções produzem diferentes subjetividades em todos os sujeitos. Por isso, cada irmão surdo, a partir dessas diferentes afecções e concepções seguiu por distintos caminhos, sendo movidos por concepções distintas, a partir das quais foi possível a produção de diferentes encontros-amizades. Foram levados pelas linhas das multiplicidades, pelas linhas das intensidades, pelas linhas

das experimentações, de (des) subjetivações e de desterritorializações. Os encontros não só conectam, subjetivam e territorializam, mas eles também produzem o inverso, não de forma dicotômica, mas como as possibilidades. Analisando a relação que alguns familiares fazem quanto a seus filhos surdos, foi possível captar nas narrativas uma certa conclusão.

Muitas famílias aceitam a condição do seu filho ser surdo, mas não aceitam a Língua de Sinais. Tem uma frase que diz o seguinte: “se você aceita o surdo você aceita a Língua de Sinais, se você não aceita a Língua de Sinais significa que você não aceita o surdo”. (D)

Para incrementar ainda mais nossas inquietações, trago outra possibilidade de ser surdo que me chamou a atenção. Outro surdo com idade avançada frequenta a igreja com sua esposa, também surda. Ele é um surdo que não domina muito bem a LS e também não tem habilidade fluente da oralidade. No início, ele não olhava para o intérprete, tentava olhar só para a boca do padre ou dos celebrantes, tentando entender o que se falava durante a missa. Com o passar dos tempos, ele foi se “aconchegando” no grupo, foi tentando sinalizar mais do que balbuciar as palavras. Mesmo não sendo ele adepto por completo da LS, nunca se distanciou do grupo e, sempre que vai às missas, fica junto dos demais surdos da igreja. Há poucos meses, ele ficou doente e hospitalizado. Ao voltar para casa, o grupo decidiu fazer-lhe uma visita. Sua esposa contou que, ao saber de nossa visita, ele se emocionou e ficou ansioso por nossa chegada. Todos da família disseram como ele reagiu bem à nossa visita, como ele teve uma melhora considerável, como teve uma elevação de seus ânimos. Depois da visita, sua recuperação tem sido satisfatória e percebida por todos da família. Será que a presença do grupo teve tamanha potência em estimular um sujeito a lutar e a não se abater pela situação por que ele está passando? O que o encontro é para este surdo, sendo ele um surdo que não possui fluência tão expressiva assim da Língua de Sinais?

Figura 15 – Visita a um membro da Pastoral do Surdo (Vila Velha/ES)



Fonte: Acervo pessoal (?).

Assim, sendo eu movida pela experiência da pesquisa, identifico que as afecções movem o sujeito surdo, não necessariamente somente aqueles que são fluentes, mas o que move o sujeito é o desejo de estar com outros surdos e se subjetivar como surdo a partir de uma comunidade surda específica. Outras subjetividades surdas são movidas pela multiplicidade e, necessariamente, não estão incluídas na forma de ser surdo que a comunidade requer para que seus membros possam ali habitar. Hipervalorizar apenas um modo de ser surdo fecha outras possibilidades e não permite multiplicidades. Todos Nós não o somos, em Nós mesmos, um pouco de tudo que nos rodeia? Os surdos estão fadados a viver apenas na contradição dessas duas realidades que são as dos ouvintes e dos surdos. Será que eles apenas não podem existir?

Os surdos, mesmo os militantes, sempre terão suas subjetividades produzidas a partir dos encontros, seja ele entre surdos ou ouvintes. Não se vive em um espaço onde os personagens são todos surdos ou todos ouvintes. Somos sujeitos produto da relação e interação com o Outro, nos tornamos “Outro” para o outro, ou seja, todos somos diferentes em relação uns aos outros. A tentativa de construção de uma comunidade é a possibilidade de minimizar fortemente a falta da “conversa” com os ouvintes, o que só acontece pelo fator linguístico. Caso essa barreira não se estabeleça, esse afastamento é minimizado, possibilitando um contato maior. Por isso, a não aceitação,

por parte de alguns surdos, nos jogos entre surdo e ouvintes, consiste, muitas vezes, em uma competição. São os afectos e os perceptos que movem o sujeito em uma comunidade/ficção.

Entendemos a comunidade/ficção aquela que é inventada a partir de regras, normas e condutas — aquela idealizada —, em que as possibilidades de fluxos tendem a ser limitadas por seus integrantes. A ideia de fluxo remete a movimento, a mudanças, a novas concepções nas quais os personagens que habitam a comunidade podem variar. As diferenças não deixam as comunidades serem cristalizadas, mesmo que isso seja um desejo de seus membros.

Manter o sonho de pureza na forma de ser surdo ou ter uma comunidade surda pautada por “uma única norma surda” a cada dia parece ser algo mais distante do sonho moderno criado e alimentado pelos surdos, principalmente diante do crescimento da inclusão e dos incentivos à pluralização das formas de ser (MELLO, 2011, p.105).

A comunidade surda e o discurso de uma comunidade perfeita estão sustentados pela diferença e pela identificação. Pela diferença, quando estão juntos com outros que não são surdos e não utilizam a LS para se comunicarem efetivamente; pela identificação, quando são sujeitos surdos e usuários da língua visual-espacial¹⁴.

O uso da cartografia como método de pesquisa, não é algo confortante para mim. Sua filosofia nos força a estar em constante movimento, não fixando procedimentos e sim buscar uma atitude de escrita. Pensar a comunidade surda como o rizoma é se despir de conceitos prontos, de ideias já formadas e deixar ser levado por correntes e escapes que poderão não ser bem aceitas pelos da comunidade. Corro o risco de não ser bem vista pela comunidade surda. Ainda mais sendo eu uma “Eles” e não “Nós”. Sou ouvinte e não surda. Como posso eu falar de algo que não me atravessa pela experiência da surdez?

Vale ressaltar que durante o tempo que estou envolvida nas questões da comunidade surda, também fui subjetivada pelos discursos ali produzidos. Nesta pesquisa, fui levada a visualizar as territorializações, as desterritorializações e as reterritorializações, não de território e sim de pensamento. Conduzida a novas configurações e novas conexões com a comunidade surda, esta pesquisa configura

¹⁴ Língua visual-espacial: termo utilizado por Quadros; Pizzio; Rezende (2009).

uma pulsão que a faz problematizar ser a comunidade um plano que está em constante movimentação. Assim, cristalizá-la é tirar toda sua potência. É preciso compreender a comunidade surda como produtora de linhas de fugas que estão sempre ativas e em constante modificação, produzindo fluxos, produzindo rupturas e novas conexões, podendo, com tais fluxos e das linhas, ocasionar as reconexões das velhas rupturas, estando cientes de que essas reconexões não terão as mesmas configurações por terem sido afectadas por “n” conexões que deixaram suas marcas/experiências.

Diante dos fluxos da comunidade surda, fomos instigadas a problematizar como a aquisição da LS está ocorrendo no contexto atual, tendo como mediador o plano pedagógico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Já que, ao logo desta pesquisa e de outras, pode ser relatado e registrado pelos próprios surdos como eles, em sua maioria, se apropriaram da LS. Assim, fizemos alguns apontamentos sobre como a aquisição da Língua de Sinais está sendo possibilitada nos encontros surdo-surdo (s) pedagogizados e se eles estão ocorrendo.

7.3 A PEDAGOGIZAÇÃO DOS ENCONTROS SURDO-SURDO (S) E SUA INFLUÊNCIA NO USO DA LÍNGUA DE SINAIS

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault, **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**, 1984, p. 10.

Durante os estudos e o desenvolvimento desta pesquisa, fomos motivadas a problematizar os desdobramentos por que a educação de surdos vem passando ao longo desses dezessete anos de legalização da Língua de Sinais e os efeitos que estão sendo produzidos.

A partir do momento em que a educação dos surdos se desterritorializou, saindo de um campo do método oralista, em que os encontros ocorriam em uma escola voltada ao atendimento só de crianças surdas, e se reterritorializou em espaços em que o atendimento passa a ser especializado de forma a direcionar esses alunos a um ambiente onde seus pares são reduzidos, em muitos casos os encontros foram

extintos. Assim, que tipo de composição e decomposição é produzido nesse sujeito? Que diferenças surdas podem ser produzidas nessa configuração na qual o ensino/a aquisição de uma língua passa por processos pedagógicos? Essas indagações são dirigidas mais especificamente aos professores da educação especial, sendo esses os profissionais que atuam diretamente com os alunos surdos que, em sua grande maioria, só têm contato com a língua na escola.

Biesta (2013), quando toma as traduções de Derrida sobre educação como uma violência, reafirma que a educação “[...] é uma forma de violência, uma vez que interfere na soberania do sujeito propondo questões difíceis e criando encontros difíceis” (BIESTA, 2013, p.49). Dessa forma, buscamos, nas narrativas, os surdos que tiveram o contato com a Língua de Sinais na escola após a lei de LIBRAS — Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Os surdos dessas narrativas são jovens, meninos e meninas. Uns já estão na universidade, outros concluindo o ensino médio e outros terminaram o ensino médio e no momento não está mais estudando. Nas conversas que tive com os surdos, foi possível identificar, em suas declarações, que o primeiro contato com outras crianças surdas, em sua grande maioria, foi na escola e, a partir deste acontecimento é que obtiveram uma relação agenciada pela via da língua, possibilitando uma experiência-surda. Digo experiência-surda, pois a partir da relação com o Outro —que para ele é o mesmo de si —se entende como sujeito surdo. Exponho recortes de algumas narrativas coletadas.

Na escola que comecei a frequentar, a gente podia utilizar a Língua de Sinais, aprendi em contato com outros surdos. (Gustavo, 22 anos)

Meu contato com a Língua de Sinais foi aqui na escola Oral e Auditiva, quando ela funcionava no Gomes Cardim. (Shena, 32 anos)

Fui me acostumando com as outras crianças que vinham conversar comigo. Elas foram me ensinando a Língua de Sinais e fui me acostumando com eles. Aprendi a Libras já com 15 anos. Iniciei na escola com 11 anos e com 15 anos já tinha mais facilidade no uso da Língua de Sinais [...] (Jamile, 43 anos).

Nessa escola onde eu estudava tinha outras crianças mais velhas já com 6,7 anos, alguns mais velhos ainda. Foram se passando o tempo e outras crianças surdas foram chegando nesta escola. (Rosa, 51 anos)

Eu comecei a frequentar a Escola Oral e Auditiva com idade de 4 anos. Meu contato com surdos era somente na escola. Sou de um município da zona rural de Viana. Então eu tinha contato somente na escola. (Renato)

Mesmo sendo escolas oralistas, mesmo sem essa intenção proporcionavam os encontros surdo-surdo (s), possibilitando assim a aquisição da Língua de Sinais. Esses momentos de encontros tornaram-se tempos livres e produtivos.

Vieira-Machado (2010) registra as narrativas durante sua pesquisa com surdos participantes da comunidade surda, em que eles mencionam um profissional que vem para o Estado trabalhar na primeira escola de surdo, proporcionando clandestinamente aos alunos dessa escola oralista a aquisição da língua. Durante o período em que esteve aqui para trabalhar na escola, pode fazer o papel de protagonista para que a língua pudesse ser adquirida e passada para os futuros alunos da escola, sendo intercessor na difusão da LIBRAS.

“Mas à noite, quem dava aulas era o Sebastião. Ele ensinava os sinais das cidades do Brasil e explicava os significados das palavras também. Sebastião era muito bom. Quando ele foi embora, Vitória acabou. Tudo foi por água abaixo. Enquanto Sebastião estava na escola, a escola enchia de gente. Quando ele foi embora, todos os surdos saíram da escola.”

.....

*“Eu era um tipo ‘faz tudo’ na escola. Técnico dos aparelhos de amplificação sonora, servente do lanche dos alunos do noturno, apoio. Meio tudo lá. Quando vi a escola pela primeira vez, achei os surdos atrasados. Pensei: ‘Nossa, que tristeza. Como isso se dá dessa forma?’ Inclusive, eu era orientado a falar oralmente sempre e não usar sinais. Isso era muito fixado, exposto constantemente. Mas não tinha problema porque **eu conversava escondido**. Eu falava em sinais e aconselhava os surdos a aprenderem sinais. E claro, sempre escondido. Discreto. A prática de bater nas mãos e mandar o surdo falar era normal. Precisa falar com a boca. Não fazer sinais. Era visto como uma coisa ruim. E olha que eu era costumado a oralizar no Rio de Janeiro. Mas sempre vi o valor da Libras. Incentivei os surdos a falar em Libras.” (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 85-66)*

Percebe-se que os espaços escolares atuais, de acordo com a metodologia adotada, tornam a aquisição da língua algo não tão simples assim. Lembrem-se de que aqui estamos falando de modelos educacionais que estão fomentados na perspectiva da educação inclusiva. Segundo Lopes (2013, p. 21),

[...] de uma forma crescente a inclusão tem sido potencializada visando, entre outras conquistas, minimizar os prejuízos e as inúmeras exclusões geradas pelas práticas que exploraram e discriminaram segmentos da população ao longo da história [...] [...] refiro-me a todos aqueles que, por distintas razões econômicas, de gênero, raça-etnia, deficiências físicas, cognitivas, sensoriais, entre outras [...].

Durante as leituras de outros trabalhos, é possível identificar que tal situação de isolamento surdo, ou seja, alunos surdos que estão em escolas nas quais somente

ele é surdo em todo o ambiente escolar, é frequente. O único contato que ele tem é com os professores da educação especial nos “momentos” de atendimento especializado. E o restante do tempo escolar, qual seu contato/estímulo da língua? A possibilidade que a escola oralista dava ao sujeito surdo de ter o encontro entre surdo-surdo (s) propiciava, mesmo que de forma marginal, a aquisição da LS. E nos modelos atuais, quando acontecem situações como essas? Quais perspectivas de movimentos forasteiros poderão possibilitar o encontro com o seu Outro? Na possibilidade de conversar com os dados da pesquisa de Carvalho (2016), foi possível, em uma de suas análises, o seguindo atravessamento onde o registro do seguinte dado corrobora comigo em tal percepção.

Para refletir sobre isso, sobre o tempo do oralismo, o professor ‘W’ afirma ser feliz e, talvez me refira ao fato de que os surdos tinham mais contatos com outros surdos no centro da escola numa escola só de surdos, refiro-me ao fato de que tinham a presença de 100 a 200 surdos e tinham encontros diariamente na escola e, além disso, os encontros ocorriam também em outros espaços. O que difere disso é o que atualmente, na inclusão, os surdos ficam isolados em diferentes escolas, nas salas com alunos e o momento com o professor surdo é só o horário de atendimento específico pelo sistema de ensino, sendo que essas aulas se dão geralmente em poucas horas e dias da semana, além de ocorrerem outros contratempos”. (CARVALHO, 2016, p.104).

Entendo que, pelo fato de a criança surda não estar “ex-posta” por um tempo maior com outra pessoa surda, a aquisição da LS delonga-se. Digo pessoa surda, porém, retomo a minha expressão e digo pessoa que saiba LS com fluência. A atenção aqui não está voltada para um jeito de ser surdo-professor agenciado pela identidade. Quero evidenciar a possibilidade de a criança surda ter a oportunidade e ser exposta a “uma língua” que crie condições comunicativas, produzindo o que chamamos de “conversa” entre amigos e participação de um grupo.

Buscando um diálogo com os dados de Viera-Machado (2010), foi possível o registro da seguinte fala de um de seus narradores:

“É muito importante os surdos ficarem juntos. Eu só tenho vontade de conversar em Libras. E mesmo sabendo falar pouco, fico mais à vontade com o meu grupo.” (E., 25 anos) (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 111).

A aquisição da LS era produzida a partir dos encontros, nos “entrelugares” das escolas especiais, aquelas só de alunos surdos, entre uma metodologia oralista e o sujeito que burlava a vigilância das professoras, coordenadoras, pedagogas e diretora. Essas

linhas de fuga que moviam o sujeito a dar um jeito para ter uma relação maior com que lhe afetava era a língua gestual. Dados de Vieira-machado (2007):

“Os sinais na escola eram proibidos. Batiam na mão. Era difícil. Nós os tínhamos como segredo. Só falávamos em segredo e fazíamos sinais escondido. Ficávamos vigiando e as professoras não viam. Não podiam ver.”
(S., 58 anos) (VIEIRA-MACHADO, 2007, p. 109)

Schérer (2005), ao trabalhar no texto *Aprender com Deleuze*, discorre sobre três linhas de um pensamento deleuziano na educação. Seu segundo ponto ou segunda linha remete a uma “[...] entrevista sobre Godard e sua famosa fórmula: ‘*não uma imagem justa, mas ‘justo uma imagem’*[...] uma definição que se pode aplicar a operação do pensamento como tal: ‘*Não uma ideia justa, justo uma ideia*’ [...]” (SCHÉRER, 2005, p. 1189). Dessa forma, percebo na relação dos surdos que estavam em um ambiente de que a noção de “*não uma ideia justa*” para os surdos da época era aprender o português oralizado. Isso advindo do exterior, do ouvinte. Sendo que para os surdos o que vinha do seu interior era, não oposto, mas o que era criado, produzido e manifestado a partir das pulsões externas que não afetavam o ser surdo. Então, uma “*justo uma ideia*” para os surdos em seus encontros surdo-surdo (s) era a língua gestual e não a oral.

Ainda seguindo a linha do contato surdo-surdo(s), destaco algumas narrativas de sujeitos que aprenderam LS fora do espaço escolar, porém, em contato com outro surdo.

Eu fui ter contato com surdo e aprender Libras com os meus 18 anos. Então, eu penso ser importante ter contato com surdo, mas não só necessariamente tenho que ter contato com surdo, pode ter contato com um ouvinte que saiba Libras. Não foi na escola que aprendi a Língua de Sinais, foi na comunidade e nos encontros surdos. Onde tinha surdo eu ia. Se for à igreja eu ia, se era no shopping eu ia. (Diogo, 31 anos)

Para Diogo, a possibilidade de ser exposto à língua com alguém que tenha fluência em Língua de Sinais, seja ela surda ou não, é o que importa. Entendo que quando ele faz esse enunciado, não está preocupado com as questões de identidade e cultura que move, a comunidade surda e os discursos que nela se produz. Diogo se preocupa com a possibilidade, em um primeiro momento, de estar “ex-posto” a uma língua que lhe seja acessível e lhe dê condições de uma comunicação completa.

Uma tia minha que quando eu tinha uns quatro (4) anos de idade eu sempre me direcionava a ela porque ela sinalizava. Eu não entendia porque só ela

que utilizava a Língua de Sinais. Eu achava que ela era ouvinte que sabia Libras, e lógico eu já me entendia como uma criança que era surda. Eu perguntava tudo pra ela e tinha um retorno através da Língua de Sinais e assim nossa relação só foi aumentando. (Fernando, 34 anos)

Depois de um tempo comecei a perceber que em minha família todos “mexiam com a boca” para se comunicar comigo e, somente minha tia, ela utilizava Língua de Sinais. Era prazeroso conversar com ela. Foi quando questioneei o porquê só ela sabia LS, foi então que eles me falaram que ela sabia Libras porque ela também era surda. MINHA TIA É SURDA? EU NÃO SABIA! EU PENSEI QUE ELA FOSSE UMA OUVINTE QUE SOUBESSE LIBRAS! (Fernando, 34 anos)

Se a tia de Fernando fosse uma ouvinte e soubesse Libras, assim como relata Diogo, a possibilidade de ter contato com a língua, ele não teria aprendido a língua da mesma forma? A possibilidade de ser entendido e de se comunicar visualmente não foi necessariamente pelo motivo de sua tia ser surda e saber LS. Era porque ela era uma pessoa que se comunicava de modo diferente dos demais familiares. A percepção da diferença no modo de se comunicar só foi percebida quando Fernando já estava maior, de que sua tia se comunicava mexendo as mãos e restante da família mexendo a boca. Se ela fosse uma ouvinte e também soubesse LS, ele também não teria aprendido?

Quando eu ainda era pequeno tinha um vizinho que também era surdo, mais velho do que eu e que já sabia se comunicar em LS. Então ele foi me ensinando. Me mostrava os objetos e me ensinava os sinais. Depois de um tempo passei a ter contato com outras pessoas surdas, onde observava suas sinalizações e fui aprendendo no contato, em jogos de baralho em na casa de um casal de amigos, passando a frequentar locais onde os surdos se encontravam. (Eduardo, 47 anos)

Mesmo tendo a possibilidade de aprender a LS em casa, “Fernando” ainda sente a necessidade não só da língua, mas o que ela pode lhe proporcionar, que são as amizades, as conversas, os encontros. A afecção também move “Eduardo” a buscar outros encontros, não um encontro somente com seu vizinho, como o casal para o jogo de baralho em sua casa.

À medida que o surdo vai se tornando fluente em Língua de Sinais, a necessidade de outros possíveis encontros, de novas conexões, de outras multiplicidades vai sendo tecida nas rupturas consigo mesmo, ou seja, um surdo que antes não dominava uma língua e o surdo que tem a possibilidade de produção linguística que lhe foi proporcionada pelos encontros-amizades.

Tomando as narrativas surdas, me movo pela linha que segue nos encontros surdos derivando-se em encontros-amizades, com a possibilidade de compor um encontro-surdo-amizade como potência de aquisição de LS pelos surdos. Como negar a afecção que promove a atração desses corpos, produzindo encontros afetuosos, produzindo um ambiente de produção linguística, onde a possibilidade de aprender uma língua, aquela que não passa pela experiência da audição e sim a experiência da surdez, proporcionando ao sujeito a possibilidade de amizades e conversas?

Devemos ser bilíngues mesmo em uma única língua, devemos ter uma língua menor no interior de nossa língua, devemos fazer de nossa própria língua um uso menor. O multilinguismo não é apenas a posse de vários sistemas, sendo cada um homogêneo em si mesmo; é, antes de tudo, a linha de fuga ou de variação que afeta cada sistema impedindo-o de ser homogêneo (DELEUZE; GUATTARI, 1998, p. 4).

Quando o surdo gestualiza transgredindo as regras de uma escola, cuja metodologia é o uso e a prática da língua oral, fazendo do espaço escolar local de fugas e aprendendo de “forma marginal” uma língua afectuosa, não seria de uma certa forma, a evidência de uma prática bidialetal (CAVALCANTI, 1999) dentro da própria Língua de Sinais, com o uso de uma comunicação em uma língua menor, potente e resistente

No Brasil, não se pode ignorar os contextos bilíngues de minorias, uma vez que no mapa do país pode-se localizar em uma pincelada não exaustiva: i. comunidades indígenas em quase todo o território, principalmente, na região norte e centro-oeste; ii. comunidades imigrantes (alemãs, italianas, japonesas, polonesas, ucranianas, etc) na região Sudeste e Sul, que mantém ou não sua língua de origem; iii. comunidades de brasileiros descendentes de imigrantes e de brasileiros não-descendentes de imigrantes em regiões de fronteira, em sua grande maioria, com países hispano-falantes. Além dessa classificação geográfica, quando se focalizam os contextos bilíngües não se pode esquecer das comunidades de surdos que, geralmente, são criadas em escolas/instituições e que estão espalhadas pelo país. Todos esses contextos bilíngues são de alguma forma também "bidialetais", pois contemplam alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade de português convencionalizada como padrão. (CAVALCANTI, 1999, p. 388).

Por que não pensar que todo esforço em adquirir a LS, sofisticando seus gestos¹⁵ corporais e adequando-os às normas da Língua de Sinais, não coloca o surdo em um contexto bilíngue/bidialetal? Poder interagir e dialogar nos encontros entre surdos, a

¹⁵ “[...] é porque, quando submetemos os elementos linguísticos a um tratamento de variação contínua, quando introduzimos na linguagem uma pragmática interna, somos necessariamente levados a tratar da mesma maneira os elementos não-linguísticos, gestos, instrumentos, como se os dois aspectos da pragmática se reunissem, na mesma linha de variação, no mesmo *continuum*. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.34)

partir do uso dos gestos, torna esse sujeito habitante de um contexto bilíngue/bidialetal? Esses gestos que, de uma certa forma, caracterizam-se como uma língua menor (no sentido que dá Deleuze e Guattari), afinal são desqualificados pela maioria que tem uma fluência na LS. Os sujeitos surdos que se comunicam com gestos ocupam outra posição e quase se tornam invisíveis como potentes membros ou associáveis da comunidade. “Falar de comunidades bilíngues ou bidialetais (CAVALCANTI, 1999) no Brasil, ainda é um discurso vago” (KUSTER, 2015, p. 108). “Em outras palavras, o bilinguismo de minorias e o bidialetalismo de majorias, na prática, ainda está naturalizado como invisível” (CAVALCANTI, 1999, p, 396).

Partimos da ideia que Deleuze e Guattari (1995) fazem do gesto, como parte de um campo linguístico mais amplo que lhe é dado. O gesto, para os autores, é um silenciar, uma atitude, uma expressão, uma cor, uma voz:

Os gestos e as coisas, as vozes e os sons, são envolvidos na mesma "ópera", arrebatados nos efeitos cambiantes de gagueira, de vibrato, de trêmulo e de transbordamento. Um sintetizador coloca em variação contínua todos os parâmetros e faz com que, pouco a pouco, elementos essencialmente heterogêneos acabem por se converter um no outro de algum modo. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.48, grifos do autor).

Faço um recorte da narrativa de “Rosa”, 51 anos que diz “[...] na associação é visual, mão, mão, mão... é bate papo”. Percebo que a possibilidade de poder ter acesso somente visual e contato com ambiente que seja dominado pelos “gestos” é um espaço de produção linguística. Os gestos aqui são considerados uma língua como possibilidade transgressora. Os gestos, como potência para fugir do controle do corpo, são vistos pelos professores oralistas como algo menor, porém as crianças surdas sentiam nos gestos a possibilidade de seguirem por uma linha de fuga que ultrapassavam as barreiras dos sons: uma língua das multiplicidades, das experiências e nas motivações de relação entre sujeitos. Passo assim a ter a clareza, diante da argumentação de “R”, que um espaço onde não há regras, carga horária e cronograma curricular a ser cumprido libera o sujeito a ser por si só surdo e não aluno surdo.

Problematizar a pedagogização da aquisição da Língua de Sinais é de grande importância. Demonstrar, através de pesquisas, a necessidade de um par linguístico se faz necessário. É possível perceber, nas entrevistas e nas conversas que tive com

os surdos, que seu primeiro contato com a LS foi, em sua maioria, na escola, porém seus produtores não eram os professores e sim seus colegas surdos, alunos surdos.

Na escola só utilizava o tratamento da fala e da leitura labial. Utilizávamos gestos sempre às escondidas das professoras. (Fernando, 34 anos)

Meu contato com a Língua de Sinais foi aqui na escola Oral e Auditiva. [...] Como iniciante eu utilizava os gestos com o passar dos tempos meus sinais foram se refinando já que minha convivência com os surdos era constante. (Shena, 32 anos)

Nas conexões que foram possíveis nas falas dos entrevistados quando se dizem “[...] eu vi os colegas sinalizando [...]”, eu entendo que esse sinalizar poderia não ser logo de imediato a Língua em sua estrutura, mas sim os “gestos” que possibilitaram mais adiante a aquisição da LS. Faço tal questionamento, tendo em vista se tratar de crianças que estavam em processo de aquisição de uma língua e em campo conflituoso, pois o método utilizado não era a língua gestual e sim método oral. Reconheço que os gestos são sim, parte essencial e indispensável para que o processo de aquisição de qualquer língua passe pelo campo do gestual, passe pelo campo dos apontamentos. Que criança, seja ela surda seja ela ouvinte, não usa esse recurso para se comunicar? Quantos, que não sabem a Língua de Sinais, buscam o recurso dos gestos para uma possibilidade, mínima que seja, de uma comunicação com um surdo?

Eu mesma sou prova concreta, quando faço aqui o registro da minha chegada à comunidade surda e meu contato com os surdos. Foram os gestos que me possibilitaram a aquisição e um saber linguístico que me permitiu participar da comunidade surda, dos encontros, das conversas e dos diálogos com os surdos.

7.4 A LÍNGUA DE SINAIS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Problematizar a pedagogização da aquisição da Língua de Sinais é de grande importância, questionando, junto às instituições de ensino, a necessidade de um par linguístico para os surdos durante o processo aquisitivo da Língua de Sinais. Para dialogar com nosso pensamento, deixo aqui registrado como alguns desses entrevistados aprenderam a Língua de Sinais na escola, porém na modalidade da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, configurada para o atendimento do aluno surdo no AEE.

Eu comecei a aprender libras com idade de 16 anos. Primeiramente na Escola municipal de Vitória, depois continuei aqui na escola Oral e Auditiva e no contato com a comunidade surda. (Douglas, 25 anos).

Eu comecei a aprender Libras no ano de 2007 na escola em Vila Velha, com idade de 14 anos (Melissa, 23 anos).

Eu comecei a aprender libras com idade de 9 e 10. Na escola que eu estudei tinha instrutor de Libras, tinha professor bilíngue e intérprete de Libras. Eles me ensinaram Língua de Sinais. Comecei a ter contato com surdos no ano de 2011. Daí em diante passei a ter contato constante com a comunidade surda. (Bianca, 19 anos)

O contato com outras crianças surdas e com ouvintes que sabiam a Língua de Sinais possibilitou aos narradores a aquisição da língua. Vejam o que alguns participantes disseram em relação à aquisição da Língua de Sinais, também, a partir do contato com pessoas ouvintes que saibam a Língua de Sinais:

Entendo que a presença do profissional surdo na escola é muito importante para o aluno. **Porém entendo que se os demais profissionais forem fluentes na Língua de Sinais o aluno surdo pode aprender a língua e se desenvolver sim.** (Shena, 32 anos, grifo nosso)

Lógico que com o professor surdo a aluno sentirá mais liberdade de se expressar do que com o professor bilíngue e intérprete. O aluno ficará mais envergonhado, caso que não ocorre com o professor surdo, **pois nos sentimos iguais!** (Shena, 32 anos, grifo nosso)

Eu preciso estar preso dependente só de surdo para viver? Eu preciso conversar só com surdo? Eu preciso falar só com surdo só? Eu preciso me encontrar só com surdo? Surdo, surdo, surdo só! Eu quero poder conversar com qualquer pessoa, eu quero que as pessoas falem a minha língua, eu penso que isso seja importante. (Diogo, 31 anos)

O movimento de se aprender a Língua de Sinais somente com o sujeito surdo vem tomando novos rumos. Novos fluxos estão surgindo, possibilitando novas conexões que ainda passam pela esteira da identidade e, como se posicionam como “donos de uma língua”, os surdos, em sua maioria, tomaram posse como sendo os principais responsáveis em ensinar a língua para os outros surdos. Problematizando a nova configuração da educação especial e olhando para as práticas docentes dos professores surdos discutidas por Carvalho (2016), a presença do surdo como professor, principalmente no espaço do AEE, produz o desejo dos estudantes surdos em estarem naquele lugar, gerando possibilidades de encontros-amizades nesse espaço e subvertendo a prática apenas pedagógica que lhes é reservada. Os próprios professores surdos procuram pela docência a fim de garantir que os estudantes surdos, principalmente as crianças, tenham “modelo” de existência. Nas narrativas

dos surdos, na pesquisa de Carvalho (2016), percebemos a necessidade apontada pelos próprios surdos docentes quanto a sua presença no espaço escolar para que um encontro seja produzido.

Como mencionado em parágrafos anteriores, não há preocupação (neste texto) com que sujeitos as crianças surdas terão contato na escola, se são surdos ou ouvintes; estamos enfatizando um contato que lhes possibilite o (s) encontro (s)-amizade (s) nesse espaço. Muitas vezes o desejo dos alunos surdos em estar na escola é produzido pela possibilidade do encontro com seus pares ou mesmo com o próprio professor surdo. Quero evidenciar a possibilidade de a criança surda ter a oportunidade de se encontrar com a língua e que esta “ex-posição” lhe possibilite habilidades comunicativas.

A língua é algo que nos envolve, nos rodeia, é uma atmosfera. Então língua é algo que paira no ar. Pensando no português, aonde as pessoas vão ter português, se ele vai à padaria tem alguém que fala português, se ele vai à farmácia tem alguém que sabe falar português, se vai ao hospital tem alguém que sabe falar português, vai ao banco tem alguém que sabe falar português. Todos os espaços têm português. E Libras, aonde é que a gente (pessoas surdas) vai que pode ter alguém que saiba LS? Aonde é que a Libras realmente existe? Aonde ela vive de verdade? Na internet? No Facebook? No Youtube? Em alguns livros? No celular em um aplicativo? Onde um robzinho que sinaliza alguns sinais? Isso é língua? Pra mim não é isso não! Isso é um recurso! É uma ajuda. Eu quero uma língua para vida! Eu quero uma língua para viver! Eu não quero uma língua para me apoiar, eu não quero uma língua para que seja interpretada, para traduzir. Eu quero uma língua para a vida. Eu quero, independente do lugar que eu for, uma língua que eu possa conversar com as pessoas e que as pessoas falem a minha língua. (Diogo, 31 anos)

Diante dessa narrativa, sou envolvida em uma trama em que me conecto novamente aos encontros surdo-surdo (s) e, assim como os surdos, vislumbro a existência e a continuidade da comunidade surda para que os encontros não sejam somente no âmbito escolar. A escola, em um dado momento, captura a necessidade linguística que os surdos têm em adquirir a Língua de Sinais, porém é na comunidade fictícia — aquela que foi inventada, idealizada e desejada — que a maioria dos surdos querem estar porque ela ainda se faz necessária, para que a língua seja da vida desse sujeito e que ela o subjetive.

Se a língua é um desejo e ela existe em qualquer lugar, que sentido a comunidade teria para os surdos? Ela ainda é necessária nesse sentido, para que os surdos

tenham a possibilidade de um encontro-amizade, de encontros-afectos, de encontros-perceptos, de encontros-conceptos e para uma conversa sem o auxílio de intérpretes.

Problematizo e pretendo saber o que as escolas têm feito a favor dos encontros possíveis dos surdos. Não que os encontros escolares não sejam necessários, mas como são produzidos? Quando ocorrem, que efeitos produzem ao ser limitados a ela? Tal questionamento me leva a ressaltar que a comunidade surda ainda se faz necessária. Problematizo com a seguinte indagação: os surdos, na escola, podem ir a qualquer ambiente e ser atendidos sem a presença de um intérprete? A escola está localizada em um contexto bilíngue?

A comunidade dos alunos é uma comunidade única; é uma comunidade de pessoas que não têm nada (ainda) em comum, mas, por confrontarem o que é fornecido, os seus membros podem experimentar o que significa compartilhar alguma coisa e ativar sua capacidade de renovar o mundo. É claro que existem diferenças entre os alunos, seja nas roupas, na religião, no sexo, nos antecedentes ou na cultura. Mas, na sala de aula, por se concentrarem no que é oferecido, essas diferenças são (temporariamente) suspensas e uma comunidade é formada com base na participação conjunta (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 85).

O que a escola tem feito é utilizar a LS como uma tecnologia pedagógica. Como foi narrado por “Diogo”, 31 anos “Eu não quero uma língua para me apoiar, eu não quero uma língua que seja interpretada. Eu quero uma língua para a vida. Eu quero, independente do lugar que eu for, uma língua que eu possa conversar com as pessoas”. Em sua fala, “Diogo” não menciona que ele tenha que conversar somente com surdos. Ele quer a possibilidade de conversar. Algo que atualmente, em sua maioria, só se encontra na comunidade surda que é produtora dos encontros-amizades.

Diante das possibilidades que a pesquisa nos proporciona seguimos no capítulo a seguir com as considerações do que foi possível de se produzir nas tramas dos encontros surdo-surdo (s) e como a comunidade é produzida pelos associáveis/membros que circulam por esse espaço-tempo do sujeito surdo.

8 OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS: AS MULTIPLICIDADES PRODUZIDAS NOS ENCONTROS SURDO-SURDO (S)

Esse trabalho deve se fechar, deve ter um final, um ponto definitivo de conclusão. Todavia, eu gostaria de deixá-lo aberto, inconcluso, inacabado, disponível para novos olhares que poderão transformar sua direção e, sobretudo, aprofundar para novos olhares que poderão transformar sua direção e sobretudo aprofundar, cavar, explorar as múltiplas superfícies que ficaram apenas descritas.

NOGUEIRA-RAMIREZ, Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa, 2011.

Concluir esta dissertação de mestrado tendo como fio condutor os encontros surdo-surdo (s) e a comunidade surda como espaço produzido pelos encontros não se esgota por aqui. Como a citação em epígrafe, o desejo de deixar inacabado dando possibilidade de novos olhares e atravessamentos para que novas possibilidades se produzam se faz necessário para que as tensões não se finalizem, mas que produzam novas discussões e tensionamentos adensando ainda mais a temática.

Esta pesquisa foi valiosíssima para adentrarmos em um campo discursivo sobre o qual tanto se fala e pouco se sabe. Do que estamos realmente falando quando se diz sobre a comunidade surda? Ser envolvidas nesse lugar tão comentando, tanto no meio acadêmico surdo, quanto para os surdos da comunidade educacional e social se fez necessário, até mesmo para potencializarmos sua existência e permanência, produzindo novas relações e destacando sua posição na sociedade para aqueles que dela necessitam, para assim nos possibilitar uma investida em analisarmos as questões relacionadas aos estudos sobre a educação dos surdos, sendo “Nós” também produto dessa comunidade.

Estudar sobre comunidade permitiu adentrar e perceber o que é a comunidade surda e o que ela representa para seus membros/associáveis. A busca por esta problematização foi resultado de anos de vivência em contato com o sujeito surdo membro/associável desse espaço e que nos possibilitou tal inquietação, já que é um assunto corriqueiro nos cursos de LIBRAS, nas formações de professores surdos, bilíngues, tradutores e intérpretes de LIBRAS, no campo acadêmico e na sociedade em geral.

Ao iniciarmos a pesquisa de mestrado, intencionávamos perceber as diferenças surdas que são produzidas nos encontros surdo-surdo (s), mas, para além das diferenças surdas que se produzem no contato surdo-surdo (s), foi possível perceber que a comunidade surda só existe por causa dos encontros. Sem eles, ela não existiria. Pela ótica da filosofia da diferença fomos envolvidas pelo jeito de Deleuze e Guattari propondo uma pesquisa que fosse afetada e guiada pelos afectos, percepções e concepções, capturando os atravessamentos que produziram as multiplicidades que se destacaram ao longo das análises dos dados os quais pudemos registrar. Apresentamos, então, as multiplicidades surdas que são produzidas a partir dos encontros surdo-surdo (s), porém dando destaque ao que mais nos afetou no processo cartográfico e na composição que teceu as linhas desta pesquisa e que se pode perceber logo do registro deste trabalho — os encontros-amizades.

Evidenciando as experiências na comunidade surda, fui impulsionada e esbarrei em composições com possíveis modos ser/estar sendo surdo e suas diferenciações, de acordo com a composição que cada sujeito produz no contato com o outro. Essas nomeações foram capturadas e se mostraram presentes durante o processo cartográfico das narrativas. Mesmo esses nomes não sendo usuais entre os surdos da comunidade, inferiu-se sua existência como algo que foi se instituindo nos processos de subjetivação dos sujeitos surdos e, para facilitar a análise, foram nomeadas sem predeterminar, impor ou dar um grau de importância e influência para a existência dos encontros, e por consequência, a produção da comunidade surda e as possibilidades das diferenças de multiplicidade do sujeito surdo de ser: “Nós”, “Eles, “ os associáveis”, os “não associáveis/ os estranhos”.

Todas essas possíveis subjetivações foram se compondo em decorrência das multiplicidades que produzem os sujeitos no seu cotidiano e suas conexões possíveis. As afecções que movem os surdos produzem linhas que não são iguais, fomentando as identidades, que seguem o fluxo e não se fixam por determinações discursivas de um empoderamento. Utilizo “identidades” no plural por concordar com Formozo (2009), quando afirma

[...] que não há uma única identidade surda essencial, fixa. Além de surdos, esses sujeitos também são mulheres, homens, homossexuais, heterossexuais, pobres, ricos, negros, brancos — mistura dessas características ou de outras incontáveis possibilidades. Jamais dois surdos serão iguais pelo simples fato de serem surdos. A maneira de posicionarem-

se como surdos pode ser diferente para cada um. As identidades são produzidas na e pela linguagem e modificam-se no tempo e no espaço através de relações de poder. (FORMOZO, 2009, p.34).

Tal afirmação só confirma as indagações que se construíram ao longo desta pesquisa ao problematizar em relação a um jeito de ser surdo como sendo o ideal. Todo o discurso de empoderamento de uma única identidade cai por terra. As relações de poder é o tempo que constrói por uma linguagem que identifica., sendo “Nós”, os “Eles, os “associáveis”, os não associáveis/estranhos”. “As identidades surdas, em suas múltiplas manifestações, não podem ser normalizadas tendo o ouvinte ou o surdo bom sinalizante como referência. A diferença escapa-nos e não pode ser facilmente capturada [...]” (THOMA, 2009, p. 50).

Em uma das narrativas coletadas para esta pesquisa, indaguei ao surdo o porquê de surdos que sabem Língua de Sinais e são oralizados se dispõem a oralizar com determinados ouvintes, mesmo essas mesmas pessoas sabendo Língua de Sinais.

Por que que eu não posso ser bilíngue? Só porque sou surdo e sei Língua de Sinais eu não posso ser bilíngue? Não posso utilizar a Libras e oralizar? Os ouvintes, como você, pode aprender Libras e utilizar quando necessário, uma língua ou a outra e porque eu não posso aprender o português falado/oralizar quando sentir vontade e quando for mais confortável? Se sou oralizado e tenho **confiança e liberdade** em articular a minha fala e não utilizar a Língua de Sinais com uma pessoa, eu vou sim oralizar. Por que que tenho que ser questionado em relação a isso? Por que os outros surdos que não conseguem oralizar tem que dizer que estou errado em oralizar, pois como surdo tenho que usar somente a Língua de Sinais? Por que tenho que seguir um modelo? Se com um implante o surdo tem a possibilidade de ouvir um pouco melhor, mesmo que ruídos que auxiliem a ouvir mais os sons, que possibilitem uma melhor oralização da fala, por que que ele tem que ser discriminado pela comunidade surda em relação a sua escolha de vida? O problema pra mim está na língua. Onde se determina que uma língua seja superior a outra. Mas é no conforto de uma língua e onde eu estiver que posso escolher o que será melhor pra mim naquele momento. Dizer que todos os surdos têm que utilizar só a Língua de Sinais para se comunicar já passou. Estamos em outro momento e devemos respeitar as decisões e escolhas de cada um. Não importa de que forma ele irá aprender a outra língua, de forma oral ou em sua forma escrita. Acho que temos que aprender não somente duas línguas, Libras e português. Temos que aprender outras línguas, mesmo que basicamente. Tudo que me dê outras possibilidades de comunicação. (Alfredo,35 anos)

Diante dessa narrativa, me ponho a imaginar que os surdos, ao questionarem as outras possibilidades de ser/estar surdos, estão sendo impulsionados afetuosamente na contramão de uma prática a movimentos que se instituíram ao longo dos anos em luta da regulamentação da Língua de Sinais. Capturo tal tensão em detrimento de um

movimento que teme um retrocesso da língua como artefato cultural da comunidade surda.

A Língua de Sinais constitui-se como uma traço identitário; as identidades dos sujeitos são constituídas na língua e através dela. A diferença surda apresenta-se como uma construção histórica social ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos. Os sentidos que os surdos dão às suas experiências constituem a sua cultura. (FORMOZO, 2009, p. 33).

Entendemos que a resistência que se instaura na comunidade surda é contra uma possível perda de direitos que foram adquiridos ao longo desses anos em relação ao reconhecimento da Língua de Sinais, às identidades que foram constituídas a partir da língua e à possibilidade de perda de direito ao intérprete como mediador de uma comunicação em diversos espaços. Vários tipos de posições se compõem e se decompõem no fluxo que move a comunidade surda.

Na esteira de problematizar a resistência em prol dos direitos adquiridos, traço aqui brevemente o que mencionei durante a pesquisa: a possibilidade dos encontros surdo-surdo (s) também serem possíveis pelas redes sociais. Não adentrei tanto nesse campo virtual, mas algumas linhas e certos atravessamentos pude registrar como possibilidade desse espaço cibernético, como possibilidade do encontro. Estando os surdos conectados às redes sociais, elas também possibilitam as discussões que se produzem no meio da comunidade surda e se propagam com maior rapidez, assim como os demais grupos e movimentos sociais que as utilizam para suas lutas políticas. Diante desse possível espaço-tempo, os surdos iniciaram uma brincadeira nas redes sociais da seguinte forma: os surdos brincam de articular frases e outro surdo tem que adivinhar o que está sendo dito. Essa brincadeira leva o surdo a se esforçar em fazer uma boa articulação das palavras e o outro a se esforça entender o que está sendo articulado. Esse movimento trouxe à tona um sentimento antigo: aquele em que os surdos eram obrigados a praticar a oralidade e aprender a leitura labial, sendo imposto a eles um só modo de ser surdo, cujo ideal era aprender a língua oral

Durante a era do oralismo, após o Congresso de Milão, os currículos das escolas de surdos, planejados pelos ouvintes, através de diversas tecnologias disciplinares, tentavam transformar aqueles alunos em ouvintes, proibindo as línguas de sinais, estimulando a fala e a leitura labial com intuito de normalizá-los (FORMOZO, 2009, p.36).

Ainda na problematização da brincadeira “ex-posta” nas redes sociais, foi possível encontrar outro vídeo onde um surdo expressa seu sentimento de temor em relação à brincadeira e dos riscos que ela poderia trazer à comunidade surda.

Se os poderes públicos identificarem neste vídeo a possibilidade de os surdos, mesmo que minimamente, pudessem fazer bem a leitura labial, seria uma brecha para que os surdos voltassem a ser oralizados, obrigatoriamente, e que eles poderiam perder o direito a ter intérpretes, impossibilitando o acesso a diferentes espaços e, principalmente, os ambientes escolares e acadêmicos, já que os surdos poderiam aprender a oralizar e a fazer a leitura labial.

Este foi o desabafo do surdo. Não fui à busca de mais narrativas que comentassem a receptividade desses dois vídeos pela comunidade surda, porém a brincadeira não prosseguiu. São esses fluxos que vão dando corpo, vão criando rupturas; essas relações de poder entre os sujeitos da comunidade em relação a um dado conhecimento vão produzindo discursos, criam composições, capturas e vão conduzindo os sujeitos nesse emaranhado de significações e a-significações, onde subjetividades e a-subjetividades se tecem nas relações e nas conexões. Há sempre um movimento contínuo em constante transformação, em mudanças que vão delineando novos jeitos de ser e estar sendo surdo nesse mundo e não um só modo ideal a todos.

Tal análise só é possível por estarmos em um ambiente em que as leituras nos levam a novas conexões, possibilitando um deslocamento consensual de discursos que nós mesmos, até então, também enunciávamos e acreditávamos ser o correto e o ideal. Por isso, penso que aqueles que puderam comunicar-se por meio deste trabalho terão a possibilidade, assim como eu, de serem afetados por composições de um campo tão precioso, conflituoso e delicado que é a comunidade surda e também serem atravessados por algo que não me afetou: problematizar aquilo que não tive a possibilidade de problematizar. No entanto, tais composições ficaram registradas, possibilitando a quem tiver o interesse em ler este trabalho a oportunidade de outras afecções, percepções e concepções em um processo *continuum*.

Então, retomamos o que aqui nesta pesquisa pode ser produzido como campo discursivo para a comunidade surda e o que ela nos faz pensar na comunidade surda escolar. Tomando como base os autores Masschelein e Simons (2013), foi importantíssimo para nos apropriarmos de suas discussões do que vem a ser o

escolar como um lugar onde podemos ir sem sermos diferenciados pela classe social, aonde cada um chega com suas camadas. Camadas essas que fora da escola é muito mais presente e visível. Os surdos, tanto na sociedade quando na escola, possuem suas camadas.

Diz respeito à suspensão de uma chamada ordem desigual natural. Em outras palavras, a escola fornecia *tempo livre*, isto é, tempo não produtivo, para aqueles que por seu nascimento e seu lugar na sociedade (sua 'posição') não tinham direito legítimo de reivindicá-lo. Ou, dito ainda de outra forma, o que a escola fez foi estabelecer um tempo e espaço que estava, em certo sentido, separado do tempo e espaço tanto da sociedade (em grego: *polis*) quanto da família (em grego: *oikos*). Era um tempo igualitário e, portanto, a invenção do escolar pode ser descrita como a democratização do *tempo livre*. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 26, grifos dos autores).

Buscar perceber na comunidade uma inspiração para fazer o escolar do surdo um ambiente de aconchego, de tranquilidade e de constituição de si foi valiosíssimo. Estamos cientes de que essa tranquilidade não é algo constante, mas produz no aluno surdo o desejo de querer frequentar esse espaço, assim como acontece em outros espaços em que são possíveis os encontros surdo-surdo(s). Entendemos que atritos se encontram em qualquer lugar. Devemos estar preparados ou dispostos a minimizar os aspectos que dificultam a entrada e a permanência do educando surdo. O que pode ser registrado e produzido em relação à comunidade surda é que ela se tornou um espaço de suspensão e de conforto. Quando dizemos conforto é meramente o conforto linguístico, em que a Língua de Sinais se produz a partir do encontro do “Nós”, dando a possibilidade da conversa pelo encontro-amizade.

Durante as narrativas, tivemos a oportunidade de captura, quando os surdos declaram, em sua maioria, que seu primeiro contato com a Língua de Sinais foi na escola. Assim sendo, “[...] a escola não está separada da sociedade, mas é única, visto que é o local, por excelência, de suspensão escolástica e profanação pela qual o mundo é aberto [...]” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p. 45). Então a escola para os surdos, ainda hoje, é a abertura e a possibilidade, também, de encontro, onde os surdos podem ter contato com outro surdo e assim ter a oportunidade de participar ou não de uma comunidade surda. Devemos proporcionar o encontro; se ele será afetado pelo encontro-amizade é outra questão — algo que não podemos pré-determinar.

Estamos em constante transformação e produção. Assim os surdos produziram o que aqui nomeamos como o “Nós” (surdos) e o “Eles” (ouvintes). A pesquisa mostra que,

em alguns momentos, temos a oportunidade de ser “Nós”, porém em constante vigilância. O “Nós” como os agentes racionais — os associáveis — e os estranhos — os não associáveis —, ou seja, os “Eles”. Isso ocorre em qualquer comunidade, como bem afirma Sennett (2012). Usar o pronome “Nós” é um ato de autoproteção. Desejar uma comunidade daqueles que têm algo em comum é defensivo, mostrando em alguns momentos manifestações de rejeição a imigrantes; é da ordem natural da essência de uma comunidade nomear os estranhos como sendo “Eles”. Então, se em algum momento, você teve dificuldade em se aproximar de uma comunidade surda, não se desespere, lembre-se que você não é um “Nós”. Se hoje você é um “Eles” nos espaços da comunidade e sente que em algumas situações você está fazendo parte do “Nós”, lembre-se e tenha sempre em mente que tal estado é momentâneo e passageiro, pois pode muda a qualquer momento. É um processo natural que ocorre em qualquer comunidade.

A partir da produção da comunidade, da classificação do “Nós” e do “Eles”, foi possível distinguir a diferença entre comunidade e comunitarismo. Partimos da ideia de que a comunidade é um espaço onde ambos os pronomes transitam — tanto os associáveis (surdos) quanto os não associáveis (ouvintes). Distinguindo-se entre os pronomes, ambos estão em constante fluxo e se conectando. A comunidade se fortalece pelos átrios, pois é através deles que somos forçados a nos comunicar e entrar em um acordo. (SENNETT, 2012, p. 171). Essa possibilidade da comunicação une e fortifica ainda mais a comunidade e aqui as diferenças são respeitadas.

O comunitarismo sobrevive sob outros aspectos. Cito um exemplo para distinguir da comunidade. A divisão igualitária de privilégio constitui atitudes comunitaristas que não respeitam as diferenças e qualidades individuais de cada sujeito. Pensar que um surdo, só por saber Língua de Sinais, é privilegiado para a docência do ensino da língua é uma atitude comunitarista. Dizer que existe um jeito de ser surdo que seja o ideal é também uma atitude comunitarista. Dizer que um surdo não pode oralizar ou ser oralizado é também uma atitude comunitarista. O comunitarismo é uma das probabilidades e formas de se conduzir um grupo. Será que a luta da comunidade surda não é atitude comunitarista? A vertente de que a luta contra uma forma de ser surdo modelo de ouvinte também constitui movimento comunitarista. Não se destaca tal atitude no intuito de uma crítica minorizante, mas para que haja possibilidade de

pensar as ações da comunidade com outros olhares e principalmente novas possibilidades.

Assim, já finalizando estas considerações, chego a algo que me moveu e afetou durante esta pesquisa: a produção dos encontros surdo-surdo (s), principalmente o encontro-amizade. Não tenho noção de que tipo de encontro será possível dos leitores com este texto, mas deixo registrado que ele se produziu sob afectos, perceptos e conceptos que me deslocaram e sensibilizaram sobre como percebo a vida ao nosso redor.

Esses encontros-amizades são os produtores de perceptos, em que os surdos se entendem como sujeitos privados da audição e que existem outros como ele. Os encontros-amizades possibilitam as afecções, que causam no sujeito a possibilidade de decidir se ele quer ficar e continuar em contato com seu par linguístico. Os encontros-amizades produzem no sujeito concepções, segundo as quais eles se localizam como usuário de uma língua que os demais da sociedade não possuímos, fazendo da comunidade surda, assim como das demais comunidades, um espaço-tempo produzido pela minoria.

Os encontros surdo-surdo (s) produzem as diferenças surdas que impulsionam as comunidade (s) surda (s) a serem produtoras de um espaço-tempo de produção linguística. Essas diferenças são possíveis devido a vários fatores — tanto cognitivos quanto sociais —, como também a influências a que cada um está “ex-posto”, impulsionando-o a seguir seu fluxo onde lhe for mais confortável, possível e desejado. Considera-se comunidade (s) surda (s) os diferentes espaços de relação entre os sujeitos, e não somente um modo específico de comunidade que é engessado, que iguala a todos. Tal engessamento se dá pelas lutas políticas e por algumas ações que ditam um modo ideal de ser e estar sendo sujeito desta ou daquela comunidade, ocasionando o apagamento das diferenças existentes, no nosso caso o apagamento das diferenças surdas.

Paro por aqui, em detrimento de um cumprimento de prazos, porém o fluxo da comunidade continua e em outro momento, quando eu ou outro pesquisador retornar a ela, não encontrarão as mesmas configurações, porquanto os fluxos os levarão a novas conexões e composições, produzindo novas multiplicidades.

Finalizo esta pesquisa ciente de que, durante este percurso como pesquisadora, também fui subjetivada pelas descobertas, sendo direcionada e deslocada a novas composições de pensamentos. Estou “ex-posta” aos interessados em ler a conclusão deste trabalho. Sei também que as expectativas de todos não serão atendidas, porém o mais importante é que este trabalho poderá levantar novas problematizações, sendo incentivador de novas pesquisas, pois nada é concluso e sim inacabado.

Durante os estudos, pude entender que a pesquisa como um trabalho não se esgota nas últimas linhas escritas. Isso seria o mesmo que fechar as pulsões que uma pesquisa pode agenciar. Assim, como um rizoma, as pesquisas tomam novos rumos, saindo pelos escapes e criando novos caminhos, podendo cruzar-se em qualquer momento. Porém sempre em um formato contingente, sempre em movimento, sem início, meio e fim, mas a partir de um ponto.

Tentando responder à questão central, foi possível perceber que a comunidade surda ainda se faz necessária por vários fatores. O mais evidenciado consiste na necessidade da “conversar”, estabelecida com maior força no “Entre” da comunidade surda. A comunidade é espaço-tempo daqueles que têm algo em comum. Sendo ela agenciadora de pessoas surdas, é nela que os encontros-amizades se realizam. Ainda é um espaço-tempo no qual a maioria dos surdos desejam estar, com a possibilidade do contato com seu par linguístico.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAR. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [online], 2008-2013. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/associ%C3%A1veis>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- BARROS, L. P.; KARTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4. reimp. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 3 ago. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- BREGONCI, A. M. **Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos**. 2012. 179 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- BRITO, L. F. A Língua Brasileira de Sinais. Apostila. Disponível em: <http://www.artelibras.com.br/ewadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- CARVALHO, D. J. **Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão**. 2016. 149 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v.15, número especial, p.385-417, 1999.
- CBDS: uma história de sucesso. Disponível em: <http://cbds.org.br/?page_id=257>. Acesso em: 3 ago. 2017.
- CLARETO, S. M.; FERRARI, A. (Org.). **Foucault, Deleuze e educação**. 2.ed. ampl. e rev. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. 204 p.

COLLI, E. **Universo olímpico**: uma enciclopédia das Olimpíadas. São Paulo: Códex, 2004.

COMUNIDADE. In: HOUAISS. A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 782.

CONVERSA. In: **Dicionário online de português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/conversa/>>. Acesso em 5 abr. 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. São Paulo: 34, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DIAS, D.; POLESKI, J. **O surdodesporto brasileiro e a atuação da CBDS**. Palestra ministrada no Encontro de Surdos de Vitória/ES, em 25 de março de 2017.

ENCONTRO. In: **Dicionário online de português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/encontro>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

FORMOZO, D. P, Professores surdos discutindo o currículo. In: THOMA, A. S.; KLEIN, M. (Org.). **Currículo e avaliação**: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. I. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto-Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANCO, M. A. R. **Esportes surdos na constituição do ser social**: o resgate histórico sob a perspectiva da educação ambiental. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

GEDIEL, A. L. **Falar com as mãos e ouvir com os olhos?**: a corporificação dos sinais e os significados dos corpos para os surdos de Porto Alegre. 2010. 292 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KOHAN, W. O. **Filosofia**: o paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Ensino de Filosofia).

KUSTER, S. B. **Cultura e língua pomeranas**: um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo – Brasil. 2015. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. Uma língua para a conversação. In: LARROSA, J. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção educação; experiência e sentido).

LARROSA, J. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção educação; experiência e sentido).

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Temas e Educação).

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, M. C.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 81-100, jul./dez. 2006.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MELLO, V. S. S. **A constituição da comunidade surda no espaço da escola**: fronteiras nas formas de ser surdo. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

NOGUEIRA-RAMIREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Estudos Foucaultinos).

OLIMPIADAS. **Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/olimpiadas/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 4. reimp. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 4. reimp. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

PERLIN, G. T. T. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

QUADROS, R. M.; MASSUTTI, M. CODAs brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 239-266.

QUADROS; R. M.; PIZZIO, A. L.; REZENDE, P. L. F. **Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: UFSC, 2009.

RANGEL, G. M. M. **História do povo surdo em Porto Alegre**: imagens e sinais de uma trajetória cultural. 2005. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHÉRER, R. Aprender com Deleuze. **Educação e Sociedade** [online], v. 26, n. 93, p.1183-1194, set. /dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27272.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SCHMITT, D. **Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SENNETT, R. **Carne e pedra**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

TADEU, T. A arte do encontro e da composição: Spinoza+ Currículo + Deleuze. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 47-57, jul./dez. 2002.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2. 2013.

THOMA, A. S.; KLEIN, M. (Org.). **Currículo e avaliação**: a diferença surda na escola-Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004. p. 19.

VIEIRA, E. T. B. **Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; LOPES, M. C. A constituição de uma educação bilíngue e a formação dos professores de surdos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 639-659, jul./set. 2016.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C. **Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história.** 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (ADULTO)

AUTORIZO o uso de minha imagem (fotos) e entrevista, por mim concedida, a ser utilizada na pesquisa de mestrado da linha de Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). A Pesquisa intitulada “Encontros surdo- surdo (s) como espaço de produção de uma comunidade: a potência dos encontro(s)-amizade (s)” que tem como objetivo problematizar a Comunidade Surda. As informações obtidas na pesquisa serão utilizadas em estudos. Caso haja algum descontentamento com a pesquisa, você poderá se recusar a continuar participando. A autorização se estende a todos os demais trabalhos desenvolvidos a partir desta pesquisa na qual a mestrandia Brigida Mariani Pimenta venha a produzir, e que sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral, sendo concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e entrevista que constarem na pesquisa acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) folder de apresentação; (II) anúncios em revistas; (III) mídia eletrônica artigos e demais produtos oriundos do presente estudo.

Pelo exposto acima, eu, _____, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Assinatura do participante da pesquisa

_____/ES, ____ de _____ de 2017.

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM NO CAS/VITÓRIA

EU, Eliane Telles de Bruim Vieira, residente à Rua Doutor João Santos Neves, 85, Apto. 1202, Parque Moscoso. Vitória- ES, portadora do CPF: 043.0573.447-43 RG: 1.209.656-ES nascida em 17/01/1975, Diretora da Escola Estadual Especial Oral e Auditiva de Vitória- Centro de Atendimento ao Surdo- CAS de acordo com Diário Oficial publicado em 05 de Janeiro de 2009: O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, assinou os seguintes atos: PORTARIA nº 1953-S, de 31/12/2008 – Designar, de acordo com o Art. 1º da Portaria nº 043-R, de 13/08/2003, publicada no Diário Oficial de 15/08/2003, ELIANE TELLES DE BRUIM, MaPB-V-1, nº funcional 562248, vínculo 67, para exercer a função de **Diretor Escolar da EEE Oral e Auditiva**, FG-DE-3ª.01, município de Vitória. (Proc. nº 40868443). Protocolo 75900.

Diante do cargo exercido, atualmente por mim, **AUTORIZO** o uso de imagens, referente às fotos que foram tiradas por **Brigida Mariani Pimenta**, nas dependências da escola, a ser utilizada na pesquisa de mestrado da linha de Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), com título “**Encontros surdo-surdo(s) como espaço de produção de uma comunidade: a potência dos encontro(s)-amizade(s)**” que tem como objetivo problematizar a Comunidade Surda. . A autorização se estende a todos os demais trabalhos desenvolvidos a partir desta pesquisa na qual a mestranda **Brigida Mariani Pimenta** venha a produzir, e que sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral, sendo concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e entrevista que constarem na pesquisa acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) folder de apresentação; (II) anúncios em revistas; (III) mídia eletrônica artigos e demais produtos oriundos do presente estudo.

_____/ES, ____ de _____ de 2017.

Eliane Telles de Bruim Vieira
Diretora da escola EEE Oral e Auditiva- Vitória

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM DA ASURVI

EU, Bruna Frinhani Massucati, residente à Rua Lúcio Bacelar nº 16, ed. Sereia apto. 303 Praia da Costa, portadora do CPF: 075.321.447-47 RG: 1.409.398- ES nascida em 01/06/1976, representante legal da Associação de Integração dos Surdos de Vitória- ASURVI, registrada no CNPJ: 31. 815.871/0007-97 fundada em 14 de janeiro de 1989. Eleita sob regime de votação no dia 19 do mês de Junho de 2016, de acordo com a **Ata da assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da Nova Diretoria da Associação de Integração dos Surdos de Vitória- ES** lavrada no **Cartório Sarlo Antonio no LIVRO A-07, CERTIDÃO DE RGISTRO GERAL Nº 6494**, com o mandato quadriênio 19/06/2016 a 19/06/2020 **AUTORIZO** o uso de imagens, referente ao acervo de fotos pertencentes à associação e quaisquer imagem que conste a bandeira da associação entre as fotos a ser utilizada na pesquisa de mestrado da linha de Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), com título **“Encontros surdo- surdo(s) como espaço de produção de uma comunidade: a potência dos encontro(s)-amizade”** que tem como objetivo problematizar a Comunidade Surda. . A autorização se estende a todos os demais trabalhos desenvolvidos a partir desta pesquisa na qual a mestranda **Brigida Mariani Pimenta** venha a produzir, e que sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral, sendo concedida a título gratuito, abrangendo o uso das imagens e entrevista que constarem na pesquisa acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) folder de apresentação; (II) anúncios em revistas; (III) mídia eletrônica artigos e demais produtos oriundos do presente estudo.

_____/ES, ____ de _____ de 2017.

Bruna Frinhani Massucati
Presidente da Associação de Integração dos Surdos de Vitória- ASURVI